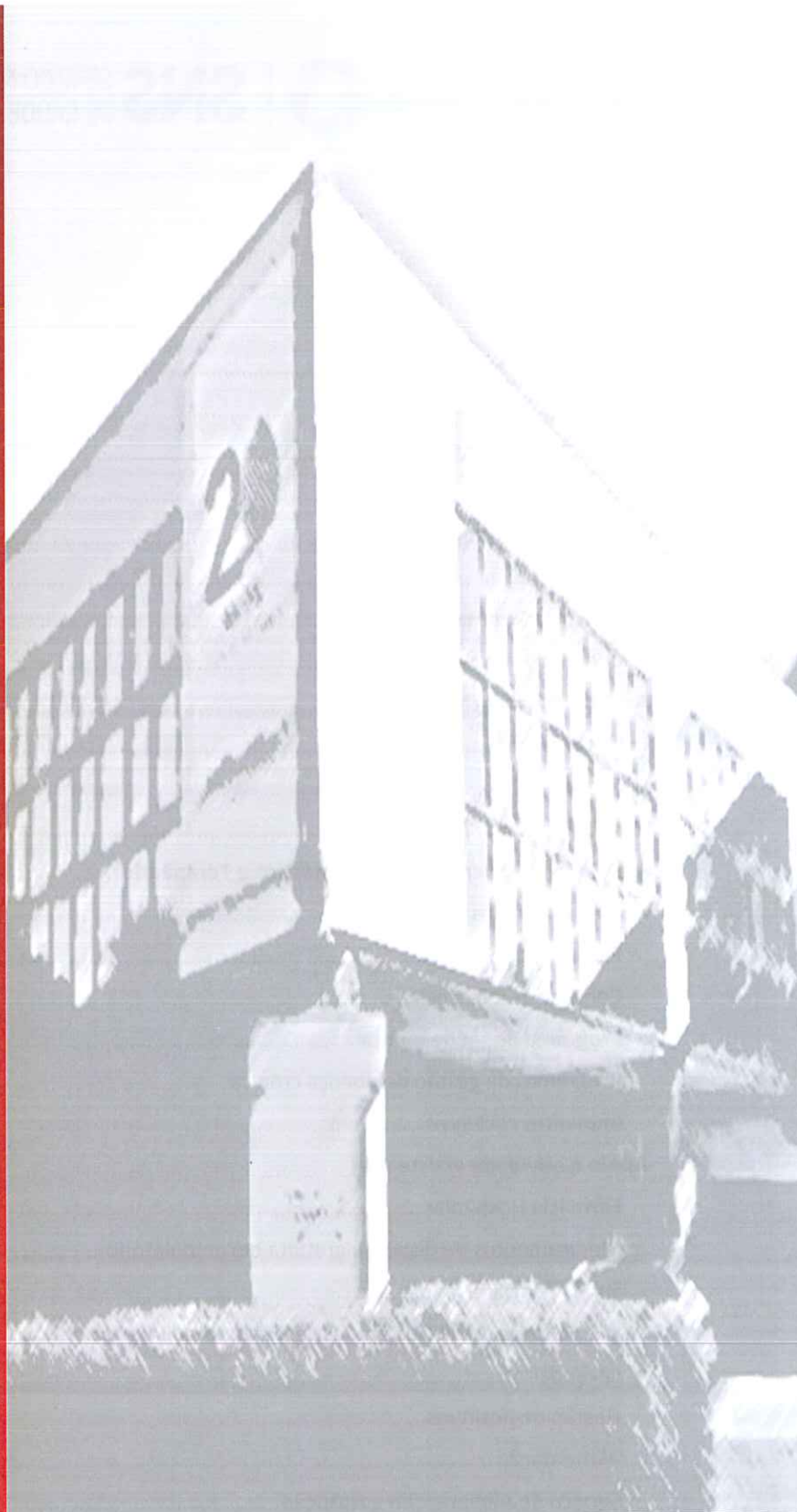


RELATÓRIO E CONTAS

2018



REPÚBLICA
PORTUGUESA
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

Índice

Mensagem do Presidente	8
Apresentação	11
Missão, Visão e Valores	13
Estrutura orgânica do HFF	13
Atividade Assistencial	16
Consulta Externa	17
Consulta Externa Médica	17
Consulta Externa Não Médica	21
Atividade Cirúrgica	21
Internamento	22
Urgência	25
Hospital de Dia	28
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	30
Outras atividades assistenciais	31
Partos	31
Centros de referência	31
Programa de saúde mental	32
Programas de gestão de doença crónica	33
Implantes cocleares	33
Apoio à atividade assistencial	34
Farmácia Hospitalar	34
Medicamentos de dispensa gratuita em ambulatório	35
Serviço Social	35
UGSH, Unidade de Gestão dos Serviços Hoteleiros	35
Lavandaria	36
Gestão de Resíduos	36
Alimentação	37
Serviço de Alimentação e Nutrição	37
Produção	38
Objetivos de qualidade e eficiência económico-financeira	39
Recursos Humanos	41
Sistemas de Informação	46
Sistema de Gestão da Qualidade	47
Indicadores de desempenho económico-financeiro	52
Cumprimento das Obrigações Legais	57

Informação adicional específica para o sector da saúde	67
Demonstrações não financeiras	70
Desempenho económico-financeiro	78
Demonstrações financeiras	78
Balço.....	78
Demonstração de Resultados por natureza.....	79
Demonstração das alterações do Património Líquido	80
Demonstração de Fluxos de Caixa	81
Proposta de Aplicação de Resultados	82
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	83
Demonstrações Orçamentais	108
Relatório e parecer do Conselho Fiscal	116

Índice de Quadros

Quadro 1 - Especialidades e Serviços	11
Quadro 2 – Um dia no HFF	12
Quadro 3 – Consultas realizadas por especialidade	18
Quadro 4 – Evolução indicadores monitorização da LEC	19
Quadro 5 – CTH – Número de doentes a aguardar consulta de 1.ª vez em dezembro de 2017 e 2018	20
Quadro 6 – Consultas realizadas por profissionais não médicos.....	21
Quadro 7 – Evolução da atividade cirúrgica	22
Quadro 8 – Intervenções cirúrgicas por especialidade e regime.....	22
Quadro 9 – Doentes saídos, Taxa de Ocupação e Demora Média por especialidade	24
Quadro 10 – Evolução dos GDH Ambulatório	25
Quadro 11 – Evolução dos atendimentos por tipologia de urgência	26
Quadro 12 – Atendimentos na urgência por cor da Triagem de Manchester	27
Quadro 13 – Sessões e doentes tratados em hospital de dia por especialidade	29
Quadro 14 – MCDT realizados no hospital e no exterior.....	30
Quadro 15 – Partos por tipologia	31
Quadro 16 – Atividade dos centros de referência por linha de produção do Contrato Programa	32
Quadro 17 – Atividade dos programas de gestão de doença crónica	33
Quadro 18 – Atividade colocação implantes cocleares	33
Quadro 19 – Atividade assistencial e indicadores de desempenho	34
Quadro 20 – Medicamentos de dispensa gratuita em ambulatório	35
Quadro 21 – Resíduos Hospitalares por Grupo	36
Quadro 22 – Refeições servidas	37
Quadro 23 – Acompanhamento do Acordo Modificativo	39
Quadro 24 – Objetivos de qualidade e eficiência económico-financeira	40
Quadro 25 – Horas prestadas em 2018 em regime de prestação de serviços	44
Quadro 26 – Horas prestadas em 2018 em regime de prestação de serviços, por grupo profissional.....	45
Quadro 27 – Sistemas de informação existentes no HFF	46
Quadro 28 – Investimento Realizado em 2018	51
Quadro 29 – Principais Investimentos Realizados em 2018 por Tipo de Imobilizado	51
Quadro 30 – Resultados	52
Quadro 31 – Rendimentos.....	52
Quadro 32 – Gastos	53
Quadro 33 – Estrutura dos Gastos.....	53

Quadro 34 – CMVMC.....	54
Quadro 35 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	54
Quadro 36 – Gastos com o pessoal	54
Quadro 37 – Outras remunerações com pessoal	55
Quadro 38 – Balanço	55
Quadro 39 – Indicadores	56
Quadro 40 – Encargos Financeiros e Taxa Média de Financiamento	57
Quadro 41 – Passivo Remunerado	57
Quadro 42 – Prazo Médio de Pagamentos.....	58
Quadro 43 – Pagamentos em atraso	58
Quadro 44 – Mandato Conselho de Administração	59
Quadro 45 – Acumulação de Funções	59
Quadro 46 – Remuneração Mensal do Órgão de Administração	59
Quadro 47 – Remuneração Anual do Órgão de Administração	60
Quadro 48 – Benefícios Sociais do Órgão de Administração.....	60
Quadro 49 – Mandato do Conselho Fiscal.....	60
Quadro 50 – Remuneração Anual do Conselho Fiscal	60
Quadro 51 – Mandato do Revisor Oficial de Contas	61
Quadro 52 – Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços	61
Quadro 53 – Gastos em comunicações	62
Quadro 54 – Medidas de redução de gastos operacionais	64
Quadro 55 – Depósitos à ordem na Banca Comercial	65
Quadro 56 – Informação a constar no sítio da Internet do SEE	65
Quadro 57 – Informação sistematizada quanto ao cumprimento das orientações legais	66
Quadro 58 – Estimativa de Proveitos Contrato Programa	67
Quadro 59 – Índice Desempenho Global.....	68
Quadro 60 – Execução financeira de Contratos Programa.....	68
Quadro 61 – Saldos devedores e credores de entidades pertencentes ao SNS.....	69
Quadro 62 – Investimentos realizados em 2018, de valor superior a 100.000 €	69
Quadro 63 – Identificação de riscos	74
Quadro 64 – Balanço	78
Quadro 65 – Demonstração de Resultados por natureza	79
Quadro 66 – Demonstração das Alterações do Património Líquido	80
Quadro 67 – Demonstração de Fluxos de Caixa	81
Quadro 68 - Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP	84
Quadro 69 - Subsídios.....	84

H
2
v

Quadro 70 - 1.1. Desagregação de caixa e depósitos	86
Quadro 71 - Acréscimo de Rendimentos	96
Quadro 72 - Acréscimo de Rendimentos – SNS	96
Quadro 73 - Tabela 4.1. Acordos de concessão de serviços: concedente	97
Quadro 74 - 5.1. Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	97
Quadro 75 - 5.2. Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período	98
Quadro 76 - 5.2. Ativos fixos tangíveis – adições	99
Quadro 77 – Custo de empréstimos obtidos	99
Quadro 78 - 9.1. Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa	100
Quadro 79 - 10.1. Inventários	101
Quadro 80 - 10.1. Inventários - Movimentos do período	101
Quadro 81 - 13.1. Rendimentos com contraprestação	102
Quadro 82 - 14.1. Rendimentos sem contraprestação	102
Quadro 83 - 15.1. Provisões	103
Quadro 84 - 18.1 - Ativos financeiros	103
Quadro 85 - 18.2 - Passivos financeiros	104
Quadro 86 - 19.1. Benefícios dos empregados - Valor presente da obrigação de benefícios definidos	105
Quadro 87 - 20.1.1. Divulgações de partes relacionadas - Ganhos/Ativos	106
Quadro 88 - 20.1.2. Divulgações de partes relacionadas Gastos/Passivos	106
Quadro 89 – Outros rendimentos e ganhos	107
Quadro 90 – Fornecimentos e Serviços Externos	107
Quadro 91 – Demonstração do desempenho orçamental recebimentos	108
Quadro 92 – Demonstração do desempenho orçamental pagamentos	109
Quadro 93 – Demonstração de execução orçamental da receita	110
Quadro 94 – Demonstração de execução orçamental da despesa	110
Quadro 95 – Alterações orçamentais da receita	112
Quadro 96 – Alterações orçamentais da despesa	113
Quadro 97 – Transferências e subsídios	114
Quadro 98 – Dívidas por antiguidade de saldos	115

2
p
X
X

Índice de Figuras

Figura 1 - Organograma HFF	14
Figura 2 - Evolução das consultas médicas	17
Figura 3 - Evolução das primeiras consultas médicas	19
Figura 4 - Evolução da atividade cirúrgica	21
Figura 5 - Evolução dos doentes saídos	23
Figura 6 - Evolução dos atendimentos na Urgência	26
Figura 7 - Média de atendimentos na urgência por dia	27
Figura 8 - Evolução das sessões de hospital de dia	28
Figura 9 - Distribuição dos colaboradores por grupo profissional	41
Figura 10 - As carreiras especiais de saúde (CES) no HFF, EPE	41
Figura 11 - Distribuição dos colaboradores por relação jurídica de emprego (em %)	42
Figura 12 - Média da escolaridade dos colaboradores do HFF, EPE	42
Figura 13 - Distribuição dos colaboradores por habilitações literárias	43
Figura 14 - Média da distribuição por tipo de ausência no HFF, EPE	43
Figura 15 - Entradas e Saídas de colaboradores	43
Figura 16 - Auditorias Internas aos Serviços Clínicos - Oportunidades de Melhoria	48
Figura 17 - % de formandos por grupo profissional	50

Mensagem do Presidente

O ano de 2018 foi mais um ano de intensa atividade em que o Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE (HFF) continuou a melhoria dos seus processos de prestação de cuidados a uma população de cerca de 550 mil cidadãos e desenvolveu o seu modelo organizacional por força da exigência de uma maior flexibilidade assistencial integrada com os ACES - Agrupamentos de Centros de Saúde de Amadora e Sintra. No quadro do “Programa HFF Transformation” os vários projetos em desenvolvimento têm levado a um crescente envolvimento dos Profissionais e, sobretudo, a uma maior participação interprofissional que é crítica em qualquer Hospital em especial se tiver a dimensão do HFF.

Sendo um Hospital cuja história é um estudo de caso nacional (iniciou-se como hospital público em 1995, passou a ser gerido por uma empresa privada até 2008 e, em 2009, regressou à gestão pública), até final de 2018 teve um longo processo de ajustamento de alguns elementos críticos, em especial os de gestão, tais como os de recursos humanos, compras e logística e gestão económica e financeira.

Porque um hospital com a dimensão e história do HFF, não se coaduna, em termos técnicos e de serviços assistenciais, com excessivas dificuldades e falhas organizacionais, o reforço das equipas e dos processos de trabalho, esteve na primeira linha das preocupações da gestão (aos mais diferentes níveis) e de acordo com o modelo integrado da qualidade, o HFF é um Hospital Acreditado desde o ano de 2000. Atualmente segundo o modelo CHKS (Caspé Healthcare Knowledge Systems). E em fase de reacreditação em 2019.

Durante o ano de 2018 e dando cumprimento a recomendações do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral das Atividades em Saúde, o Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca concretizou um conjunto de melhorias em processos e sistemas que permitiram à prestação de cuidados assistenciais, mais flexibilidade no rigor e mais eficiência com qualidade.

Dos projetos implementados e das medidas visando uma melhoria evidente da atividade assistencial, resultou um crescimento significativo no número de consultas (enquanto elemento chave no desenvolvimento do HFF) tendo sido realizadas cerca de 322 mil consultas. O aumento do número de primeiras consultas permitiu impulsionar a acessibilidade do utente à consulta, tanto pela diminuição do número de doentes em lista de espera, como pela melhoria dos tempos médios de resposta.

O HFF apresentou um decréscimo de 2,7% no número de cirurgias face ao período homólogo como resultado das limitações de recursos humanos, nomeadamente anestesiológicos e enfermeiros. Estas limitações condicionaram de forma determinante a capacidade do HFF de reduzir os tempos de espera para cirurgia.

O Serviço de Urgência Geral do HFF, o maior serviço de urgência da ARSLVT, com 265.724 atendimentos, evidenciou em 2018 um desempenho de qualidade ao nível dos maiores Hospitais Públicos do SNS e tem sido objeto de especial acompanhamento pelo CA e Equipas de Gestão Intermédia, considerando não só repercussão interna pela dimensão, como também pelos profissionais diferenciados envolvidos e pelo facto de ser a porta principal de referenciação de doentes para o Departamento de Medicina.

O valor dos rendimentos do HFF, em 2018, foi de 163.915.592 €, evidenciando um crescimento de 7% (+10.515.082 €), face ao ano anterior. Para este crescimento foi determinante o aumento do valor financiado através do Acordo Modificativo, tendo passado de 149 milhões de euros em 2017, para 155 milhões de euros em 2018, bem como o reforço excecional sob a forma de custos de contexto na adenda ao mesmo.

O HFF apresentou gastos de 191.558.142 €, com um aumento de 12.144.900 € face ao período homólogo, tendo sido determinante o crescimento dos gastos com pessoal em 10.730.872 € (+ 12%) como resultado da aplicação do artigo 23º da Lei do Orçamento de Estado para 2018 que levou à reposição dos valores remuneratórios previstos nos Acordos de Empresa vigentes no HFF, bem como a reposição integral das progressões sem observar o previsto n.º art.º 18 da LOE 2018 (progressões faseadas).

Como resultado o HFF demonstrou uma performance quantitativa e qualitativa ligeiramente inferior a 2017, tendo obtido um Resultado Líquido de -27.661.026 €, o que representa uma diminuição de 1.578.499 €, face ao período homólogo e um EBITDA de -23.431.495 € praticamente idêntico ao do ano anterior.

De realçar que o esforço na utilização de sistemas de informação e comunicação, controlo e auditoria interna, permitiram chegar ao final do ano com uma significativa melhoria de processos de trabalho assistenciais e um aumento dos níveis de satisfação de utentes e profissionais do HFF. E se a estas dimensões somarmos o permanente esforço em formação e desenvolvimento feito tanto interna como externamente, facilmente se compreende a transformação que está a acontecer no Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca.

No contexto das limitações sentidas em 2018, a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2019 e a autonomia no âmbito dos processos de contratação e projetos de investimento é um ponto crítico e decisivo para o futuro do HFF.

Termino com uma palavra de reconhecimento e de agradecimento a todos os nossos "UTENTES/CLIENTES" e às suas famílias e amigos que servimos o melhor que podemos e sabemos apesar de muitas carências e algumas falhas, também aos nossos fornecedores que são nossos parceiros críticos para a boa prestação de cuidados e, em particular com ênfase, a todos os PROFISSIONAIS do HFF pelo seu profissionalismo e dedicação à instituição

e às causas do SNS e que desde há muito sobretudo depois da reintegração da gestão do Hospital na gestão pública em 2009, tudo têm feito para melhorar a imagem de hospital diferenciado, na causa da Boa Prestação de Cuidados de Saúde.

Bem Hajam

Francisco João Velez Roxo



Presidente do Conselho de Administração

Apresentação

O Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE (HFF) foi inaugurado em 1995 e foi o primeiro hospital público com gestão privada, tendo regressado à esfera pública a 01 de janeiro de 2009. É a unidade hospitalar que serve os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) de Amadora e Sintra, com 531.593 utentes inscritos em dezembro de 2018, representando 14% dos da Região de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e cerca de 5% dos utentes inscritos a nível Nacional.

Desenvolve atividade em todas as linhas de produção, nas especialidades referidas no quadro seguinte, que se encontram organizadas em Departamentos, Serviços e Unidades Funcionais.

Quadro 1 - Especialidades e Serviços

Medicina Interna	Anestesia e Dor
Cardiologia (UCIC)	Cirurgia Geral
Imunoalergologia	Cirurgia Maxilo-Facial
Infecciologia	Cirurgia Plástica e Reconstructiva
Gastroenterologia	
Nefrologia	Oftalmologia
Neurologia	Ortopedia
Oncologia Médica	Otorrinolaringologia
Cuidados Paliativos	Urologia
Pneumologia	
Endocrinologia	
Cuidados Intensivos Polivalentes e Cirúrgicos	
Obstetrícia	Radiologia
Ginecologia	Patologia Clínica
Pediatria (com UCIEP)	ImunoHemoterapia
Neonatologia (com UCIN)	Anatomia Patológica (c/ microscopia eletrónica)
Cirurgia Pediátrica	Medicina Física e Reabilitação
Psiquiatria	Saúde Ocupacional
Psiquiatria da Infância e Adolescência	

Na sequência da publicação da Portaria 212-A/2018 que determinou a reestruturação da rede de cuidados de saúde na região de Lisboa e Vale do Tejo, procedeu-se à alteração da lotação oficial do HFF para 802 camas. Contudo não foi possível garantir durante todo o ano de 2018 a manutenção desta lotação como resultado da escassez de recursos humanos.

Destaca-se a existência de um Bloco Operatório com 11 salas e de uma UCA com 4 salas. Além dos serviços de urgência existentes no Hospital (U Geral, U. Obstétrica e Ginecológica e U. Pediátrica), também oferece à População um Serviço de Urgência Básica localizado na Freguesia de Mem Martins.

Mantém estreito contacto com os ACES da área de influência, Amadora e Sintra, articulando protocolos de referência dos doentes. Realça-se a existência de 4 polos de equipas fixas da Psiquiatria nos Centros de Saúde da Brandoa, Damaia/Reboleira, Venteira e Queluz/Massamá e ainda, o Serviço de Pedopsiquiatria instalado no edifício do novo Centro de Saúde de Queluz, que foi inaugurado em outubro de 2017.

A adaptação da estrutura de produção de modo a potenciar a acessibilidade dos doentes e a qualidade dos cuidados prestados, determinou o acréscimo da ambulatorização e a gradual substituição de prestadores de serviços médicos por contratos individuais de trabalho.

Quadro 2 – Um dia no HFF

Um dia no HFF	
Consultas Externas	1 283
Admissões à Urgência	728
Doentes saídos	69
Intervenções cirúrgicas	31
Cirurgia Ambulatório	42
Partos	7
Sessões de Hospital de Dia	132
Dispensas de medicamentos em distribuição de dose unitária	8 138
Refeições a doentes	2 600
Resíduos tratados (kg)	4 045
Roupa tratada (kg)	3 200



Missão, Visão e Valores

Missão

O HFF tem por missão a prestação de cuidados de saúde diferenciados, de qualidade, adequados e em tempo útil, de forma integrada com as restantes unidades de saúde da sua região, garantindo padrões elevados de desempenho técnico-científico, de eficaz e eficiente gestão de recursos e de humanização e promovendo o desenvolvimento profissional e a igualdade de género dos seus colaboradores.

Visão

A visão do HFF é ser um hospital de referência em termos de facilidade do acesso e na qualidade da atividade assistencial, de articulação com os cuidados de saúde primários, de promoção do trabalho multidisciplinar, de elevada satisfação dos utentes e profissionais, bem como de uma cultura de gestão sólida, tornando o hospital um projeto economicamente sustentável.

Valores

No exercício da sua atividade os colaboradores do HFF pautam-se por procedimentos e atitudes assentes em práticas humanistas e princípios estruturais, num quadro de permanente e atuante disponibilidade, de dignificação humana e profissional, de responsabilização, participação e diálogo e orienta-se em função dos interesses dos utentes e suas famílias, numa perspetiva de defesa do direito à proteção da saúde e da satisfação das suas necessidades e preferências individuais. Fazem igualmente parte dos valores institucionais a honestidade e retidão na relação com terceiros, sejam doentes, fornecedores ou entidades técnicas e oficiais, obrigando-se todos os colaboradores do HFF a pautarem o seu comportamento pelas normas de ética e deontologia aplicáveis.

Estrutura orgânica do HFF

São órgãos sociais do hospital, o Conselho de Administração (CA), o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo. O CA conta com o apoio do Serviço de Auditoria Interna, de Gabinetes Técnicos e de Estruturas de Apoio Técnico para aconselhamento nas múltiplas vertentes.

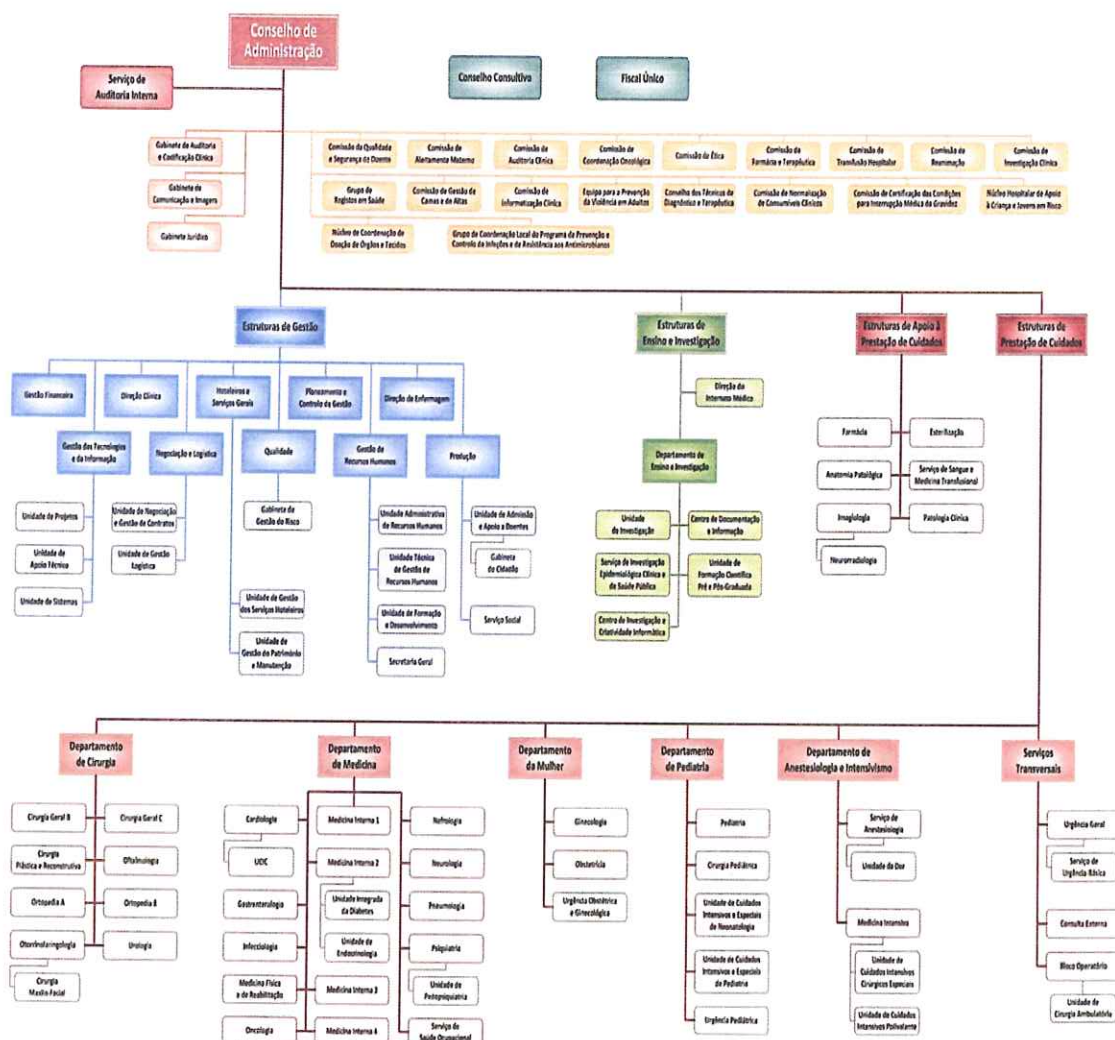
O hospital organiza-se em Estruturas de Prestação de Cuidados, Estruturas de Apoio à Prestação de Cuidados, Estruturas de Gestão e Estruturas de Investigação, conforme o Organigrama seguinte:

Figura 1 - Organograma HFF

Organograma do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE



5493 2015.12.11



Desenvolvimento Estratégico do HFF em 2018

Em sede de Plano Estratégico, o HFF identificou quatro eixos estratégicos de atuação para o ano 2018:

Eixo 1 – Reforma Hospitalar

Eixo definido pela Tutela no âmbito dos objetivos fixados pela Troika no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (*Memorandum of Economic and Financial Policies – MEFP*) e no Memorando de Entendimento

(Memorandum of Understanding – MoU).

Estabelece medidas de concentração e racionalização nos hospitais públicos, nomeadamente através do ajustamento de camas de agudos, da reafecção dos recursos humanos, da interoperabilidade dos sistemas de tecnologias de informação que permitam a recolha da informação em tempo real. Prevê ainda ações de ajustamento na qualidade e no modelo de governação através da implementação de normas de orientação clínica e criação de um sistema que permita a comparação do desempenho hospitalar (benchmarking) com base num conjunto abrangente de indicadores de avaliação de resultados.

Eixo 2 – Qualidade, acessibilidade e adequação dos cuidados assistenciais

Identifica ações que visam a melhoria da acessibilidade dos doentes, nomeadamente o cumprimento dos Tempos Máximos de Resposta Garantidos, tanto em termos de Lista de Espera para Consulta, como no que diz respeito à Lista de Inscritos para Cirurgia e a melhoria das condições de acesso ao hospital, através de medidas de articulação com os ACES com o objetivo de potenciar a utilização do Serviço de Urgência Básica. É definida a revisão da carteira de serviços e por forma a promover a diferenciação dos cuidados a prestar aos utentes do hospital, visando adequar os cuidados de saúde prestados aos utentes com as necessidades da Comunidade servida pelo HFF.

Eixo 3 – Estudo, Investigação e Formação

Existe um reconhecimento de que a formação dos profissionais do HFF, é fundamental para manter e melhorar a qualidade dos cuidados de saúde prestados aos utentes, bem como motivar os colaboradores a manterem nível de empenho e preocupação na atualização dos seus conhecimentos técnicos e científicos.

Eixo 4 – Cooperação interinstitucional

Fixa ações de articulação através do estabelecimento de protocolos de colaboração com os ACES, no sentido de promover a proximidade dos doentes num quadro de partilha de recursos e informação, nomeadamente pelo alargamento do número de exames disponíveis na Plataforma de Dados da Saúde (PDS).

Eixo 5 – Potenciar a marca HFF

Estabelece estratégias de comunicação e imagem da instituição, mostrando o dinamismo, inovação e qualidade. A comunicação da instituição com a Comunidade é entendida como importante e fundamental, por forma a promover uma maior ligação e aculturação da organização pela comunidade.

Atividade Assistencial

Num cenário de mudanças no sector da saúde, com transformações relevantes ao nível da alteração do perfil demográfico do País, exigindo ações orientadas para a população mais idosa que utiliza os serviços de saúde com mais intensidade, gerando maiores custos, e o perfil das doenças, aumentando a pressão por novas tecnologias (tratamentos, equipamentos ou medicamentos), determinam a necessidade de alterações nos serviços prestados pelas instituições.

Foi erigido como eixo fundamental do Serviço Nacional de Saúde (SNS) “a centralidade no cidadão”. Desta forma, ao longo dos anos o acesso aos cuidados de saúde tem ocupado a agenda das políticas de saúde a nível nacional.

O atual Governo Constitucional definiu como prioridade reduzir as desigualdades em saúde melhorando o acesso ao SNS e “reforçar o poder dos cidadãos na gestão do seu percurso na procura de cuidados de saúde”. Entende-se por acesso aos cuidados de saúde a possibilidade dos cidadãos obterem cuidados de saúde em tempo apropriado às suas necessidades e a alcançarem ganhos em saúde. A equidade do acesso nos serviços de saúde de qualidade depende da disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade dos cuidados.

Assim, cabe às instituições prestadoras de cuidados de saúde melhorarem as condições da oferta de serviços, bem como, criarem ferramentas para integrar e monitorizar o acesso dos utentes. A centralidade na acessibilidade dos utentes do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE à prestação de cuidados de saúde, nestes anos mais recentes, tem sido objeto de uma crescente atenção com impacto significativo em diversas linhas de atividade. A relevância atribuída a esta abordagem assentou na promoção de uma gestão mais eficiente da lista de espera cirúrgica (LIC), lista de espera para a consulta externa (LEC) e ainda meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT).

Neste contexto, o HFF procura assegurar a adequada resposta às necessidades de cuidados de saúde da população dos municípios de Amadora e Sintra. A construção de uma relação de confiança entre o HFF e a comunidade é assumida como um referencial a cumprir, através do garante do acesso aos cuidados de saúde e promoção da qualidade da prestação de cuidados em tempo adequado.

O ano de 2018 foi particularmente condicionado com fatores externos que muito afetaram o desempenho do Hospital, face ao esperado e face ao período homólogo dos quais se realça:

- Camas encerradas por falta de recursos humanos de enfermagem, em média de 11 camas por dia;
- 41 dias de greve de diferentes grupos profissionais;

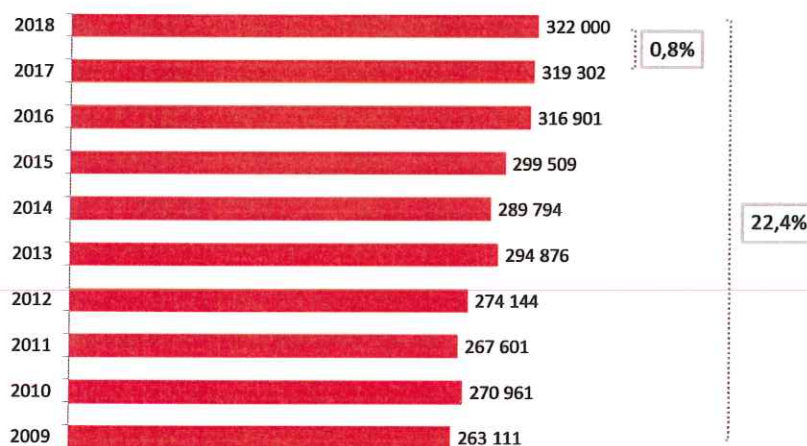
- Limitações na substituição de recursos humanos, apesar de existirem processos de contratação de RH e a aguardar autorização da tutela num total de 126 pedidos de contratos, no final de 2018.
- Funcionamento condicionado da Urgência Obstétrica-Ginecológica que em 2018, representou 155 dias de funcionamento condicionado por carência de especialistas médicos e enfermeiros.
- Redução de tempos operatórios no Bloco Operatório Central e Unidade de Cirurgia de Ambulatório, por limitação de recursos humanos de anestesiologia e enfermagem (474 no total do ano).

Consulta Externa

Consulta Externa Médica

Com o objetivo de responder à procura crescente, o HFF tem vindo a melhorar a equidade e o acesso aos cuidados de saúde na linha de produção das consultas médicas através do acréscimo do número de consultas realizadas conjugado com a diminuição dos tempos médios de resposta para os doentes que aguardam em Lista de Espera para Consulta de especialidade (LEC).

Figura 2 - Evolução das consultas médicas



A oferta de consultas do HFF distribui-se por 29 especialidades e face a 2017 regista-se um crescimento ligeiro, tendo sido realizadas em 2018 mais 2.698 consultas médicas (+1%).

Observou-se uma taxa de primeiras consultas de 30,7%, ligeiramente acima do valor homólogo (30,2%). Este valor encontra-se, aquém dos 31,2% fixados como objetivo institucional de percentagem de primeiras consultas médicas no total de consultas médicas.

Quadro 3 – Consultas realizadas por especialidade

	2017		2018		Var % 2018/2017	
	Primeiras	Total	Primeiras	Total	Primeiras	Total
Anestesiologia	4 021	5 253	4 390	5 170	9%	-2%
Cardiologia	2 995	11 602	3 666	13 202	22%	14%
Cirurgia Geral	8 053	19 027	8 659	19 781	8%	4%
Cirurgia Maxilo-Facial	550	1 019	572	1 043	4%	2%
Cirurgia Pediátrica	1 748	5 297	1 716	5 281	-2%	0%
Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética	2 474	6 195	2 886	6 600	17%	7%
Diabetologia	721	3 558	618	3 401	-14%	-4%
Total - Infeciologia	418	9 505	527	9 916	26%	4%
Doenças Autoimunes	527	3 934	505	3 577	-4%	-9%
Dor	494	4 646	474	4 073	-4%	-12%
Endocrinologia e Nutrição	752	2 340	507	2 376	-33%	2%
Gastroenterologia	2 627	9 484	2 504	8 793	-5%	-7%
Ginecologia	3 298	8 482	3 283	7 533	0%	-11%
Hepatologia	297	1 689	302	1 515	2%	-10%
Hipertensão	7	18				
Imuno-alergologia	1 341	4 507	1 695	5 939	26%	32%
Imuno-hemoterapia	4 761	5 131	4 222	4 651	-11%	-9%
Medicina Física e Reabilitação	1 791	5 579	2 150	6 053	20%	8%
Medicina Interna	3 735	11 965	3 755	12 080	1%	1%
Nefrologia	840	5 149	955	5 104	14%	-1%
Neurologia	3 153	12 545	3 041	11 632	-4%	-7%
Obstetrícia	6 215	13 080	6 110	12 035	-2%	-8%
Oftalmologia	11 614	29 790	11 916	31 273	3%	5%
Oncologia Médica	1 639	15 040	1 427	15 542	-13%	3%
Ortopedia	8 984	19 919	8 357	19 278	-7%	-3%
Otorrinolaringologia	6 748	16 638	6 535	17 123	-3%	3%
Pediatria	7 620	22 078	7 893	21 663	4%	-2%
Pneumologia	2 372	8 342	2 671	9 512	13%	14%
Psiquiatria (Inst)	450	3 444	450	3 363	0%	-2%
Saúde Mental na Comunidade	1 127	23 510	1 191	24 103	6%	3%
Psiquiatria da Infância e Adolescência	223	2 579	234	2 977	5%	15%
Senologia	838	3 481	796	3 785	-5%	9%
Urologia	2 700	9 366	3 445	10 297	28%	10%
Consultas a pessoal (Medicina do Trabalho)	146	824	310	392	112%	-52%
Outras	1 090	14 286	942	12 937	-14%	-9%
Total Consultas Médicas	96 369	319 302	98 704	322 000	2%	1%

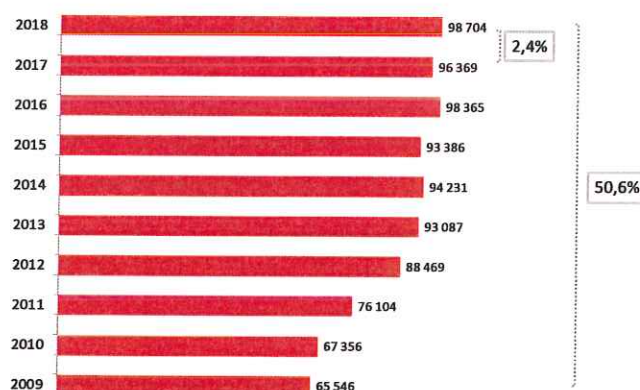
Destacamos as especialidades que registaram um acréscimo mais significativo no número de consultas realizadas face ao ano anterior:

- A Cardiologia e a Pneumologia, ambas com um crescimento de 14% devido ao aumento do número de médicos ETC em 2018 (ambas as especialidades com +9% de ETC face a 2017);
- A Imuno-alergologia, que apresenta um aumento de +32%, resultado da reposição da equipa médica em 2018;
- A Urologia (+10%) como resultado da reorganização do serviço e da consulta.

As reduções de atividade mais significativas são registadas nos serviços de:

- Unidade da Dor, com menos 12% de atividade face a 2018, consequência do aumento de complexidade dos doentes que resultaram na redução do número de doentes agendados por tempo de consulta;
- A Ginecologia com uma redução de 11%, devido à ausência de 5 efetivos médicos face a 2017 (cessação de 4 médicos deste serviço com substituição de apenas 1 e 2 ausências por licença de maternidade).

Figura 3 - Evolução das primeiras consultas médicas



Relativamente ao volume de primeiras consultas realizadas, em 2018 o HFF regista um aumento de 2.335 primeiras consultas face ao período homólogo. Destacamos o crescimento registado no serviço de Medicina Física e Reabilitação, relacionado com a articulação com os ACES e com a consequente abertura e divulgação das Agendas de CTH (+20% face a 2017).

O aumento do número de primeiras consultas permitiu impulsionar a acessibilidade do utente à consulta, tanto pela diminuição do número de doentes em lista de espera, como pelos tempos médios de resposta, que atingiram os referenciais de acesso à consulta propostos para o Hospital.

Quadro 4 – Evolução indicadores monitorização da LEC

	2016	2017	2018	Var% 2018/2017	
% 1 ^{as} Consultas / Total Consultas	31,0%	30,2%	30,7%	0,47 p.p.	•
% 1 ^{as} realizadas com origem no CTH	30,6%	31,0%	32,3%	1,33 p.p.	•
Tempo médio de resposta ao pedido (dias)	168,0	168,0	99,8	-40,6%	•
% pedidos atendidos em tempo adequado	55%	54%	72%	17,56 p.p.	•

O número de primeiras consultas realizadas com referência via CTH em 2018 (31.882) aumentou 7% relativamente a período homólogo. A percentagem de primeiras consultas realizadas com referência via CTH no total de primeiras consultas aumentou em 1.3 p.p., passando para 32,3% em 2018.

Em dezembro de 2018, encontravam-se 9.220 pedidos em lista de espera para primeira consulta com proveniência dos cuidados de saúde primários (via CTH) Apesar do aumento verificado no número de pedidos

efetuados pelos cuidados de saúde primários, mais 711 pedidos que em 2017, a lista de espera para primeira consulta CTH decresceu 12%, como resultado da maior alocação de tempos de consulta e consequente capacidade de resolução. Verificou-se ainda um decréscimo no tempo médio de resposta de 68 dias (99,8 dias em 2018 versus 168 dias em 2017).

Esta diminuição transversal do tempo de resposta dos vários serviços, foi mais acentuada na Obesidade (-620 dias), Ortopedia (-274 dias), Imuno-alergologia (-241 dias), Oftalmologia (-156 dias), Urologia (-136 dias), Pneumologia (-58 dias) e Cirurgia Pediátrica (-57 dias). Refere-se ainda a Neurologia, com recuperação durante o segundo semestre de 2018, observando-se uma diminuição de 40 dias face ao ano anterior. Em oposição, verifica-se um crescimento deste indicador na Ginecologia (+53 dias), Nefrologia (+11 dias), MFR (+5 dias) e a Obstetrícia (+5 dias).

O número de consultas realizadas em tempo adequado (71,6%) ultrapassou o objetivo traçado em Contrato-Programa (57,0%), com melhoria de 20 p.p. face a 2017. As especialidades em que o acesso melhorou com maior expressão foram a Ortopedia com um crescimento de 71 p.p. face ao ano anterior (84,6%) e a Oftalmologia com mais 42 p.p. (+44,3%). As especialidades que apresentam valores abaixo do objetivo são a Imuno-alergologia (59,4%), Oftalmologia (44,3%), Ginecologia (35,5%), Urologia (21,8%) e Neurologia (20,8%).

Em 2018, o tempo médio entre a triagem e a marcação da consulta, melhorou substancialmente passando dos 74 dias verificados em 2017 para 37 dias. Esta melhoria resulta do esforço efetuado na redução do tempo de triagem quando o pedido é rececionado, que reduz de 54 dias em 2017 para 23 dias em 2018. As melhorias mais significativas são na Urologia (-76%), na Cirurgia Plástica (-53%) e na Oftalmologia (-27%).

Quadro 5 – CTH – Número de doentes a aguardar consulta de 1.ª vez em dezembro de 2017 e 2018

Especialidade	2017	2018	Δ	
Anestesia	14	46	32	229%
Cardiologia	267	285	18	7%
Cirurgia Geral	336	554	218	65%
Cirurgia Maxilo-Facial	29	18	-11	-38%
Cirurgia Pediátrica	100	233	133	133%
Cirurgia Plástica	338	159	-179	-53%
Gastroenterologia	171	175	4	2%
Ginecologia	930	904	-26	-3%
Imuno-hemoterapia	3	4	1	33%
Infecciologia	86	37	-49	-57%
M.F.R.	20	23	3	15%
Medicina Interna	232	231	-1	0%
Nefrologia	41	101	60	146%
Neurologia	807	320	-487	-60%
Obstetrícia	341	319	-22	-6%
Oftalmologia	3 831	2 788	-1 043	-27%
Ortopedia	495	1 265	770	156%
ORL	184	438	254	138%
Pediatria	182	252	70	38%
Pneumologia	319	321	2	1%
Psiquiatria	356	412	56	16%
Urologia	1 379	335	-1 044	-76%
Total Geral	10 461	9 220	-1 241	-12%

Consulta Externa Não Médica

As consultas não médicas, são efetuadas por Psicólogos, Nutricionistas e Enfermeiros. A atividade desenvolvida por profissionais não médicos em consulta tem incrementado a sua expressão, tendo crescido 3% no global, em 2018.

Quadro 6 – Consultas realizadas por profissionais não médicos

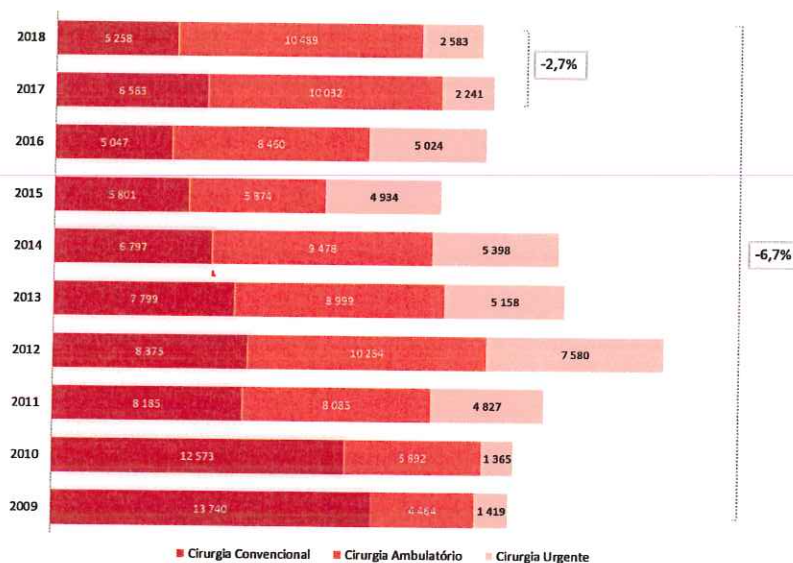
	2017		2018		Var % 2018/2017	
	Primeiras	Total	Primeiras	Total	Primeiras	Total
Psicologia	1 146	7 294	1 046	6 434	-9%	-12%
Apoio Nutricional e Dietética	1 228	3 359	1 391	3 641	13%	8%
Outras consultas por pessoal não médico	2 990	22 947	3 868	24 663	29%	7%
Total Consultas por Pessoal não Médico	5 364	33 600	6 305	34 738	18%	3%

Atividade Cirúrgica

A carteira de serviços do HFF incorpora 11 especialidades cirúrgicas. Em 2018, regista-se um decréscimo de 2,7% que corresponde a menos 506 cirurgias realizadas face ao período homólogo.

Há semelhança de anos anteriores, o ano de 2018 registou limitações de recursos humanos, nomeadamente nas especialidades de Anestesia e profissionais de Enfermagem que condicionaram de forma determinante a capacidade do HFF de reduzir os tempos de espera para cirurgia. Adicionalmente, foi um ano com 41 dias de greve de diferentes grupos profissionais, com impacto na atividade programada do hospital.

Figura 4 - Evolução da atividade cirúrgica



O número de doentes em LIC apresenta um aumento de 747 doentes relativamente ao período homólogo (+10,3%). Em termos de tempo de espera, no final de 2018, aguardavam cirúrgica há menos de 6 meses 68% dos doentes (5.445 doentes num total de 7.986 doentes em lista de espera).

As referidas limitações vieram agravar em 2018, face a 2017 os indicadores referentes à LIC para os quais o Hospital efetuou um esforço importante de acompanhamento e minimização dos impactos.

Quadro 7 – Evolução da atividade cirúrgica

	dez/2016	dez/2017	dez/2018
% LIC com TE > 12 meses	9%	9%	8%
% LIC com TE > TMRG	18%	17%	34%
Média de TE (dias)	153	157	158
Mediana de TE (dias)	117	117	129

Em 2018, manteve-se a responsabilização financeira do hospital de origem pela não prestação de cuidados cirúrgicos atempados. Nesse âmbito, foram operados, em entidades convencionadas, 986 doentes, o que corresponde a cerca de 1.450.000 €. Comparativamente com o período homólogo foram operados no exterior mais 118 doentes e com custo de cerca de mais 120.000€.

Relativamente às cirurgias realizadas por especialidade, salientam-se os aumentos registados na Obstetrícia (+25%; +216), na Cirurgia Plástica e Reconstructiva (+16%; +253), e na Oftalmologia (+10%; +433).

Quadro 8 – Intervenções cirúrgicas por especialidade e regime

	2017				2018				Var. % 2018/2017	
	Convencional	Ambulatória	Urgência	Total	Convencional	Ambulatória	Urgência	Total	Valor	%
Cirurgia Geral	1 981	1 394	1 181	4 556	1 306	1 428	1 260	3 994	-562	-12%
Cirurgia Maxilo-Facial	55	82	1	138	33	90	4	127	-11	-8%
Cirurgia Pediátrica	162	477	67	706	166	438	64	668	-38	-5%
Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética	196	1 343	2	1 541	131	1 660	3	1 794	253	16%
Ginecologia	588	666	38	1 292	547	538	35	1 120	-172	-13%
Obstetrícia	265		601	866	249	5	828	1 082	216	25%
Oftalmologia	154	4 022	13	4 189	127	4 484	11	4 622	433	10%
Ortopedia	1 449	851	137	2 437	1 364	636	138	2 138	-299	-12%
Otorrinolaringologia	773	924	54	1 751	648	922	68	1 638	-113	-6%
Urologia	939	195	147	1 281	687	159	171	1 017	-264	-21%
Outras	1	78		79		129	1	130	51	65%
TOTAL	6 563	10 032	2 241	18 836	5 258	10 489	2 583	18 330	-506	-3%

Internamento

O HFF regista um rácio de camas por 1.000 habitantes baixo, deparando-se com uma procura excessiva tendo em conta a capacidade instalada. Na sequência da publicação da Portaria 212-A/2018 que determinou a reestruturação da rede de cuidados de saúde na região de Lisboa e Vale do Tejo, procedeu-se à alteração da lotação oficial do HFF para 802 camas. Contudo, dada escassez de recursos humanos, a lotação média praticada em 2018 foi de 791 camas. De facto, mesmo com o referido incremento no número de camas, o HFF

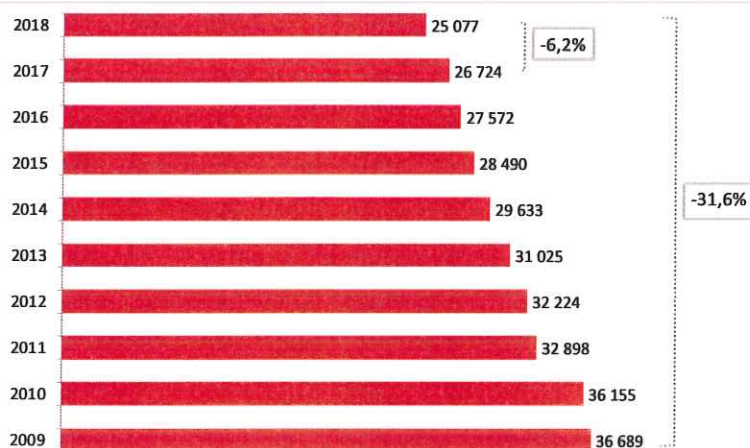
exibe um rácio de 1,4 camas/1.000 hab., comparativamente com o resto do País que dispõe de 3,4 camas/1.000 hab., sendo que a média da União Europeia é de 5,1 camas/1.000 hab..

As dificuldades associadas à referenciação de doentes para a Rede Nacional de Cuidados Continuado Integrados e Rede Social têm provocado dificuldades crescentes aos serviços do HFF, conduzindo ao aumento de dias de internamento e agravando a demora média, nomeadamente, pelo atraso na concretização das propostas de encaminhamento dos doentes. Particularmente crítico são os constrangimentos associados à referenciação de doentes para a Rede Social, obrigando à manutenção de utentes com alta clínica, decorrente da quase nula resposta externa nesta área por parte das respetivas entidades competentes.

Os referidos fatores conjugados geram uma forte pressão no sentido de garantir o fluxo de doentes dos Serviços de Urgência Geral para o Internamento e de reduzir o número de doentes internados no UICD/SO da Urgência Geral. Estes constrangimentos de falta de resposta da Rede Social e da RNCCI obrigaram o HFF a contratualizar 95 camas no exterior, 33 respeitante a internamento social e 37 referentes a cuidados continuados nas tipologias de convalescença média e longa duração, tendo ainda sido necessário recorrer a mais 25 camas clínicas para dar resposta a doentes agudos no exterior em articulação com a ARSLVT. Os encargos com estes doentes que se encontram “internados no exterior” estão a ser assumidos pelo HFF, embora os mesmos não estejam a ser contabilizados como atividade do Hospital.

A tendência decrescente da atividade global do internamento que se tem vindo a registar desde 2009, tem aliviado de alguma forma a já referida pressão nas camas para responder à procura. Em 2018, manteve-se o decréscimo do número de doentes saídos, sendo de -6,2% face a 2017 o que corresponde a -1.647 doentes saídos. Importa também referir que o decréscimo do número de doentes saídos é também consequência na alteração da forma de prestação de cuidados na atividade cirúrgica, com um grande incremento da atividade de ambulatório.

Figura 5 – Evolução dos doentes saídos



O comportamento da demora média em 2018 relativamente a período homólogo é de aumento de 0,8 dias e é inversamente proporcional ao decréscimo registado nos doentes saídos (-6,2%), como resultado de:

- o aumento do número de doentes com mais comorbilidades, mais dependentes e vulneráveis;
- a já referida falta de resposta da RNCCI e da Segurança Social, sendo o HFF a salvaguarda dos utentes em situações não clínicas;
- o tempo de permanência dos doentes no Serviço de Urgência, uma vez que se verifica que quanto maior o período que os doentes passam no SUG/UICD/SO maior é a demora média registada;
- a transferência de atividade cirúrgica do internamento para a área do ambulatório, implica que sejam internados os doentes com cirurgias mais complexas e consequentemente com durações de internamento superior.

O decréscimo registado no número de doentes saídos ficou a dever-se às especialidades cirúrgicas com particular relevância para a Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética, a Obstetrícia e a Urologia. Por outro lado, regista-se um incremento dos doentes saídos no U.C.I. Pediatria, Cardiologia e Infeciologia.

Quadro 9 – Doentes saídos, Taxa de Ocupação e Demora Média por especialidade

	Nº de Doentes Saídos (S/ Transf. Interna)			Taxa Ocupação			Demora Média		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Cardiologia	1 422	1 547	8,8%	87%	89%	2,3	6,9	7,1	2,9%
Cirurgia Geral	3 721	3 090	-17,0%	106%	89%	-16,5	7,9	9,1	15,2%
Cirurgia Maxilo-Facial	53	45	-15,1%	5%	70%	64,7	2,7	5,6	107,4%
Cirurgia Pediátrica	223	224	0,4%	32%	47%	14,6	2,6	2,3	-11,5%
Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética	204	145	-28,9%	67%	76%	8,3	9,6	13,3	38,5%
Doenças Infecciosas (Infeciologia)	184	193	4,9%	88%	101%	13	24,4	26,7	9,4%
Gastroenterologia	728	639	-12,2%	93%	86%	-6,7	8,4	8,8	4,8%
Ginecologia	963	951	-1,2%	64%	64%	0,2	4,1	4,2	2,4%
Ginecologia - Obstetrícia	306	229	-25,2%	113%	109%	-4,3	9,4	12,1	28,7%
Medicina Interna	7 849	7 758	-1,2%	114%	104%	-9,7	12,0	12,9	7,5%
Nefrologia	361	309	-14,4%	82%	91%	8,9	11,6	12,9	11,2%
Neurologia	735	720	-2,0%	94%	97%	2,8	13,5	14,2	5,2%
Obstetrícia	2 820	2 794	-0,9%	76%	73%	-3,9	4,4	4,3	-2,3%
Oftalmologia	194	178	-8,2%	26%	94%	68,1	2,9	3,8	31,0%
Ortopedia	1 731	1 630	-5,8%	86%	89%	2,7	11,6	12,7	9,5%
Otorrinolaringologia	819	677	-17,3%	49%	82%	32,9	2,2	2,6	18,2%
Pediatria	1 381	1 235	-10,6%	46%	44%	-1,5	5,2	5,1	-1,9%
Pneumologia	521	512	-1,7%	97%	101%	4,5	14,2	15,2	7,0%
Urologia	1 310	969	-26,0%	71%	57%	-14	6,3	6,8	7,9%
U.C.I. Cirurgia	66	55	-16,7%	93%	91%	-1,9	30,8	36,2	17,5%
U.C.I. Coronários	248	257	3,6%	90%	87%	-2,5	13,2	12,4	-6,1%
U.C.I. Pediatria	151	201	33,1%	44%	42%	-2,4	11,7	8,3	-29,1%
U.C.I. Polivalente	124	124	0,0%	88%	88%	0,5	36,1	36,3	0,6%
U.C.I. Recém Nascidos	229	212	-7,4%	57%	70%	12,7	23,7	24,1	1,7%
Psiquiatria e Abuso de Substâncias	381	383	0,5%	96%	95%	-1,5	26,7	27,0	1,1%
Berçário	2 464	2 454	-0,4%	47%	63%	16,2	3,4	3,4	0,0%
Sub-Total U.C.I. e U.C. Intermédios	818	849	3,8%	69%	74%	4,5	20,8	19,4	-6,7%
Sub-Total Especialidades Médicas	13 562	13 296	-2,0%	88%	83%	-4,7	11,3	12,1	7,1%
Sub-Total Especialidades Cirúrgicas	12 344	10 932	-11,4%	100%	107%	7,8	6,7	7,2	7,5%
TOTAL (s/ Berçário, Quartos Particulares, Lar Doentes e Cuidados Paliativos Rede)	26 724	25 077	-6,2%	90%	89%	-1,1	9,4	10,2	8,5%

Ambulatório médico e cirúrgico

Verifica-se uma evolução positiva no sentido da ambulatorização da prestação de cuidados. Comparativamente com o ano transato, em 2018 o HFF produziu menos 6,2% de GDH de ambulatório médicos (-792) e mais 6,7% de GDH de ambulatório cirúrgico (+551).

Quadro 10 – Evolução dos GDH Ambulatório

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var% 2018/2009	Var% 2018/2017
GDH Ambulatório												
GDH Médicos de Ambulatório	12 289	13 692	13 998	11 222	10 218	9 737	11 873	13 010	12 846	12 054	-1,9%	-6,2%
GDH Cirúrgicos de Ambulatório	4 464	5 892	8 105	8 575	9 044	8 724	5 402	7 847	8 167	8 718	95,3%	6,7%
% Cirurgias ambulatório no total de cirurgias programadas (GDH)	30,4%	36,9%	49,9%	39,3%	54,4%	55,4%	50,1%	62,6%	62,4%	65,3%	34,98 p.p.	2,9 p.p.

Determinaram o crescimento do ambulatório cirúrgico a inovação clínica, fundamentalmente na área anestésica e cirúrgica e ainda a pressão no internamento orientada para uma gestão mais criteriosa das camas. É ainda de salientar que a opção por ambulatório é mais cómoda para os doentes, reduz o risco de infeção nosocomial e constitui garante de qualidade uma vez que a redução dos tempos de permanência no hospital reduzem proporcionalmente os riscos associados à prestação de cuidados de saúde.

Nos GDH cirúrgicos apresentam um crescimento de 6,7% face a 2017, melhorando o indicador da percentagem de cirurgias de ambulatório no total de cirurgias programadas em 2,9 p.p., atingindo o maior valor de sempre de 65,3%. Também o indicador da percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis ultrapassou o valor contratualizado em 1,3 p.p.

Desta forma, foram cumpridos os indicadores de qualidade contratualizados referentes ao ambulatório cirúrgicos.

Urgência

O Serviço de Urgência do HFF é um serviço multidisciplinar e multiprofissional que tem como missão a prestação de cuidados de saúde urgentes e emergentes aos doentes em todas as situações enquadradas nas definições de Urgência Médico-Cirúrgica e Urgência Básica.

O Serviço de Urgência Básica (SUB) do HFF existe desde agosto de 2009 e tem como missão prestar com qualidade, eficácia e garantia de satisfação, os necessários e adequados cuidados de saúde. Funciona como área de referência principal para as populações abrangidas pelos Centros de Saúde de Algueirão, Mem-Martins, Rio de Mouro, Pêro Pinheiro e Sintra.

O Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica (SUMC) integra a Urgência Geral, a Urgência Obstétrica e Ginecológica e a Urgência Pediátrica. A atividade da Urgência Geral está distribuída em duas áreas: a área de atendimento de ambulatório e a Unidade de Internamento de Curta Duração (UICD) com 29 camas.

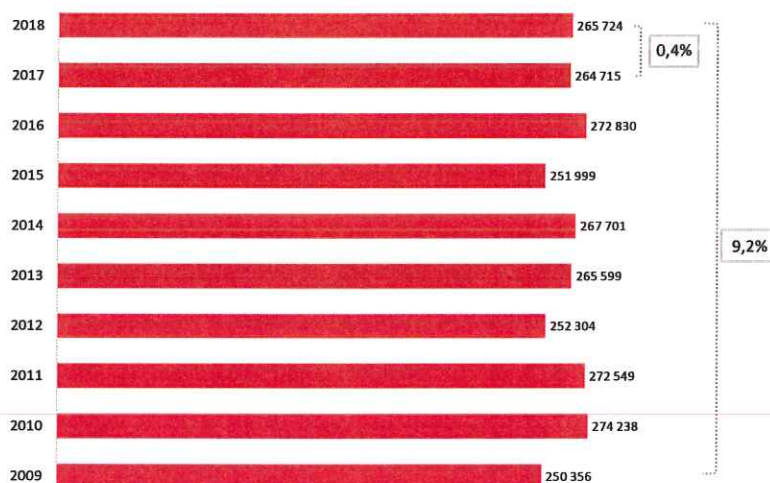
O HFF tem ainda alocada uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER), que opera de acordo com as diretivas do Instituto Nacional de Emergência Médica, na estabilização pré-hospitalar e no acompanhamento médico durante o transporte de vítimas de acidente ou doença súbita em situações de emergência.

Relativamente ao posicionamento das urgências do HFF no contexto das urgências hospitalares da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RSLVT), importa referir que:

- O HFF é a maior urgência na RLVT;
- A Urgência Pediátrica é a segunda maior da RLVT;
- A Urgência Obstétrica/Ginecológica é a segunda maior da RLVT

Em 2018, o Serviço de Urgência do HFF realizou 265.724 atendimentos, dos quais 18.836 geraram internamento, o que representou um decréscimo residual de 0,9% face a 2017.

Figura 6 - Evolução dos atendimentos na Urgência



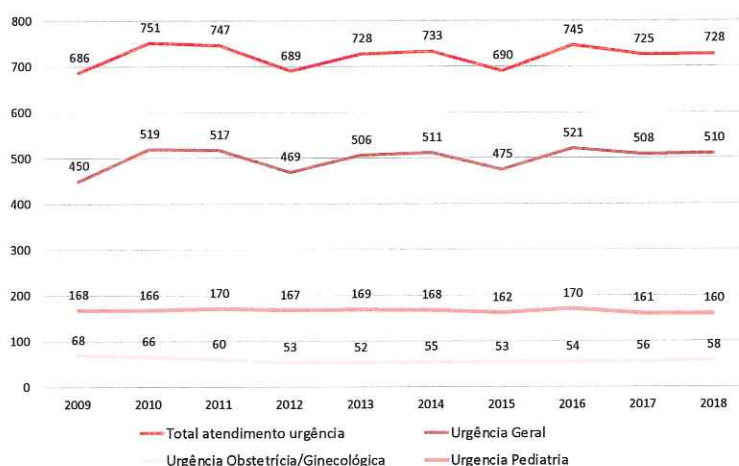
Contudo, desde 2009 a evolução do número de atendimentos na urgência tem sido relativamente constante, apenas sofrendo decréscimos nos anos em que se verificaram aumentos nas taxas moderadoras.

Quadro 11 – Evolução dos atendimentos por tipologia de urgência

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var% 2018/2009	Var% 2018/2017
Total de atendimentos	250 356	274 238	272 549	252 304	265 599	267 701	251 999	272 830	264 715	265 724	6,1%	0,4%
Geral	164 088	189 525	188 621	171 729	184 709	186 595	173 501	190 628	185 586	186 271	13,5%	0,4%
Obstetria	24 948	23 969	21 729	19 365	19 057	19 901	19 438	19 939	20 517	20 996	-15,8%	2,3%
Pediatria	61 320	60 744	62 199	61 210	61 833	61 205	59 060	62 263	58 612	58 457	-4,7%	-0,3%

Seguindo a tendência dos últimos anos, apenas a Urgência Obstétrica apresentou um crescimento mais acentuado de 2,3% face ao período homólogo. Verificou-se em 2018 que 7% das admissões resultaram em internamento, mantendo-se relativamente constante relativamente ao ano anterior.

Figura 7 - Média de atendimentos na urgência por dia



Numa visão diária foram observados em 2018, em média, cerca de 728 doentes nos Serviços de Urgência do HFF, sendo 591 doente por dia na Urgência Médico-Cirúrgica e 374 doentes na Urgência Básica.

É ainda de referir que, face a 2017, se regista um aumento de 1,3% no número de admissões diárias na Urgência Médico Cirúrgica. Por outro lado, na Urgência Básica, o número de admissões diárias reduziu 3,5%.

No entanto, estes valores implicam, por si só, um esforço significativo em termos de recursos humanos e materiais de forma a garantir, em cada momento, o melhor atendimento a todos aqueles que a ele acorrem, pelo que tem sido objeto de especial acompanhamento não só pelo facto de ser porta principal de referência de doentes para os serviços do HFF (representa cerca de 98% do total das admissões do internamento do HFF), como também pela sua repercussão na organização interna.

Quadro 12 – Atendimentos na urgência por cor da Triagem de Manchester

	2017	2018	Var 2018/2017	
			%	Valor
Vermelho	700	735	5%	35
Laranja	31 224	30 173	-3%	-1 051
Amarelo	85 225	84 221	-1%	-1 004
Verde	133 291	140 555	5%	7 264
Azul	5 109	4 508	-12%	-601
Branco	8 442	4 753	-44%	-3 689
SU (s/ Triagem Manchester)	724	779	8%	55
Total Tipos Urgência	264 715	265 724	0%	1 009
Internamentos	18 836	18 665	-1%	-171
% de Internamentos	7,1%	7,0%	-0,09 p.p.	

Handwritten notes and signatures in the top right margin.

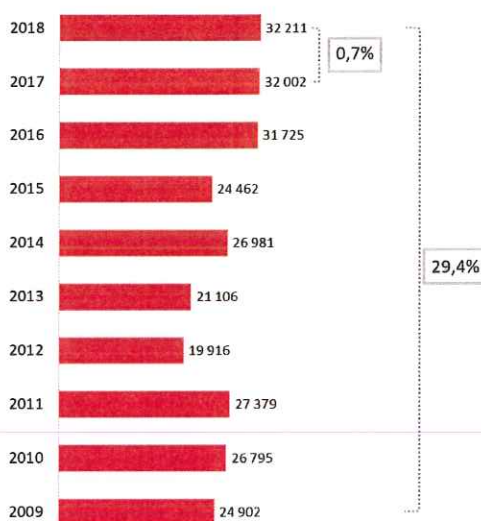
O HFF um Hospital com larga experiência na aplicação do Protocolo de Triagem de Manchester dado que foi pioneiro na sua introdução. No que respeita à prioridade dos doentes atendidos na Urgência registou-se um decréscimo de -2.020 doentes emergentes, muito urgentes e urgentes (vermelho, laranja e amarelo) e um aumento dos doentes não urgentes, nomeadamente verdes.

A referida redução de doentes urgentes repercutiu-se no número de internamentos gerados pelos episódios de urgência, uma diminuição de 168 doentes internados relativamente a período homólogo.

Hospital de Dia

O HFF dispõe dos seguintes Hospitais de Dia: Imunohemoterapia, Oncologia, Medicina e Especialidades Médicas, Infeciologia, Psiquiatria, Pediatria e Urologia. Em 2018, o HFF manteve a tendência de aumento do número de sessões de hospital de dia realizadas, registando um incremento de +0,7% face ao período homólogo.

Figura 8 – Evolução das sessões de hospital de dia



O tratamento dos doentes em regime de ambulatório tem constituído um objetivo prioritário do hospital, pelo que à semelhança do ambulatório cirúrgico, também as sessões de hospital de dia e os doentes tratados têm registado acréscimos sucessivos.

Quadro 13 – Sessões e doentes tratados em hospital de dia por especialidade

	2017		2018		Var % 2018/2017	
	Sessões	Doentes Tratados	Sessões	Doentes Tratados	Sessões	Doentes Tratados
Imuno-hemoterapia	395	193	483	210	22%	9%
Infecçiology	832	549	946	595		
Psiquiatria	8 285	348	8 168	371	-1%	7%
Pediatria	5 988	2 040	5 818	2 164		
Oncologia (Sessões que não geram GDH Médicos de Ambulatório)	5 139	1 093	5 092	1 109	-1%	1%
Outras	8 212	2 293	8 458	2 649	3%	16%
Hemodiálise	3 151	60	3 246	75	3%	25%
TOTAL	32 002	6 576	32 211	7 173	1%	9%

Verificou-se um acréscimo no número de sessões de Hemodiálise devido ao crescimento significativo do número de doentes seguidos, consequência do aumento de capacidade registado no ano anterior.

Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

Quadro 14 – MCDT realizados no hospital e no exterior

	N.º de MCDT realizados no HFP		N.º de MCDT realizados no exterior		Var. % 2014/2017	
	2017	2018	2017	2018	MCDT realizados no HFP	MCDT realizados no exterior
Bioquímicas	1 729 725	1 706 945	33 329	30 364	-1,3%	-8,9%
Genéticas	392	143	2 378	1 592	-63,5%	-33,1%
Hematológicas	328 061	324 483	849	531	-1,1%	-37,5%
Imunológicas	15 910	15 078	3 189	3 219	-1,5%	0,9%
Microbiológicas	128 349	134 268	14 433	13 862	4,6%	-4,0%
Análises Clínicas	2 202 437	2 181 517	54 178	29 568	-0,9%	-45,4%
Autópsias	108	119	0	0	15,5%	0,0%
Citológicas	4 632	4 318	4	0	-6,8%	-100,0%
Histológicas	12 811	12 133	4	406	-5,3%	12050,0%
Outros (Anatomia Patológica)	6 400	6 344	197	446	-0,9%	132,3%
Anatomia Patológica	23 946	22 914	208	932	-4,3%	368,0%
Actos Terapêuticos (cardiologia)	943	1 099	2	0	16,5%	-100,0%
Cateterismo Cardíaco	1 247	1 317	5	11	5,6%	120,0%
Electrocardiologia	57 416	59 440	0	7	3,5%	0,0%
Outros (cardiologia)	11 357	6 845	16	184	-39,7%	1050,0%
Cardiologia	70 963	68 701	23	202	-1,2%	778,3%
Não Especificado (Dermatologia)	653	787	2	1	20,5%	-50,0%
Dermatologia	653	787	2	1	20,5%	-50,0%
CPRE	666	674	11	4	1,2%	-63,6%
Endoscopia Alta	2 578	2 856	0	1	11,0%	0,0%
Endoscopia Baixa	4 014	3 873	1	0	-3,5%	-100,0%
Outros (Gastro)	5 115	5 124	346	306	0,2%	-11,6%
Gastroenterologia	12 368	12 527	358	311	1,3%	-13,1%
Actos Cirúrgicos (Ginecologia)	1 407	958	0	0	-31,9%	0,0%
Exames Endoscópicos (Ginecologia)	2 511	1 734	0	0	-30,9%	0,0%
Outros (Ginecologia)	91	39	0	0	-57,1%	0,0%
Ginecologia	4 009	2 731	0	0	-31,9%	0,0%
Análises	66 275	64 466	38	67	-2,7%	76,3%
Imuno-hemoterapia (Outros)	553	510	0	0	44,5%	0,0%
Unidades Transfundidas	9 272	9 348	0	0	0,8%	0,0%
Imuno-hemoterapia e Medicina Transfusional	75 900	74 324	38	67	-2,1%	76,3%
Técnicas Diagnósticas	2	130	0	0	6400,0%	0,0%
Técnicas terapêuticas	203 862	199 853	3	3	-2,0%	0,0%
Medicina Física e de Reabilitação	203 864	199 983	3	3	-1,8%	0,0%
Actos Diagnósticos (Medicina Nuclear)	0	0	1 653	1 530	0,0%	-7,4%
Actos Terapêuticos (Medicina Nuclear)	0	0	4	0	0,0%	-100,0%
PET	0	0	284	277	0,0%	-2,5%
Medicina Nuclear	0	0	1 941	1 807	0,0%	-6,9%
EEG	1 239	1 240	37	36	0,1%	-2,7%
Electromiografia	168	139	609	543	-29,2%	-30,8%
Outros (Neurologia)	1 783	1 706	26	47	-4,3%	80,8%
Potenciais Evocados (Neurologia)	457	425	7	3	-7,0%	-57,1%
Ultrassonografia	893	1 208	155	164	35,1%	5,8%
Neurologia	4 540	4 696	834	793	3,4%	-4,9%
Cardiotocografias (Obstetrícia)	10 140	4 314	1	0	-97,5%	-100,0%
Ecografias (Obstetrícia)	6 189	5 527	232	242	-10,7%	4,3%
Outros (Obstetrícia)	237	266	1 220	1 254	12,2%	2,8%
Obstetrícia	16 566	10 107	1 453	1 496	-39,0%	3,0%
Electroftalmologia	8	14	16	10	75,0%	-37,5%
Outros (Oftalmologia)	7 358	7 806	88	26	6,1%	-70,5%
Oftalmologia	7 366	7 820	104	36	6,2%	-65,4%
Não Especificado (ORL)	13 468	13 739	49	50	2,0%	2,0%
Otorrinolaringologia	13 468	13 739	49	50	2,0%	2,0%
Endoscopia (Pneumologia)	2 939	2 851	6	0	-3,0%	-100,0%
Estudo do Sono (Pneumologia)	2 404	2 223	15	11	-7,5%	-26,7%
Outros (Pneumologia)	6 859	6 142	1	4	-10,5%	300,0%
Pneumologia	12 202	11 216	22	15	-8,1%	-31,8%
Outros (Psiquiatria)	2 647	1 464	0	0	-44,7%	0,0%
Procedimentos de Diagnóstico / Avaliação Psiquiátrica	20 881	3 957	0	0	-81,0%	0,0%
Procedimentos Psiquiátricos Terapêuticos	1 147	21 703	0	0	1792,1%	0,0%
Psiquiatria	24 675	27 124	0	0	9,9%	0,0%
Angiografias (Radiologia)	57	53	86	83	-7,0%	-3,5%
Ecografias (Radiologia)	17 420	15 663	20 254	4 475	-10,1%	-77,9%
Estudos por Doppler	4 266	3 947	141	127	-7,5%	-9,9%
Osteodensitometria	303	357	0	0	17,8%	0,0%
Radiologia de Intervenção (Radiologia)	370	361	33	44	-2,4%	33,3%
Ressonância Magnética	5 119	5 343	4 743	3 390	4,4%	-28,5%
Rx Convencional	155 149	160 346	519	676	3,3%	30,3%
TAC	48 938	49 778	580	1 355	1,7%	133,6%
Radiologia	231 622	235 848	26 356	10 150	1,8%	-61,5%
Não Especificado (Reumatologia)	4	21	0	1	425,0%	0,0%
Reumatologia	4	21	0	1	425,0%	0,0%
Outros (Urologia)	1 479	2 378	1	1	60,8%	0,0%
Urodinâmica	2 131	1 006	1	0	-24,6%	-100,0%
Urologia	3 610	3 384	2	1	10,4%	-50,0%
Outros	121 740	143 755	1 294	1 589	18,1%	22,8%
Outros	121 740	143 755	1 294	1 589	18,1%	22,8%

Em 2018, verificou-se um decréscimo de 1,3% nos MCDT realizados no Hospital, com destaque para os exames de Ginecologia e Obstetria, consequência da redução de recursos humanos. De referir que no mapa do N.º MCDT ao exterior não estão consideradas as prescrições de cuidados domiciliários.

Outras atividades assistenciais

Partos

Em 2018, a atividade do bloco de partos manteve-se estável, apesar da conjuntura conturbada gerada por falta de médicos (Obstetras e Anestesta) que obrigou o recurso a atendimento condicionado com notificação do CODU para o desvio de mulheres em trabalho de parto para outros hospitais em 25 períodos e também pelo movimento dos Enfermeiros Especialistas em Saúde Materna e Obstétrica, caracterizado pelo protesto a não serem remunerados como especialistas e traduzido na não realização das atividades relacionadas com aquela especialidade de enfermagem.

Quadro 15 – Partos por tipologia

	2016	2017	2018	Var % 2018/2017	
Partos Eutócicos	1 583	1 499	1 492	-7	-0,5%
Partos Distócicos	336	287	334	47	16,4%
Cesarianas	753	866	827	-39	-4,5%
TOTAL	2 672	2 652	2 653	1	0,0%
% cesarianas	28,2%	32,7%	31,2%	-1,48 p.p.	

Centros de referência

O Serviço de Cirurgia Geral integra dois Centros de Referência reconhecidos que permitem agregar capacidade de resposta multidisciplinar a doentes oncológicos:

- Centro de Referência Oncologia de Adultos – Cancro do Reto
- Centro de Referência Oncologia de Adultos – Cancro Hepatobilio-Pancreático

O Centro de Referência Cancro do Reto é determinante na mortalidade pós-operatória e na taxa de recidivas. No caso do cancro do colo-rectal, é determinante a capacidade de utilizar modalidades combinadas de tratamento, utilizando quimiorradioterapia e cirurgia, pelo que a capacidade de programar, em simultâneo, estas modalidades terapêuticas é fator crítico para o sucesso no tratamento.

Para além dos resultados da doença oncológica, o volume de cirurgias efetuadas revelou-se determinante na

percentagem de doentes submetidos a cirurgia com preservação esfinteriana.

O Centro de Referência do Cancro Hepatobilio-pancreático assegura o tratamento de tumores primitivos e de tumores metastáticos, particularmente do cólon que, pelo número de casos, torna esta área como de grande relevância.

A atividade por linha de produção gerada pelos centros de referência em 2018 foi a constante no quadro infra:

Quadro 16 – Atividade dos centros de referência por linha de produção do Contrato Programa

	2017	2018	Var % 2018/2017	
Centro de Referência do Cancro do Hepatobilio-Pancreático				
Consultas Externas	852	644	-208	-24%
Primeiras Consultas	252	267	15	6%
Consultas Subsequentes	600	377	-223	-37%
Internamento	128	789	661	516%
GDH Médicos	91	364	273	300%
GDH Cirúrgicos	21	425	404	1924%
GDH Cirúrgicos Urgentes	16	0	-16	-100%
GDH Ambulatório	321	112	-209	-65%
GDH Médicos	320	0	-320	-100%
GDH Cirúrgicos	1	112	111	11100%
Centro de Referência do Cancro do Cólon e Reto	210	106	-104	-50%
Cancro do Cólon e Reto - N.º Doentes em Tratamento - 1º ano	125	81	-44	-35%
Cancro do Cólon e Reto - N.º Doentes em Tratamento - 2º ano	85	25	-60	-71%

Programa de saúde mental

O HFF integra desde 2014, o «Programa de Gestão dos Doentes Mentais Internados em Instituições do Setor Social – PGDMIIS», na qualidade de Entidade Referenciadora e de Serviço Pagador às instituições previstas nas Circulares Normativas e Informativas da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P: Casa de Saúde do Telhal (Instituto de São João de Deus); Casa de Saúde da Idanha e Casa de Saúde de Santa Rosa de Lima (Irmãs Hospitaleiras). Esta linha de atividade está prevista em Contrato-Programa como: «Doentes de Psiquiatria no Exterior, (Ordens religiosas)».

Os internamentos nessas Casas de Saúde, ao abrigo deste Programa, abrangem doentes crónicos, de saúde mental, com diferentes patologias e organizam-se em três grandes grupos/tipologias de faturas: doentes internados até 31 de Dezembro de 2013 (I); doentes referenciados para internamento, oriundos de unidades fora da área de intervenção do Hospital, incluindo Hospitais PPP, no que respeita a Rede de Referência estabelecida para as Unidades Locais de Saúde Mental (II) e doentes da área de intervenção do HFF – especificamente de Queluz e Massamá. Em 2018, o valor contratado para esta linha de atividade ascendeu a 10.779.466,49€.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Programas de gestão de doença crónica

O contrato programa estabelece uma linha de produção dedicada a programas de gestão de doença crónica. A produção é paga por preço compreensivo e engloba todos os episódios necessários ao tratamento do doente independentemente das linhas de produção.

As patologias são selecionadas pelo volume de doentes associados com necessidade de tratamento multidisciplinar e multiprofissional e pela relevância do custo gerado no tratamento desses doentes.

Em 2018, o HFF iniciou a linha de atividade do Diagnóstico Pré-Natal (Protocolo I e II). Face ao período homólogo, o ano 2018 registou decréscimo no número de doentes completos em patologias como o VIH/Sida (-18%) e Hepatite C (-44%). Registou-se um aumento de 2% no número de doentes de Esclerose Múltipla face ao ano anterior.

Regista-se um ligeiro acréscimo no número de Interrupções Voluntárias da Gravidez

Quadro 17 – Atividade dos programas de gestão de doença crónica

	2017	2018	Var % 2018/2017	
Diagnóstico Pré-Natal				
Diagnóstico Pré-Natal - N.º Protocolos I	0	681	681	100%
Diagnóstico Pré-Natal - N.º Protocolos II	0	97	97	100%
VIH/Sida - Total de Doentes Equivalente/Ano	2 457	2 021	-436	-18%
VIH/Sida - N.º Doentes em TARC (1.º e 2.º Linha)	31	17	-14	-45%
VIH/Sida - Doentes Transitados TARC (1.º e 2.º Linha)	504	456	-48	-10%
VIH/Sida - Outros Doentes TARC (outros esquemas não abrangidos na 1.ª e 2.ª linha)	1 922	1 548	-374	-19%
IG até 10 Semanas	1 210	1 223	13	1%
IG até 10 semanas - N.º IG Medicamentosa em Amb.	6	26	20	333%
IG até 10 semanas - N.º IG Cirúrgica em Amb.	1 204	1 197	-7	-1%
Esclerose Múltipla - Total de Doentes Equivalente/Ano	264	269	5	2%
Hepatite C - Número de Doentes Tratados	387	218	-169	-44%
Colocação de Implantes Cocleares	10	3	-7	-70%

Implantes cocleares

Em 2017, foi criado um Centro de Referência de Implantes Cocleares na região de Lisboa, tendo o Hospital reduzido a atividade considerando que os doentes passaram a ser referenciados para esse Centro de Referência.

Quadro 18 – Atividade colocação implantes cocleares

	2017	2018	Var % 2018/2017	
Colocação de Implantes Cocleares	10	3	-7	-70%

Apoio à atividade assistencial

Farmácia Hospitalar

Da atividade realizada pelos Serviços de Farmacêuticos durante 2018 destaca-se como principais resultados os seguintes:

- Alargamento do sistema EKANBAN a outros serviços clínicos;
- Atualização dos Folhetos Informativos a ceder aos doentes em ambulatório com informação relativa à terapêutica farmacológica;
- Participação do farmacêutico na Consulta de Decisão Terapêutica do serviço de Oncologia;
- Manutenção do desenvolvimento da metodologia de Acompanhamento Farmacêutico que inclui gestão da informação da base de dados para prescrição e administração de medicamentos, validação farmacêutica;
- Implementação de novos processos no sector de preparações estéreis de forma a dar seguimento às boas práticas e legislação específica;
- Reestruturação do espaço físico da Farmácia de forma a otimizar processos, garantir boas práticas com qualidade e segurança e permitir a criação de novas áreas/atividades;
- Maior acompanhamento das existências por via da realização de inventários de monitorização nalgumas áreas.

O ano de 2018 revestiu-se de particular complexidade devido ao aumento de atividade do hospital e problemas recorrentes na aquisição de medicamentos o que comprometeu os objetivos propostos e, consequentemente, os resultados do serviço de Farmácia.

Quadro 19 – Atividade assistencial e indicadores de desempenho

Indicadores Globais	2017	2018	Variação (n)	Variação (%)
Avaliação de Justificações clínicas por doente	506	480	-26	-5%
Avaliação de pedidos de introdução no formulário HFF	18	11	-7	-39%
Avaliação de protocolos e normas	4	19	15	375%
N.º de Ensaio Clínicos a decorrer	31	39	8	26%
N.º de Pedidos de Autorizações Especiais ao Infarmed	107	116	9	8%
N.º de Pedidos de Autorizações Excecionais ao Infarmed	86	98	12	14%
N.º de Preparações na Câmara de Fluxo Laminar de Ar Horizontal	7 776	6986	-790	-10%
N.º de Preparações na Câmara de Fluxo Laminar de Ar Vertical	11 187	12277	1 090	10%
N.º de Preparações não Estéreis (nº lotes produzidos)	2 009	2009	0	0%
N.º de Unidades de Medicamentos Reembalados	1 250 000	1 300 000	50 000	4%
N.º dispensas em Dose Unitária	2 821 025	2 970 446	149 421	5%
N.º Intervenções Farmacêuticas no Internamento	4 887	4712	-175	-4%
N.º prescrições validadas pelo farmacêutico em contexto de Hospital de Dia	4 923	5905	982	20%
N.º prescrições validadas pelo farmacêutico no Internamento	735 792	735 792	0	0%
N.º total de Artigos	2 866	2959	93	3%

Medicamentos de dispensa gratuita em ambulatório

Em 2018 o valor dos medicamentos de cedência hospitalar em ambulatório, subiu 8% face ao ano anterior devido ao aumento verificado nas patologias de Deficiência da Hormona de crescimento na criança e Síndrome de Turner e Doença de Crohn Ativa Grave. Ambas as referidas patologias apresentaram crescimentos no número de doentes face ao ano anterior com principal ênfase para a Doença de Crohn Ativa Grave com um crescimento de 47%.

Quadro 20 – Medicamentos de dispensa gratuita em ambulatório

	2017	2018	Var % 2018/2017	
Medicamentos de cedência hospitalar em ambulatório	1 427 664	1 538 860	111 196	8%

Serviço Social

O Serviço Social, é um serviço de apoio clínico, que tem como objetivo principal prestar apoio social, com vista à resolução dos problemas psicossociais que dificultam o tratamento e reabilitação do utente/doente, garantindo em tempo útil a continuidade de cuidados de apoio social na comunidade indispensáveis para garantir a alta.

Em 2018, o Serviço Social contou com a colaboração de 21 Assistentes Sociais que trabalham em todos os serviços clínicos: Internamento, Urgência e Ambulatório. O Serviço Social do HFF prestou assistência a 7.698 utentes. Acompanhou igualmente situações sociais que transitaram para camas de exterior (i.e. Camas Sociais, Lares).

Foi responsável pela legalização de vários utentes que se encontravam em situação irregular em Portugal, mantendo estreita colaboração com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Em 2018, no âmbito da Equipa Intra Hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos, o serviço social colaborou em 131 referências de utentes. No âmbito da Equipa de Gestão de Altas / Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados foram avaliados e orientados 1.054 utentes.

O Serviço Social Integra ainda a Equipa Intra Hospitalar de Cuidados Paliativos (EIHCP), a Equipa Prevenção Violência Adulto (EPVA) e o Núcleo Hospitalar Apoio Crianças e Jovens em Risco (NHACJR).

UGSH, Unidade de Gestão dos Serviços Hoteleiros

A UGSH é guiada pela missão de prestar serviços de hotelaria de qualidade, no respeito pela dignidade dos doentes, utilizando os recursos disponibilizados de forma eficiente nas áreas da Alimentação, Higiene e Limpeza, Gestão de Resíduos, Lavandaria, Gestão e tratamento do fardamento dos colaboradores, Manutenção de Parques e jardins, Desinfestação e controlo de pragas.

2
A
R
S

Higiene e Limpeza: Em 2018, a UGSH supervisionou a prestação do serviço de limpeza, que envolve cerca de 172.140 horas de limpeza/ ano, o que corresponde a 14.345 horas por mês. A atividade do prestador estende-se a todos os serviços do hospital.

Lavandaria

A roupa do HFF e o fardamento dos colaboradores do HFF são lavados na lavandaria do próprio hospital. Em 2018, a lavandaria do HFF tratou cerca 1.117.106 kg de roupa hospitalar e 47.600 kg de fardamento dos seus colaboradores.

Atribuição de fardamento: No decorrer de 2018, entre entradas, substituições e reposições, USGH atribuiu um total 3.600 peças de fardamento, na sua grande maioria a Médicos, Enfermeiros e Auxiliares de Ação Médica. Foi também proposta e autorizada a alteração do modelo de fardas de Enfermeiros e Auxiliares (modelo unissexo), bem como alterações de cor e utilização exclusiva de fardas nas Unidades, promovendo maior segurança e controlo de infeção.

Gestão de Resíduos

A Gestão integrada ao nível dos resíduos hospitalares das operações de recolha, encaminhamento e tratamento ou entrega em destino final devidamente adequado para o efeito, dos resíduos hospitalares, designadamente dos grupos I, II, III e IV e dos resíduos líquidos, ficou sob a responsabilidade um único operador, ao abrigo de concurso público. A partir de 1 de janeiro de 2018, passou a ser obrigatório a emissão das guias de transporte eletrónicas e a sua validação na plataforma da APA.

Quadro 21 – Resíduos Hospitalares por Grupo

Resíduos Hospitalares	2018
Grupo I e II (kg)	898.560
Grupo III (kg)	500.477
Grupo IV (kg)	18.899

No que diz respeito às fileiras dos recicláveis a de maior representatividade é a do papel/cartão. O seu acondicionamento é efetuado em contentor compactador e são encaminhadas cerca de 8 toneladas por mês, o que fez um total de aproximadamente 100 toneladas em 2018.

É também assegurado o encaminhamento dos resíduos orgânicos ao abrigo do Programa + Valor, um projeto que envolve o Hospital, a Câmara Municipal da Amadora e a Valorsul, ao abrigo do qual os resíduos são recolhidos diariamente e encaminhados para valorização. Durante o ano de 2018, a estimativa foi de 125 toneladas de resíduos urbanos biodegradáveis recolhidos no HFF, EPE.

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

Alimentação

Em 2018, a UGSH acompanhou o prestador de serviços de alimentação, assegurando o fornecimento de refeições aos doentes e funcionários deste Hospital. Supervisionou a cozinha e refeitório garantindo o cumprimento das normas de higiene e segurança.

Em 2018 foram servidas:

Quadro 22 – Refeições servidas

Refeições Servidas	2018
Refeições para doentes	912.390
Refeições para acompanhantes	17.664
Ceias para pessoal	97.982
Refeições para dadores Sangue	3.053

Serviço de Alimentação e Nutrição

O Serviço de Alimentação e Nutrição, contou com a colaboração de 6 nutricionistas que desenvolveram atividades relativas à adequação e monitorização da nutrição dos doentes, incluindo Copa de Leites e Gestão de Fórmulas de Alimentação Entérica; elaboração e controlo diário das requisições de alimentação para todos os serviços; e supervisão das refeições servidas aos colaboradores.

Realizaram 3.641 consultas de Nutrição e Dietética e integraram os seguintes grupos de trabalho: Feridas, Cirurgia Bariátrica, Programa de reabilitação cardíaca, Programa de preparação para o parto, Equipa intra hospitalar de cuidados paliativos, Núcleo de doenças falciformes (NDF), Programa ERAS.

Colaboraram ainda na orientação de estágios curriculares em parceria com as Escolas Superiores de Tecnologias da Saúde de Lisboa, Coimbra, Leiria e Algarve.

O Serviço incorpora, ainda, as Auxiliares de Alimentação. Foi um ano muito difícil na gestão e distribuição de tarefas, uma vez que, apesar da dotação inicial ser de 74 elementos, o ano terminou com apenas 68 elementos, a que se deduz o grande número de ausências por falta (essencialmente doença e maternidade), não substituídas.

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

Objetivos e Resultados

O HFF contratualiza anualmente com a tutela sectorial (Administração Central do Sistema de Saúde e Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo) o nível de serviço público a prestar pelo hospital.

O Contrato Programa 2017-2019 incorpora as políticas, as orientações específicas e os objetivos a alcançar que incluem, além da atividade assistencial, as contrapartidas financeiras que estão associadas àquela produção, o orçamento económico e os objetivos de qualidade e eficiência, que determinam o Índice de Desempenho Global (IDG) do hospital e que estão indexados a uma verba de incentivos institucionais que corresponde a 5% do Contrato Programa.

Produção

O HFF elabora anualmente uma proposta de atividades a contratualizar por linha de produção, tendo em conta a procura expressa em termos de listas de espera.

Essa proposta é posteriormente negociada com a ARSLVT de modo a incorporar as metas regionais estabelecidas por aquela entidade.

Seguidamente, o HFF ajusta a produção SNS ao financiamento disponível e às orientações formuladas pela tutela nos “Termos de Referência para contratualização de cuidados de saúde no SNS para 2018”, documento que estabelece as orientações gerais e específicas, nomeadamente o preço das quantidades produzidas por linha de produção e as regras de faturação dessa produção.

Com a entrada em vigor da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, em 2012, Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a ACSS definiu que os valores dos contratos programa não poderiam superar os 100% ainda que a produção valorizada possa ser superior. Até 2012, os hospitais podiam faturar até 110% dos contratos, embora com preços inferiores, incentivando a sucessivos aumentos de produção.

Em 2018 o HFF cumpriu globalmente os objetivos contratualizados em termos de atividade assistencial. A taxa de execução do Acordo Modificativo de 2018 foi de 98,9%.

Quadro 23 – Acompanhamento do Acordo Modificativo

Objectivos e resultados da atividade assistencial	Cumprimento		Taxa de Execução (%)	Justificação dos desvios
	S	N		
Consultas externas médicas	X		100,0%	N.A.
Primeiras Consultas	X		100,0%	N.A.
Consultas Subsequentes	X		100,0%	N.A.
Internamento		X	98,5%	N.A.
GDH Médicos		X	98,2%	N.A.
GDH Cirúrgicos Programados		X	98,2%	N.A.
GDH Cirúrgicos Urgentes		X	98,2%	N.A.
Dias de Internamento de Doentes Crónicos	X		100,0%	N.A.
Episódios de GDH de Ambulatório		X	98,9%	N.A.
GDH Médicos		X	99,7%	N.A.
GDH Cirúrgicos Programados		X	98,6%	N.A.
Urgências	X		100,0%	N.A.
Atendimentos SU Médico-Cirúrgica	X		100,0%	N.A.
Atendimentos SU Básica	X		100,0%	N.A.
Sessões em Hospital de Dia	X		100,1%	N.A.
Base	X		100,1%	N.A.
Imuno-Hemoterapia	X		100,1%	N.A.
Psiquiatria	X		100,0%	N.A.
Programas de gestão de doença crónica	X		100,0%	N.A.
VIIH/Sida (doentes em TARV)	X		100,0%	N.A.
Esclerose Múltipla - doentes em terapêutica	X		100,0%	N.A.
Cancro do colon e reto	X		100,0%	N.A.
Diagnóstico Pré-Natal	X		100,0%	N.A.
IVG até 10 semanas	X		100,0%	N.A.
Colocação de implantes cocleares		X	52,3%	com a criação de um CRe (CUF Infante Santo + CHLO + CHLN), os doentes elegíveis para implantes cocleares passaram a ser referenciados para essas instituições
Serviços domiciliários - consultas	X		100,0%	N.A.
Medicamentos de cedência hospitalar em ambulatório		X	88,6%	redução do n.º de doentes em patologias (Deficiência da Hormona de crescimento e Síndrome de Turner e Doença de Crohn Activa Grave)
Internos	X		100,0%	N.A.
Total Contrato Programa - Produção		X	98,9%	N.A.

N.A. Não Aplicável
N.D. Não Disponível

Objetivos de qualidade e eficiência económico-financeira

À data da realização deste relatório, o HFF não tinha ainda informação por parte da tutela sobre o desempenho final de todos os indicadores, nomeadamente os provenientes do Sistema de Informação de Morbilidade Hospitalar dado as alterações em termos de Agrupador (GDH) e os de custos por doente padrão (pessoal, produtos farmacêuticos e material de consumo clínico) uma vez que o cumprimento depende de informação de benchmark - valor apresentado pelo melhor Hospital do Grupo.

Desta forma, o Índice de Desempenho Global (IDG) de 47,9%, extraído do SICA não é fidedigno tendo a ACSS no Documento de "Ajustamentos para eliminação das diferenças contabilizadas entre as entidades", considerado um cumprimento dos incentivos de 99,3%. O valor indicado pela ACSS foi considerado para encerramento do exercício de 2018.

Quadro 24 – Objetivos de qualidade e eficiência económico-financeira

Objectivos de qualidade e eficiência económico-financeira	Cumprimento		Taxa de Execução (%)	Justificação dos desvios
	S	N		
Objectivos Nacionais				
Acesso				
Percentagem das primeiras consultas médicas no total de consultas médicas (%)		X	98,0%	N.A.
Peso das consultas externas médicas com registo de alta no total de consultas externas médicas (%)	X		100,0%	N.A.
Mediana de tempo de espera em LIC, em meses		X	77,1%	falta de recursos humanos médicos de anestesia e enfermagem para cumprimento dos planos operatórios
Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem		X	86,7%	desajustamento entre o objetivo e a procura observada
Percentagem de doentes referenciados para a RNCCI, avaliados/confirmados pela EGA até 2 dias após a referênciação, no total de doentes referenciados para a RNCCI		X	74,7%	N.A.
Qualidade				
Percentagem de doentes saídos com duração de internamento acima do limiar máximo			N.D.	N.D.
Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	X		120,0%	N.A.
Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas		X	92,4%	falta de recursos humanos médicos de anestesia e enfermagem para cumprimento dos planos operatórios
Índice de risco e segurança do doente			N.D.	N.D.
Índice PPCIRA			N.D.	N.D.
Quota de Biossimilares em unidades, por DCI (Infliximab)	X		110,0%	N.A.
Quota de Biossimilares em unidades, por DCI (Rituximab)	X		120,0%	N.A.
Quota de Biossimilares em unidades, por DCI (Etanercept)	X		120,0%	N.A.
Eficiência				
Percentagem dos custos com horas extraordinárias, suplementares e fornecimentos e serviços externos III (selecionados), no total de custos com pessoal (€)	X		100,0%	N.A.
Custos com pessoal por doente padrão			N.D.	N.D.
Custos com produtos farmacêuticos por doente padrão			N.D.	N.D.
Custos com material de consumo clínico por doente padrão			N.D.	N.D.
Objectivos Regionais				
Percentagem de utentes referenciados dos cuidados primários para consulta externa atendidos em tempo adequado	X		120,0%	N.A.
Percentagem doentes cirúrgicos inscritos em LIC com tempo de espera > TMRG		X	86,5%	N.A.
Despesa de medicamentos facturados, por utilizador (PVP)			N.D.	N.D.
N.º de projectos de articulação implementados com os CSP	X		100,0%	N.A.
Demora média antes da cirurgia	X		120,0%	N.A.

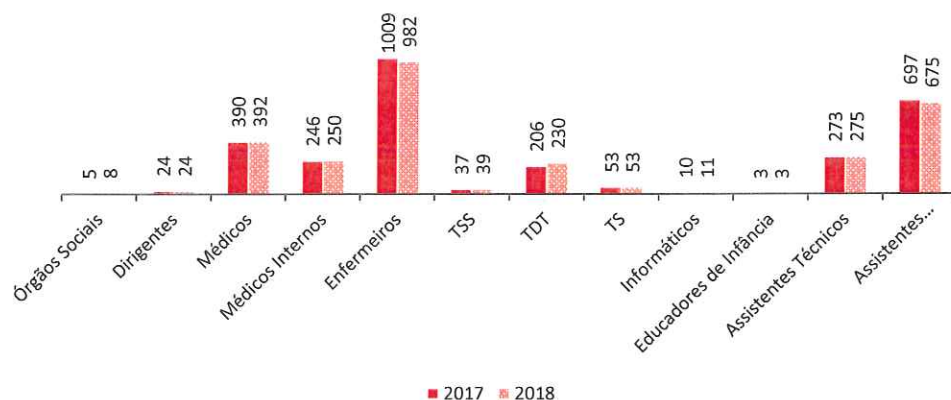
N.A. Não Aplicável
N.D. Não Disponível

Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2018, o HFF, EPE contava com um total de 2.942 colaboradores (considerando todos os vínculos contratuais, inclusive os contratos de substituição), dos quais 2.274 (77,3%) do sexo feminino e 668 (22,7%) do sexo masculino. O Hospital integra 34 profissionais portadores de deficiência.

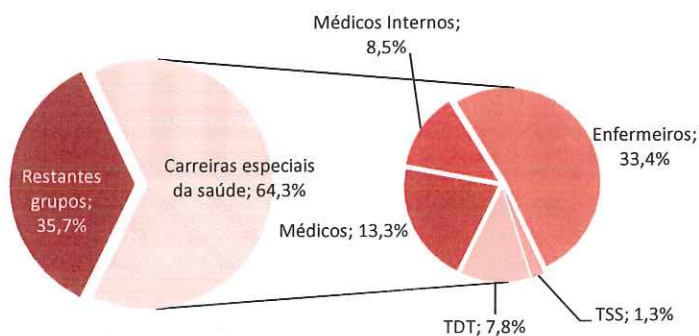
Face a 2017, em que o número de colaboradores seria de 2.953 colaboradores, o Hospital contou com menos 11 colaboradores, sendo a diminuição mais significativa nos grupos profissionais dos Enfermeiros (-27) e Assistentes Operacionais (-22).

Figura 9 – Distribuição dos colaboradores por grupo profissional



Relativamente à distribuição por grupo profissional, os enfermeiros constituem o grupo mais representativo com 982 colaboradores (33,4%), seguindo-se os auxiliares com 675 colaboradores (22,9%) e os médicos com 392 colaboradores (13,3%). Os técnicos de diagnóstico e terapêutica e técnicos superiores de saúde totalizam 269 profissionais (9,1%). No âmbito do Internato Médico, a área da formação específica do HFF integra 198 internos e o ano comum 52 internos. Durante o ano de 2018, concluíram a especialidade 39 médicos, dos quais 16 celebraram contrato individual de trabalho com o HFF, EPE.

Figura 10 – As carreiras especiais de saúde (CES) no HFF, EPE



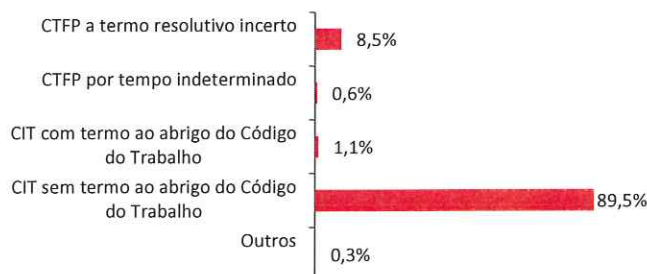
Handwritten signatures and initials in the top right corner.

No que respeita à relação jurídica de emprego, a maioria dos profissionais (90,6%), detém contrato de trabalho ao abrigo do código do trabalho (2.634 contratos sem termo e 31 com termo), 8,5% com contrato de trabalho a termo resolutivo incerto (250 médicos internos) e apenas 0,6% (19) dos profissionais possuem contrato de trabalho em funções públicas, 7 dos quais do quadro residual do próprio Hospital.

De referir que os regimes de trabalho dos grupos profissionais do HFF constam (também) previstos em sede de instrumentos de regulamentação coletiva, designadamente do Acordo de Empresa (publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.º 39, de 22/10/1999 com as alterações que constam do BTE n.º 33, de 8/09/2005) para os profissionais médicos que não aderiram ao acordo coletivo de trabalho (publicado no BTE, n.º 41, de 8 de novembro de 2009), e do Acordo de Empresa (publicado no BTE, 1.ª série, n.º 45, de 8/12/2003 com as alterações que constam dos BTE n.º 26, de 15/07/2008 e n.º 22, de 15/06/2009) aplicável às demais carreiras/grupos profissionais deste Hospital.

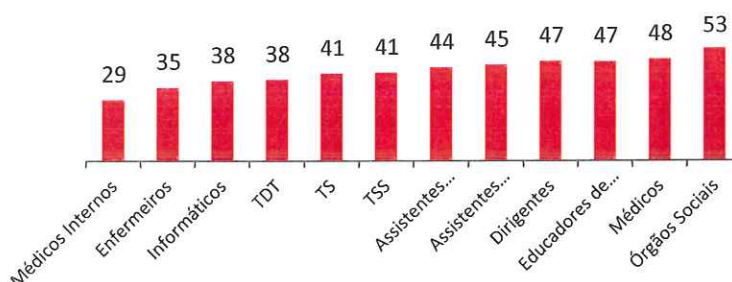
Da totalidade dos colaboradores, encontram-se a exercer funções no HFF, EPE, 12 profissionais em situação de mobilidade e 7 médicos aposentados contratados nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2015, de 15 de abril (Diploma que regula o exercício de funções no SNS por médicos aposentados).

Figura 11 – Distribuição dos colaboradores por relação jurídica de emprego (em %)



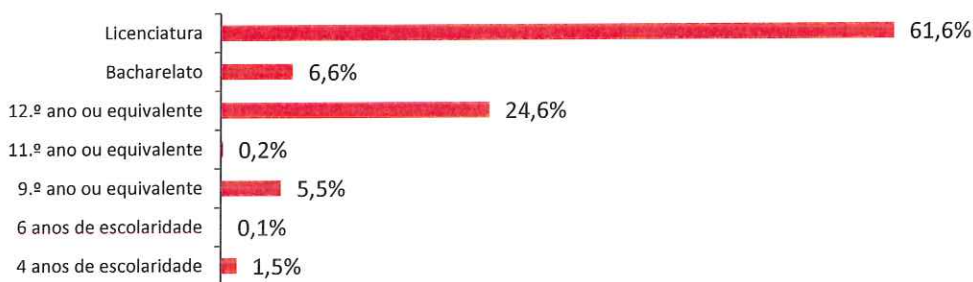
No que concerne à média de idade no HFF, EPE, esta situa-se nos 39,6 anos em 2018, sendo a média por grupo profissional a seguinte:

Figura 12 – Média da escolaridade dos colaboradores do HFF, EPE



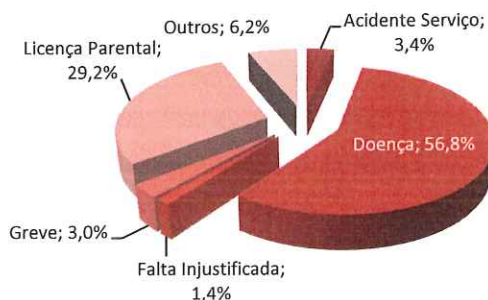
Relativamente à distribuição dos profissionais por habilitações literárias, constata-se que 68,2% têm formação superior, sendo a licenciatura o grau mais representativo (61,6%).

Figura 13 – Distribuição dos colaboradores por habilitações literárias



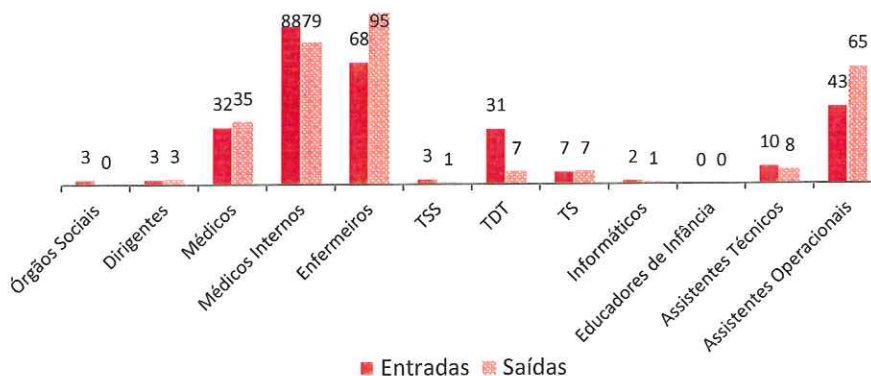
Em 2018, houve uma ligeira diminuição na taxa de absentismo, que passa de 8,9% em 2017 para 8,8%. Os grupos profissionais que mais contribuíram para a taxa de absentismo foram os enfermeiros e assistentes operacionais, com 3,4% e 2,7%, respetivamente. Os principais motivos de absentismos identificados foram no âmbito da parentalidade e doença, como se observa pelo gráfico abaixo:

Figura 14 – Média da distribuição por tipo de ausência no HFF, EPE



No que respeita à rotatividade de profissionais em 2018, ilustrada no gráfico infra, as movimentações registaram uma taxa de turnover de 10,2%.

Figura 15 – Entradas e Saídas de colaboradores



No âmbito do programa europeu de intercâmbio de profissionais de saúde (HOPE), em 2018 o HFF, EPE foi anfitrião de um gestor de um Hospital de Amesterdão, na Holanda, que possibilitou a partilha de conhecimentos e troca de experiências com os profissionais de vários países envolvidos, numa procura constante das melhores práticas.

Em 2018, o HFF recebeu um total de 1.005 estagiários de diversas áreas. Mantem-se o grupo de enfermagem e o grupo médico, como os grupos de maior destaque no acompanhamento de estágios, com um total de 483 (48%) e 328 (33%) estagiários, respetivamente. No ano de 2018, foram abertos 28 processos de recrutamento, com um total 1.383 candidaturas rececionadas, 644 entrevistas realizadas e 582 candidatos selecionados, dos diferentes grupos profissionais.

Prestadores de serviços e trabalhadores empresa

Em 2018, o HFF contou com a colaboração de prestadores de serviços (quer a título individual, quer a título de empresa), para fazer face à escassez de Médicos em algumas especialidades e aos compromissos do hospital, de forma a assegurar os cuidados de saúde à população, em particular no serviço de urgência.

No que respeita ao grupo profissional dos médicos e atentas as disposições expressas no Despacho n.º 3027/2018, de 23 de março de 2018, foi atribuída ao HFF, E.P.E. uma quota de 145.863 horas para o ano de 2018 e um custo respetivo de 4.543.778€. Findo o ano de 2018, foram consumidas 136.317 horas, com um custo acumulado de 3.684.503€, sendo o valor médio mensal de horas consumidas de 11.360, valor abaixo do autorizado pela Tutela (média mensal de 12.155 horas), pelo que o saldo positivo foi de 859.275€.

Quadro 25 – Horas prestadas em 2018 em regime de prestação de serviços

Mês Processamento	Nº Horas	Montante
Janeiro	12.338	361.509 €
Fevereiro	11.869	334.467 €
Março	10.836	306.119 €
Abril	10.075	281.141 €
Maio	11.651	325.640 €
Junho	11.055	273.489 €
Julho	11.440	310.386 €
Agosto	11.056	284.868 €
Setembro	10.924	298.878 €
Outubro	11.054	287.314 €
Novembro	11.773	297.513 €
Dezembro	12.246	323.179 €
Total	136.317	3.684.503 €
Quota 2018	145.863	4.543.778 €
Saldo	9.547	859.275 €

Relativamente aos restantes grupos profissionais, o quadro infra demonstra uma diminuição significativa face a 2017, num total de 9.078 horas. Adicionalmente, é de referir que todos os contratos em regime de prestação de serviços, seja de enfermeiros ou de técnicos de diagnóstico e terapêutica cessaram até ao final de 2018.

Quadro 26 – Horas prestadas em 2018 em regime de prestação de serviços, por grupo profissional

Grupo Profissional	Nº Horas Prestadas		
	2017	2018	Diferença
Enfermeiros	12.220	5.545	-6.675
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	27.901	25.498	-2.403
Total	40.120	31.042	-9.078

Sistemas de Informação

O HFF utiliza os seguintes sistemas de informação:

Quadro 27 – Sistemas de informação existentes no HFF

Clínicas		
ASTRAIA	SICO	HOSIX VB Anatomia
Farma	SIVIDA	HOSIX VB Enfermaria
GID	Soarian Clinicals	HOSIX VB Farmácia
ICDx	ASIS	HOSIX VB Médicos
ManchesterTriage	ATHIS	HOSIX VB Quirofanos
Nefrus	RIDAI	CIT
PatoLogic	bHealth Flow	DonorNow
PDS	Cardiobase	Dragon Medical 360
PEM	CardiobaseWeb	ePrescription
Portal da Consulta	Centricity v3	epSOS
Portal da Farmácia	VueMotion	Appolo
Portal de MCDT's	VuePACS	Carta sobre Rodas
Registo Centralizado de Vacinas	WebAppolo	
Electromedicina		
Intellispace ECG	ImageVault	Omniview
Dose Watch	Kardex	PACS Worklist
EyeSuite	Maternum	Bheath Printer
DICOM Shot	MedWeb	Siemens RapidLink
ERP/Financeira/Logística		
SAP EHP 7	HOSIX VB Faturação	Ekanban
SIBS	Gestão de Consumos de Bloco	OCS Mobile
VTaxas	StockScan	
Recursos Humanos		
AcessFive	Gestão de Horários	
RHV	Gestão de Identidades	
Suporte à atividade		
HOSIX VB Suministros	HOSIX .NET Termos	BalcoesTV - GA
Soarian Scheduling	Intranet	CDI - Repositório
HOSIX VB Admissão	IVR - OneAgent	Coordenação Hosp de Doação
Proximo	Kofax Capture	CTH P1
sugarCRM	Portal do Executivo	Easylynq
SUGIRA	Prover	Formulário SGD
TargetOne	SIGIC	GA Proside
VIGIE	SIRIC	GDH
WebGDH Standalone	AcessFive - Senhas de Almoço	Gesmanth
WebRNU	ATARV	Auditor
Gestão de Ocorrências	HER	
Sistemas / Infraestrutura		
EasyVista	Forefront UAG	TS Remote Desktop Apps
HOSIX VB Usuarios	Cisco Video Surveillance	Virtual Desktop Infrastructure
Forefont TMG	Symantec Endpoint Protection	Soarian OPENlink
Forefront Client Security	Active Directory	PandoraFMS Community



Relativamente aos métodos e parâmetros de segurança e salvaguarda da confidencialidade da informação respeitante aos utentes, nos termos da legislação em vigor, está em atividade a plataforma de gestão de identidades que integra a informação de “cadastro”, para mapeamento do perfil funcional nos sistemas de informação, de acordo com o perfil profissional, permitindo o prazo de acesso em função de contrato firmado.

A informação em produção, que diz respeito aos utentes, encontra-se em bases de dados seguras, localizadas num Centro de Dados, module secure e de acesso restrito;

A informação clínica é passível de auditoria e rastreabilidade, com identificação e *timestamps* sobre todos os eventos (criação, consulta, alteração, eliminação) nos registos clínicos;

O Hospital possui uma política e procedimentos para a salvaguarda de dados com base em backups para TAPE (totais, parciais e incrementais), que são guardadas em Cofre apropriado e geograficamente deslocalizadas do Centro de Dados.

Sistema de Gestão da Qualidade

Os referenciais de Acreditação - CHKS (Caspé Healthcare Knowledge System) e Certificação ISO 9001 em que se sustenta o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) implementado no HFF, continuam a constituir projetos exigentes e de interesse estratégico para o HFF.

O hospital trabalha para obter a 6ª Acreditação, de acordo com o Programa de Acreditação Internacional para Organizações de Saúde do CHKS bem como a Certificação ISO 9001:2015 dos Serviços de Consulta Externa, Sangue e Medicina Transfusional, Anatomia Patológica, Patologia Clínica, Farmácia, Imagiologia, Esterilização, Urgência Obstétrica /Ginecológica, Bloco Operatório, Unidade de Cirurgia de Ambulatório, Logística e Negociação.

O hospital conta também com 2 centros de referência na área de Oncologia de Adultos, Cancro Hepatobiliar Pancreático e Cancro do Reto. Estes centros de referência estão empenhados na sua Certificação, segundo o modelo de certificação das unidades de saúde da DGS.

Para o sucesso destes projetos é fundamental o envolvimento de todos os profissionais num objetivo estratégico o da melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados aos Utentes num ambiente altamente complexo e que se quer humano e seguro para utentes e também para os profissionais, através da melhoria das práticas e da redução dos riscos a que estão expostos utentes e profissionais.

A gestão do risco dos processos operacionais e organizativos constitui uma ferramenta relevante para a segurança dos doentes, para o Conselho de Administração e para as direções operacionais tomarem decisões baseadas no risco de modo a assegurarem o controlo dos mesmos e a segurança das pessoas e dos processos.

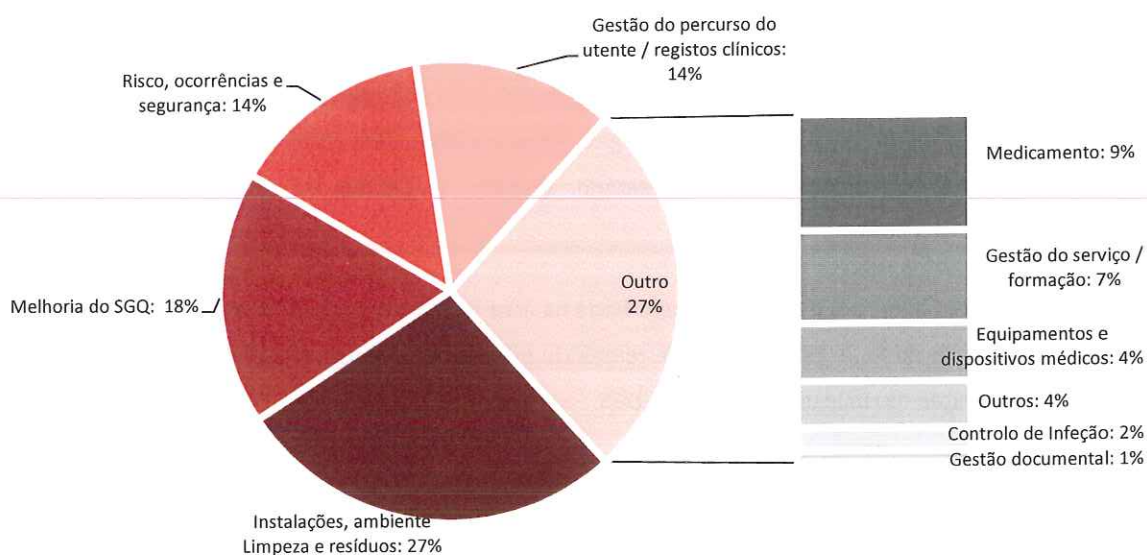
A par da gestão do risco a auditoria interna da qualidade é também uma atividade de valor acrescentado para a consolidação do sistema de gestão da qualidade do HFF. A AIQ no hospital assenta em três vertentes:

- Auditoria aos processos inerentes às dimensões da segurança do doente;
- Auditoria ISO 9001, de monitorização e de acompanhamento dos serviços com essa certificação
- Auditoria aos registos tais como, nota de alta, Consentimento Informado, Lista de Verificação de Segurança Cirúrgica de acordo com requisitos legais (NOC nº 002/2013 de 12/02/2013 atualizada a 25/06/2013 - Cirurgia Segura, Salva Vidas);
- Auditoria aos processos e meios relativos à segurança contra incêndios.

Em 2018, realizaram-se 19 Auditorias Internas da Qualidade. Destas auditorias, 8 foram realizadas segundo o referencial da norma ISO 9001:2015.

O gráfico 1 apresenta de forma gráfica as principais áreas de melhoria em função das constatações das auditorias.

Figura 16 – Auditorias Internas aos Serviços Clínicos – Oportunidades de Melhoria



Fonte: Serviço da Qualidade e Segurança

7
H
P
M

Segurança Contra Incêndios

As auditorias de segurança contra incêndios têm por base os procedimentos do Plano de Segurança Interno do HFF, nomeadamente a praticabilidade dos percursos de evacuação e condições das saídas de emergência; condições de acesso de meios de socorro externos e disponibilidade e resposta do número de emergência interna.

Estas auditorias foram feitas de acordo com os referenciais, Portaria nº 1532/2008; Decreto-Lei n.º 220/2008; Decreto-Lei n.º 224/2015 e o Plano de Segurança Interno do HFF (DA 0379/T.CA v2); Procedimentos: PR.1209/T.QUAL-GGR - PPREV03 - Praticabilidade caminhos evacuação e PR.1211/T.QUAL-GGR - PPREV05 - Acessibilidade meios de alarme e intervenção.

Para assegurar o cumprimento do regime jurídico a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, o HFF dispõe do seu Plano de Segurança Interno que contempla aspetos relacionados com toda a estrutura preventiva e interventiva, com uma organização modular e composto por:

- Plano de Prevenção,
- Plano de Emergência Interno (plano de atuação) e
- Registos de Segurança.

Investigação e Desenvolvimento

Dando corpo a uma necessária e maior integração de diferentes dimensões de desenvolvimento organizacional, durante o ano 2017 foi criada a Academia HFF, enquanto Órgão Institucional que integrará também os serviços de informação e comunicação do Hospital.

Em termos de modelo organizacional, a Academia HFF está organizada em três áreas:

- I - Informação e Comunicação
- II - Ensino e Formação
- III - Investigação e Ensaio Clínicos

A área de Investigação e formação pré e pós-graduada constitui um pilar de desenvolvimento sustentável do HFF. Com o objetivo de dinamizar a referida área de investigação e formação, durante o ano 2017 o hospital procedeu ainda à reorganização da Unidade de Investigação Clínica e à revisão do Regulamento de Ensaio Clínicos do HFF, que integra o modelo de Contrato Financeiro a adotar pela instituição.

2
4
K

Alh

Formação

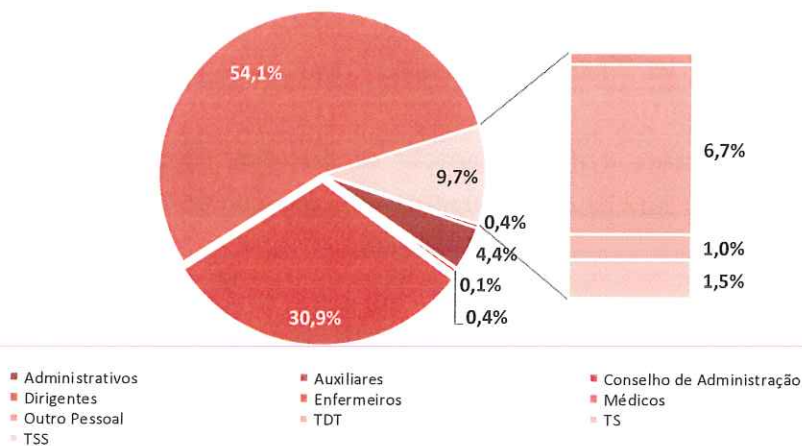
No ano de 2018, foram registadas 1.201 ações de formação (externas e internas), representando uma diminuição de 25% face ao ano anterior, tendo sido realizadas 45.711 horas.

Foram realizadas 132 ações de formação internas, com um total de 4.344 participantes, um volume de horas de formação de 13.770 horas e uma média de 3,2 horas de formação/participante. Comparativamente a 2017, regista-se a uma redução de 64,2% no número de ações de formação realizadas. A redução de ações formativas ocorreu devido à reestruturação da Unidade de Formação.

Foram realizadas 1.101 ações de formação externas (desenvolvimento de competências técnicas – exemplo: jornadas, congressos, etc.), com 2.137 participantes, um volume de horas de formação de 31.941 horas, o que corresponde a uma média de 15 horas de formação por participante.

À semelhança dos anos anteriores, o investimento em formação no ano de 2018 (interna e externa) foi maioritariamente direcionado para o financiamento da formação do grupo profissional dos médicos, seguido do grupo dos enfermeiros, correspondendo, respetivamente, a 54,1% e 30,9% do investimento total. De referir que 73% do total da formação dirigida à classe médica é dirigida a médicos internos.

Figura 17 – % de formandos por grupo profissional



Handwritten notes and signatures in the top right corner.

Projetos e Investimentos

Projetos

SAP – Módulo Orçamental – EA-PS

Durante o ano 2017 e 2018 o HFF implementou o EA-PS, módulo de contabilidade orçamental publica do sistema informático SAP. A implementação permite:

- 1) controlar a despesa face ao orçamento;
- 2) reportar a informação orçamental de forma automatizada.

Investimentos

Quadro 28 – Investimento Realizado em 2018

DESIGNAÇÃO	VALOR
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	43 891
Equipamento básico	1 863 976
Equipamento de transporte	0
Equipamento administrativo	138 720
Equipamentos biológicos	0
Outros ativos tangíveis	265
TOTAL	2 046 852

No mapa abaixo apresentado apenas estão referidos os investimentos efetuados em 2018 de valor superior a 50.000€.

Quadro 29 – Principais Investimentos Realizados em 2018 por Tipo de Imobilizado

DESIGNAÇÃO	VALOR
3 ecógrafos para imagiologia	279 302
3 Máquinas de anestesia	141 063
ANGIO - OCT	131 241
Laser Pascal	99 812
Equipamento laser cirúrgico de CO2	97 848
Ecografo consola ultrasonica digital	89 346
Ecógrafo de urologia	85 939
Ampola RX P/Angiografo	65 568
Monitor Cardíaco	56 965
Cardiotocografo IP materno fetal	55 615
Ecógrafo Vivid IQ 4 D	54 633

Indicadores de desempenho económico-financeiro

Resultados

Analisando os resultados obtidos no final de 2018, verifica-se que o Resultado Líquido do Exercício é de 27.661.026 € negativos, o que representa uma diminuição de 1.578.499 €, face ao período homólogo. No que respeita ao valor previsto na Adenda do Acordo Modificativo de 2018, o resultado apurado situa-se 1% acima do valor orçamentado. Relativamente ao EBITDA o mesmo cresceu 994.358 € face ao ano anterior e em termos orçamentais registou-se um desvio favorável de 5%.

Quadro 30 – Resultados

Resultados	2017	2018	Var 2018/2017	Orçamento	Var Orçamento
Resultados Operacionais	- 26 072 734 €	- 27 642 600 €	- 1 569 866 € -6%	- 27 906 674 €	264 075 € 1%
EBITDA	- 22 437 137 €	- 23 431 495 €	994 358 € 4%	- 24 601 509 €	1 170 014 € 5%
Resultado Líquido do Exercício	- 26 082 528 €	- 27 661 026 €	- 1 578 499 € -6%	- 27 906 634 €	245 608 € 1%

Este valor é o resultado, dos rendimentos serem no valor de 163.915.592 € com um aumento de 7% face ao ano anterior e os gastos serem de 191.558.142 €, com um aumento também de 7% face ao período homólogo.

Rendimentos

Quadro 31 – Rendimentos

Rendimentos	2017	2018	Var 2018/2017	Orçamento	Var Orçamento
70 - Impostos, contribuições e taxas	2.185.667 €	2.260.404 €	74.737 € 3%	2.247.559 €	12.845 € 1%
71 - Vendas	1.175.379 €	1.182.621 €	7.242 € 1%	1.226.706 €	- 44.085 € -4%
72 - Prestações de serviços e concessões	148.141.362 €	146.256.033 €	- 1.885.329 € -1%	149.915.392 €	- 3.659.359 € -2%
73 - Variações nos inventários da produção	- €	- €	- € -	- €	- € -
74 - Trabalhos para a própria entidade	- €	- €	- € -	- €	- € -
75 - Transferências e subsídios correntes obtidos	59.571 €	11.999.879 €	11.940.309 € 20044%	8.676.708 €	3.323.172 € 38%
76 - Reversões	3.542 €	19.607 €	16.065 € 454%	- €	19.607 € 100%
77 - Ganhos por aumentos de justo valor	- €	- €	- € -	- €	- € -
78 - Outros rendimentos e ganhos	1.774.988 €	2.196.998 €	422.010 € 24%	1.302.324 €	894.674 € 69%
79 - Juros, dividendos e outros rendimentos similares	2 €	49 €	48 € 3088%	40 €	9 € 23%
Total	153.340.510 €	163.915.592 €	10.575.082 € 7%	163.368.729 €	546.862 € 0,33%

O valor dos rendimentos do HFF, em 2018, é de 163.915.592 €, evidenciando um crescimento de 7% (+10.515.082 €), face ao ano anterior. Para este crescimento foi determinante o aumento do valor financiado através do Acordo Modificativo, tendo passado de 149 milhões de euros, em 2017, para 155 milhões euros, em 2018, e o reforço excecional do mesmo, sobre a forma de custos de contexto, refletido na conta 75 – Transferências e subsídios correntes obtidos. Os rendimentos do HFF apresentam uma taxa de execução de

0,33% acima do previsto, representando um aumento face ao expectável no valor de 546.862 €.

O financiamento atribuído através do Acordo Modificativo 2018 ascendeu a 155.993.958,01€, o que representa cerca de 95% do total de proveitos do HFF em 2018. Em 2018 o HFF cumpriu globalmente os objetivos contratualizados em termos de atividade assistencial. A taxa de execução do Acordo Modificativo de 2018 foi de 98,9%.

Gastos

Quadro 32 – Gastos

Gastos	2017	2018	Var 2018/2017	Orçamento	Var Orçamento
60 - Transferências e subsídios concedidos	- €	- €	- €	- €	- €
61 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	52.431.994 €	53.468.451 €	1.036.457 €	55.812.199 €	- 2.343.748 €
62 - Fornecimentos e serviços externos	36.814.585 €	36.630.318 €	- 184.267 €	36.308.704 €	321.614 €
63 - Gastos com o pessoal	86.145.119 €	96.875.992 €	10.730.872 €	95.546.101 €	1.329.891 €
64 - Gastos de depreciação e de amortização	3.635.597 €	4.211.105 €	575.508 €	3.305.165 €	905.939 €
65 - Perdas por imparidade	152.420 €	219.405 €	66.985 €	152.420 €	66.985 €
66 - Perdas por reduções de justo valor	- €	- €	- €	- €	- €
67 - Provisões do período	13.963 €	14.343 €	380 €	13.963 €	380 €
68 - Outros gastos e perdas	176.387 €	121.108 €	- 55.279 €	124.841 €	- 3.733 €
69 - Gastos e perdas por juros e outros encargos	43.177 €	17.422 €	- 25.756 €	11.971 €	5.451 €
Total	179.413.242 €	191.558.142 €	12.144.900 €	191.275.363 €	282.779 €

Os Gastos Totais em 2018 apresentam um valor de 191.558.142 €, com um aumento de 12.144.900 € face ao período homólogo e com uma execução de 0,15% acima do orçamentado, representando 282.779 € a mais que o inicialmente previsto.

Para o aumento do valor dos gastos face ao período homólogo, foi determinante o crescimento nas grandes rubricas, destacando-se o aumento do valor de consumos em 1.036.457 € (+2%) e de gastos com pessoal em 10.730.872 € (+ 12%).

Quadro 33 – Estrutura dos Gastos

Estrutura dos Gastos	2017	2018	Peso relativo 2017	Peso relativo 2018
Gastos totais	179.413.242 €	191.558.142 €	100%	100%
61 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	52.431.994 €	53.468.451 €	29%	28%
62 - Fornecimentos e serviços externos	36.814.585 €	36.630.318 €	21%	19%
63 - Gastos com o pessoal	86.145.119 €	96.875.992 €	48%	51%

Em termos de estrutura, a rubrica de gastos com pessoal representa 51% dos gastos totais do Hospital, seguida do Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas com 28% e os Fornecimentos e serviços externos com 19%. Verifica-se que existiu um aumento do peso relativo dos encargos com pessoal que passou de 48% em 2017 para 51% em 2018, tendo as restantes rubricas diminuído o seu peso.

Quadro 34 – CMVMC

CMVMC	2017	2018	Var 2018/2017	Orçamento	Var Orçamento
61.2.4.1 - Produtos farmacêuticos	37.611.865 €	37.127.358 €	- 484.506 € -1%	39.910.944 €	- 2.783.585 € -7%
61.2.4.2 - Material de consumo clínico	13.280.352 €	14.599.390 €	1.319.038 € 10%	14.196.193 €	403.198 € 3%
61.2.4.3 - Material de consumo hoteleiro	687.760 €	873.136 €	185.376 € 27%	797.750 €	75.386 € 9%
61.2.4.4 - Material de consumo administrativo	388.133 €	405.225 €	17.092 € 4%	421.053 €	15.828 € -4%
61.2.4.5 - Material de Manutenção e Conservação	414.603 €	418.510 €	3.907 € 1%	435.092 €	16.582 € -4%
61.2.4.9 - Outro material de consumo	49.281 €	44.831 €	- 4.450 € -9%	51.169 €	6.338 € -12%
Total	52.431.994 €	53.468.451 €	1.036.457 € 2%	55.812.199 €	- 2.343.748 € -4%

O CMVMC apresenta, no ano de 2018, um aumento de 2% face ao período homólogo, que equivale a 1.036.457 €. Este valor deve-se essencialmente a um crescimento de 1.319.038 € nos gastos com o material de consumo clínico e a uma diminuição de 484.506 € nos gastos com produtos farmacêuticos.

Face ao valor orçamentado, regista um desvio favorável de 4%, tendo o HFF apresentado um valor abaixo do orçamentado no montante de -2.343.748 €.

Quadro 35 – Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	2017	2018	Var 2018/2017	Orçamento	Var Orçamento
62.1 - Subcontratos e concessões de serviços	17.604.199 €	18.294.639 €	690.440 € 4%	18.058.011 €	236.628 € 1,3%
62.2 - Serviços especializados	14.203.229 €	13.329.265 €	- 873.964 € -6%	13.267.356 €	61.909 € 0,5%
62.3 - Materiais de consumo	360.105 €	208.977 €	- 151.128 € -42%	234.564 €	- 25.587 € -10,9%
62.4 - Energia e fluidos	2.003.862 €	2.108.245 €	104.383 € 5%	2.151.490 €	43.245 € 2,0%
62.5 - Deslocações, estadas e transportes	639.688 €	721.379 €	81.692 € 13%	651.851 €	69.529 € 10,7%
62.6 - Serviços diversos	2.003.503 €	1.967.813 €	- 35.690 € -2%	1.945.433 €	22.380 € 1,2%
Total	36.814.585 €	36.630.318 €	- 184.267 € -1%	36.308.704 €	321.614 € 0,9%

O valor de gastos em Fornecimentos e Serviços Externos é de 36.630.318 €, tendo baixado 184.267 € de 2017 para 2018. Esta diminuição deve-se essencialmente à rubrica de Serviços Especializados que decresceu 873.964 € e à rubrica de Materiais de consumo que desceu 151.128 €, face ao período homólogo, tendo em sentido contrário a rubrica Subcontratos e concessões de serviços crescido 690.440 €. Em relação ao valor orçamentado, esta rubrica ultrapassou o valor previsto em 321.614 € (+0.9%).

Quadro 36 – Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	2017	2018	Var 2018/2017	Orçamento	Var Orçamento
63.1 - Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	406.197 €	413.572 €	7.375 € 2%	401.866 €	11.706 € 3%
63.2 - Remunerações do pessoal	69.108.287 €	77.809.039 €	8.700.752 € 13%	76.813.580 €	995.459 € 1%
63.3 - Benefícios pós-emprego	5.999 €	5.498 €	- 502 € -8%	5.529 €	31 € -1%
63.4 - Indemnizações	16.973 €	8.978 €	- 7.995 € -47%	8.979 €	1 € 0%
63.5 - Encargos sobre remunerações	15.742.439 €	17.805.076 €	2.062.637 € 13%	17.535.690 €	269.386 € 2%
63.6 - Acidentes no trabalho e doenças profissionais	754.204 €	739.456 €	- 14.748 € -2%	719.194 €	20.262 € 3%
63.7 - Gastos de ação social	- €	- €	- € -	- €	- € -
63.8 - Outros gastos com o pessoal	108.083 €	88.063 €	- 20.020 € -19%	53.972 €	34.091 € 63%
63.9 - Outros encargos sociais	2.937 €	6.310 €	3.373 € 115%	7.291 €	981 € -13%
Total	86.145.119 €	96.875.992 €	10.730.872 € 12%	95.546.101 €	1.329.891 € 1%

A rubrica de Gastos com o pessoal é a que representa o maior peso do total dos custos, tendo a mesma aumentado 10.730.872 €, em 2018 face a 2017 (+12%). Em relação ao orçamentado, regista um desvio positivo

de 1%, que equivale a mais 1.329.891 €.

O valor de remunerações de pessoal subiu 13% (+ 8.700.752 €) face ao período homólogo, tendo causado um aumento de 2.062.637 € na rubrica de encargos sobre remunerações, apresentando uma execução de 1% acima do previsto (995.459 €). Este aumento deve-se essencialmente à aplicação do artigo 23º da Lei do Orçamento de Estado para 2018 que levou à reposição dos valores remuneratórios previstos nos Acordos de Empresa vigentes no HFF, bem como a reposição integral das progressões sem observar o previsto n.º art.º 18 da LOE 2018 (progressões faseadas), o que se traduziu num impacto colossal de 7.711.626€, na rubrica de custos de RH. No entanto é de referir que a atualização da remuneração mínima garantida e a reposição do valor das majorações das horas incómodas e das horas extraordinárias também influenciaram este aumento de 2018 face a 2017.

Quadro 37 – Outras remunerações com pessoal

Outras remunerações com pessoal	2017	2018	Var 2018/2017	Orçamento	Var Orçamento
63.2.2.04 - Trabalho extraordinário	5.847.100 €	7.326.025 €	1.478.924 € 25%	7.388.076 €	- 62.051 € -0,8%
63.2.2.07 - Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	2.244.275 €	3.429.333 €	1.185.058 € 53%	3.343.324 €	86.009 € 2,6%
63.2.2.99 - Outros abonos variáveis	5.199.360 €	5.397.389 €	198.029 € 4%	5.366.400 €	30.989 € 0,6%
Total	13.290.735 €	16.152.747 €	2.862.012 € 22%	16.097.800 €	54.947 € 0,3%

O valor de gastos de pessoal com outras remunerações aumentou 22% face ao valor do ano anterior, o que representa um crescimento de 2.862.012 €, no entanto face ao valor orçamentado encontra-se com um ligeiro aumento de 0,3% (+54.947 €). Os aumentos da conta de trabalho extraordinário e da conta de subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno, estão relacionados com as reposições das majorações das horas incómodas, das horas extraordinárias e de prevenção por força n.º art.º 41 da LOE 2018.

Balanço

Quadro 38 – Balanço

Balanço	2017	2018	Var 2018/2017
Ativo			
Ativo não corrente	78.546.476 €	76.589.760 €	- 1.956.716 € -2%
Ativo corrente	78.991.272 €	71.148.266 €	- 7.843.006 € -10%
Total do Ativo	157.537.748 €	147.738.026 €	- 9.799.722 € -6%
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais	60.556.793 €	58.213.704 €	- 2.343.088 € -4%
Passivo			
Passivo não corrente	17.184 €	6.807.091 €	6.789.907 € 39513%
Passivo corrente	96.963.771 €	82.717.231 €	- 14.246.540 € -15%
Total do Passivo	96.980.955 €	89.524.322 €	- 7.456.633 € -8%
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo	157.537.748 €	147.738.026 €	- 9.799.722 € -6%

Verifica-se uma diminuição do valor de Ativo em 6%, do Passivo em 8% e dos Fundos Patrimoniais em 4%, de

2017 para 2018. A diminuição dos Fundos Patrimoniais deve-se essencialmente ao resultado negativo apurado no presente período.

O Passivo está a diminuir devido à descida da rubrica de Fornecedores em 19.921.009 € (pelo pagamento de dívida que ocorreu com as entradas de capital) que foi parcialmente compensada pelo registo do valor de 6,9 milhões de euros do programa POSEUR em Financiamentos Obtidos, no Passivo não corrente, correspondente à parte do financiamento que é reembolsável.

A diminuição do Ativo está relacionada com o recebimento em 2018 do valor do aumento de capital de 26 milhões de euros registado em 2017 mas não realizado, que foi atenuada pelo aumento dos acréscimos de rendimentos de 10 milhões de euros decorrente do acordo modificativo de 2018, e com o registo do valor a receber do POSEUR contratado mas ainda não recebido.

Indicadores económico-financeiros

Quadro 39 – Indicadores

Indicadores	2017	2018	Var 2018/2017	
Endividamento	0,62	0,61	-0,01	-2%
Solvabilidade	0,62	0,65	0,03	4%
Autonomia Financeira	0,38	0,39	0,01	3%
Prazo Médio de Pagamentos	242	272	30	12%

Com um rácio de endividamento de 0,61 e de autonomia financeira de 0,39 significa que o HFF está a financiar-se com 61% de capitais alheios e apenas 39% de capitais próprios, no entanto é de referir que embora em 2018 a estrutura se mantenha idêntica ao ano anterior, existe uma ligeira redução do financiamento via capitais alheios.

O rácio de solvabilidade encontra-se em crescimento de 2017 para 2018 indicando que o HFF encontra-se a aumentar a capacidade de pagar os seus compromissos, mas no entanto por ser um valor inferior a 1, mostra que os Fundos Próprios não são suficientes para cobrir todas as dívidas existentes.

O Prazo Médio de Pagamento passou de 242 dias em 2017 para 272 dias em 2018, revelando um aumento de 30 dias. Pese embora o valor de dívida se encontre a diminuir, este indicador encontra-se a crescer, pelo facto de ser uma média anual e ainda não se encontrar refletida a descida da dívida.

Cumprimento das Obrigações Legais

1. Objetivos de gestão

O HFF contratualiza anualmente com a tutela sectorial (Administração Central do Sistema de Saúde e Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo) o nível de serviço público a prestar pelo hospital.

O Contrato Programa incorpora as políticas, as orientações específicas e os objetivos a alcançar que incluem, além da atividade assistencial, as contrapartidas financeiras que estão associadas àquela produção, o orçamento económico e os objetivos de qualidade e eficiência, que determinam o Índice de Desempenho Global (IDG) do hospital e que estão indexados a uma verba de incentivos institucionais que corresponde a 5% do Contrato Programa.

A avaliação do cumprimento dos objetivos definidos para 2018 encontra-se no ponto referente à Informação adicional específica para o setor da saúde.

2. Gestão de risco financeiro

O Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E. não contraiu qualquer passivo remunerado nos últimos cinco anos.

Quadro 40 – Encargos Financeiros e Taxa Média de Financiamento

Anos	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€)	0	0	0	0	0
Taxa Média de Financiamento (%)	0	0	0	0	0

3. Limite de crescimento do endividamento

Quadro 41 –Passivo Remunerado

Passivo Remunerado	2018	2017	2016	2015	2014	Variação 18/17	
	Valores (€)					Valor	%
Financiamentos Obtidos (Correntes e Não Correntes)	0	0	0	0	0	0	0
- Dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos de Capital por conversão créditos	0	0	0	0	0	0	0
Endividamento Ajustado	0	0	0	0	0	0	0

O HFF, em 2018 contraiu um empréstimo no valor de 36.215,22 €, por via de uma comparticipação financeira do Fundo de Coesão referente ao projeto POSEUR, para apoio ao investimento em estruturas no domínio da

Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

4. Evolução do prazo médio de pagamento (PMP)

Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (*arrears*), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

Quadro 42 – Prazo Médio de Pagamentos

PMP	2018	2017	VARIAÇÃO 17/16	
			VALOR	%
Prazo (dias)	272	242	30	12%

Quadro 43 – Pagamentos em atraso

Dívidas Vencidas	91-180 dias	181-240 dias	241-360 dias	361-540 dias	541-720 dias	> 721 dias	Total
Aquisição de Bens e Serviços	7.446.994	1.112.423	1.376.007	4.553.290	476.490	225.115	15.190.319
Aquisição de bens de capital	6.089	0	2.816	24.688	-2.399	-1.348	29.845
Total	7.453.083	1.112.423	1.378.823	4.577.977	474.091	223.767	15.220.164

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

À data da elaboração do presente relatório, o HFF ainda não dispõe do parecer do acionista referente aos Relatório de Gestão e Contas desde o ano de 2014.

6. Remunerações

Conselho de Administração

Informações relativa ao Conselho de Administração (se aplicável).

7
f
f
f

Quadro 44 – Mandato Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade pagadora	O/D ⁽²⁾
2014-2016 2017-2019	Presidente	Francisco João Velez Roxo	Resolução Conselho Ministros 14/2016 Resolução Conselho Ministros 47/2017	06.06.2016 02.03.2017	HFF	D
2014-2016 2017-2019	Vogal Executivo	Maria de Fátima Campos de Sena e Silva	Resolução Conselho Ministros 14/2016 Resolução Conselho Ministros 47/2017	06.06.2016 02.03.2017	HFF	D
2017-2019	Vogal Executivo	Márcia Raquel Inácio Roque	Resolução Conselho Ministros 47/2017	02.03.2017	HFF	D
2017-2019	Vogal Enfermeiro Diretor	Rui Jorge Dias dos Santos	Resolução Conselho Ministros 47/2017	02.03.2017	HFF	D
2017-2019	Vogal Diretor Clínico	Marco António Franco Lopes Ferreira	Resolução Conselho Ministros 186/2017	16.11.2017	HFF	D

Quadro 45 – Acumulação de Funções

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
[nome]	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]
Francisco João Velez Roxo	UCP	Docência	Privado
Marco António Franco Lopes Ferreira	FMUL	Docência	Público

Quadro 46 – Remuneração Mensal do Órgão de Administração

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
Francisco João Velez Roxo	S	B	4.864,34	1.945,74
Maria de Fátima Campos de Sena e Silva	S	B	3.891,47	1.556,59
Márcia Raquel Inácio Roque	S	B	3.891,47	1.556,59

Rui Jorge Dias dos Santos	S	B	3.891,47	1.556,59
Marco António Franco Lopes Ferreira	S	B	3.891,47	1.556,59

Quadro 47 – Remuneração Anual do Órgão de Administração

	Fixa (*)	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Francisco João Velez Roxo	86 496,38		86 496,38	4 324,82		82 171,56
Maria de Fátima Campos de Sena e Silva	73 159,66		73 159,66	3 657,98		69 501,68
Márcia Raquel Inácio Roque	73 159,66		73 159,66	3 657,98		69 501,68
Rui Jorge Dias dos Santos	73 159,66		73 159,66	3 657,98		69 501,68
Marco António Franco Lopes Ferreira	73 159,66		73 159,66	3 657,98		69 501,68
			379 135,02	18 956,74	0,00	360 178,28

Legenda: (*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Quadro 48 – Benefícios Sociais do Órgão de Administração

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)									
	Valor do Subsídio de Refeição*		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida		Seguro de Saúde		Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade	
Francisco João Velez Roxo	4,77	1 082,79	SS	19 515,75	0	0	0		0	
Maria de Fátima Campos de Sena e Silva	4,77	1 087,56	CGA	16 506,65	0	0	0		0	
Márcia Raquel Inácio Roque	4,77	1058.94	SS	16 506,65	0	0	0		0	
Rui Jorge Dias dos Santos	4,77	1063.71	SS	16 506,65	0	0	0		0	
Marco António Franco Lopes Ferreira	4,77	1078.02	SS	16 506,65	0	0	0		0	
		5 371,02		85 542,34		0			0	

Fiscalização

Conselho Fiscal

Quadro 49 – Mandato do Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
(Início-Fim)				
2018-2020	Presidente	João Manuel Cravina Bibe	D	27-03-2018
2018-2020	Vogal	Luís Fernando da Costa Baptista	D	27-03-2018
2028-2020	Vogal	Maria do Carmo Costa da Silva Carvalho	D	27-03-2018

Quadro 50 – Remuneração Anual do Conselho Fiscal

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2018 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final
				(4) = (1)-(2)+(3)
JOÃO MANUEL CRAVINA BIBE	1186167	0,00	0,00	1186167
LUIS FERNANDO COSTA BAPTISTA	8.896,27	0,00	0,00	8.896,27
MARIA CARMO SILVA CARVALHO	8.896,27	0,00	0,00	8.896,27
Total	29.654,21	0,00	0,00	29.654,21

Handwritten signature and initials.

ROC

Quadro 51 – Mandato do Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada		
2017	ROC	BDO & Associados SROC, Lda, representada por João Cunha Ferreira	29 956	20161384 20160573	Despacho Conjunto do SET e SES	13 -08- 2018		1	1
2018-2020	ROC	BDO & Associados SROC, Lda, representada por João Cunha Ferreira	29 956	20161384 20160573	Despacho Conjunto do SET e SES	13 -08- 2018		1	1

Quadro 52 – Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços

Nome	Remuneração Anual 2018 (€) Bruta
BDO & Associados SROC, Lda – CLC de 2017	10 000
BDO & Associados SROC, Lda – CLC de 2018	16 800
	26 800

Auditor Externo

Durante o ano de 2018 o HFF não teve Auditor Externo, pelo não lhe é aplicável.

7. Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do EGP

- Não são utilizados cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento pelos gestores do HFF.
- Não foram reembolsadas quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal aos gestores do HFF.
- Valor das despesas associadas a comunicações:

Quadro 53 – Gastos em comunicações

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido (1)	Valor Anual (2)	Observações
Francisco Velez Roxo	80 €	672,60	
Fátima Sena e Silva	80 €	185,19	
Marco Ferreira	80 €	321,8	
Rui Santos	80 €	376,43	
Márcia Roque	0 €	0,00	Não detinha em 2018 telemóvel com número de VPN, pelo que não teve gastos com comunicações.
Total		1556,02	

(1) Valor mensal definido, sem IVA

(2) Gastos totais no ano, com IVA

d) Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço

Os Gestores do HFF não têm viatura de serviço.

8. Despesas não documentadas ou confidenciais

Não foram realizadas despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Em 31 de Dezembro de 2018, o HFF, EPE contava com um total de 2.942 colaboradores, dos quais 2.274 (77,3%) do sexo feminino e 668 (22,7%) do sexo masculino.

No que respeita a contratações existe uma efetiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres uma vez que a igualdade de oportunidades está subjacente a todo o processo de recrutamento e seleção, não sendo admissível qualquer discriminação.

Tendo presente que no HFF existe uma política de meritocracia, todo o processo de recrutamento é efetuado com base em critérios de seleção objetivos que favoreçam a admissão de colaboradores de elevada qualidade, independentemente do seu género, raça, idade ou nacionalidade.

Acresce ainda o facto de as remunerações terem suporte nos instrumentos de regulação coletiva, impossibilitando desta forma a atribuição de remunerações discricionárias.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Na sequência da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 01 de Julho de 2009, emitida pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), cujo prazo foi prorrogado pela Recomendação nº1/2010, publicada em Diário da República, 2ª série, n.º 71, de 13 de Abril de 2010, o HFF elaborou o seu plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas no âmbito do qual se identificam os riscos relevantes, sendo paralelamente efetuada a sua avaliação, assim como as medidas preventivas adotadas.

O referido plano encontra-se publicitado no sítio da internet do hospital.

11. Contratação pública

Foram observados os procedimentos de formação de contratos legalmente tipificados, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 18 de 2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei N.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

O HFF submete a visto prévio do tribunal de Contas todos os contratos de valor igual ou superior a 350.000 euros, nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, Lei N.º 98/97, de 26 de agosto, e republicações subsequentes, nomeadamente, a Lei N.º 42/2016, de 28 de dezembro.

Em cumprimento com o disposto no Despacho n.º 851-A/2017, de 13 de janeiro de 2017, com a colaboração do Auditor Interno, foi revisto o manual de procedimentos com identificação de boas práticas para a área da Contratação Pública.

Por sua vez, à celebração dos contratos em que não seja aplicável a Parte II do CCP, sendo aos mesmos aplicáveis o direito privado, sem prejuízo do cumprimento, das normas constantes do Código do Procedimento Administrativo que concretizam preceitos constitucionais e dos princípios gerais da atividade administrativa.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas

Finalmente, merece ainda destaque, no caso específico da aquisição de medicamentos, de material de consumo clínico, equipamento informático e serviços as aquisições que são efetuadas ao abrigo dos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) na área da Saúde e nas áreas Transversais, mediante convite à apresentação de proposta dirigido apenas aos operadores económicos que sejam partes naqueles CPA, mediante o procedimento pré-contratual previsto no artigo 259.º do CCP, assim como através de compra centralizada por via de contrato de mandato administrativo.

13. Medidas de redução de gastos operacionais

Quadro 54 – Medidas de redução de gastos operacionais

PRC	2018 Exec.	2017 Exec.	2018/2017	
			Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-23 431 495	-22 437 137	-994 358	-4,4%
(1) CMVMC	53 468 451	52 431 994	1 036 457	2,0%
(2) FSE	36 630 318	36 814 585	-184 267	-0,5%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	95 905 937	85 300 300	10 605 637	12,4%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	56	9 770	-9 714	-99,4%
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	0	-4 105	4 105	-100,0%
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017	969 999	839 154	130 845	15,6%
(4) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)	186 004 706	174 546 879	11 457 827	6,6%
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}	149 699 058	151 502 408	-1 803 350	-1,2%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	124%	115%		
(i) Gastos com Comunicações (FSE)	264 592	263 267	1 326	0,5%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	11 937	40 993	-29 056	-70,9%
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	2 401	2 574	-172	-6,7%
(iv) Gastos com as viaturas ^{c)}	43 456	30 195	13 261	43,9%
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	322 386	337 028	-14 642	-4,3%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	2 942	2 953	-11	-0,4%
N.º Órgãos Sociais (OS)	8	5	3	60,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	24	24	0	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	2 910	2 924	-14	-0,5%
N.º Trabalhadores/N.º CD	121	122	-1	-0,5%
N.º de viaturas	6	6	0	0,0%

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O HFF tem os saldos diários de depósitos bancários em contas do IGCP a rondarem os 98% do total de depósitos do Hospital. No entanto, ainda detém 3 contas à ordem ativas na banca comercial, em 2018. A razão para ainda se terem movimentado contas à ordem fora do IGCP, deve-se a questões estritamente operacionais, destacando-se as seguintes situações:

- Uma conta à ordem do Millennium afeta aos terminais POS para pagamento de taxas moderadoras e procedimentos pelos utentes no momento do atendimento, que foi encerrada no decorrer do ano de 2018, tendo os terminais POS do Millennium BCP sido substituídos por terminais do IGCP;
- Uma conta à ordem do Millennium associada a uma Garantia Bancária prestada pelo HFF no âmbito

9
H
P
M

de um processo em curso com a Segurança Social e para pagamentos via verde referentes a viaturas do HFF;

- Uma conta à ordem no Santander afeta à máquina de *Home Deposit* onde são depositadas diariamente as verbas em numerário recebidas de utentes e para pagamentos com referência multibanco.

A substituição das restantes contas à ordem na Banca Comercial está dependente da disponibilização, já solicitada, destes serviços por parte do IGCP.

Quadro 55 – Depósitos à ordem na Banca Comercial

Banca Comercial	1º Trimestre€	2º Trimestre€	3º Trimestre€	4º Trimestre€
Millennium BCP	15.681	11.389	21.715	19.483
Banco Santander	78.052	17.658	211.615	184.916
Total	93.733	29.047	233.330	204.399
Juros auferidos**	0	0	0	0

15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos

Não foram efetuadas auditorias do Tribunal de Contas nos últimos três anos.

16. Informação divulgada no sítio da internet do SEE (portal da DGTF) a 31 de dezembro de 2018

Quadro 56 – Informação a constar no sítio da Internet do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação	Comentários
	S/N/N.A.	
Estatutos	S	
Caracterização da Empresa	S	
Função de tutela e accionista	S	
Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais		
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	Em revisão
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	Em revisão
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	Em revisão
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	Em revisão
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	Em revisão
Esforço Financeiro Público	S	Em revisão
Ficha Síntese	S	Em revisão
Informação Financeira histórica e atual	S	
Princípios de Bom Governo	S	

Quadro 57 – Informação sistematizada quanto ao cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais - 2018	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Objetivos e resultados da atividade assistencial fixados no contrato programa 2018	S	Taxa de cumprimento de 98,9%	
Objetivos de qualidade e eficiência económico-financeira fixados no contrato programa 2018	N	Taxa de cumprimento de 47,9%	Por determinação da ACSS, a estimativa de provistos de contrato programa 2018 deveria corresponder a 99,3% de execução do contrato (pág. 42), ainda não estão calculados do SMH e todos os indicadores relacionados com gastos
Metas a atingir constantes no PAO 2018	N.A.	N.A.	
Princípios Financeiros de Referência			
Investimento			
Gastos com pessoal			
Etc.			
Gestão do Risco Financeiro	N.A.	N.A.	
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.	N.A.	
Evolução do PMP a fornecedores	N	aumento de 30 dias em 2018	O pagamento da dívida ao IFF, melhor gerencializada na pág. 63, teria permitido apresentar melhor desempenho neste indicador.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	diminuição para 15 ME	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.	N.A.	Informação no ponto 5 do capítulo referente ao Cumprimento das Obrigações Legais
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	N.A.	N.A.	Divulgadas no ponto 6
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018	S	18 411,95 €	
Fiscalização (CF/RDC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	S	866,15 €	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2018 (se aplicável)	N.A.	N.A.	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2017 pelo artigo 19.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.	N.A.	N.A.	
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço			
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16º do RUSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N		Não foi elaborado o relatório.
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://hft.min-saude.pt/hospital/fisica/contas/	
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Nº de contratos: 15 Valor global em euros: 5.159.122,36 €	
Auditorias do Tribunal de Contas ^{RI}	N		
Parque Automóvel			
Nº de Viaturas	N.A.	0	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N.A.	N.A.	Excecionado nos termos do DLEO 2018.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	N		
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	Disponibilidades e aplicações junto ao IGCP em 31 de Dezembro = 90%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Saldo em 31 de dezembro = 204.399€	Dependente da disponibilização de serviços de home deposit e serviço de emissão de garantias bancárias por parte do IGCP.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.	0,00 €	

Informação adicional específica para o sector da saúde

1) Informação relativa ao nível de cumprimento da produção SNS contratada através do Contrato Programa celebrado para 2018, nomeadamente, no que respeita ao volume e valor, por linha de atividade. A informação deve ser extraída do relatório "Estimativa de Proveitos" disponível no portal SICA.

Quadro 58 – Estimativa de Proveitos Contrato Programa

	Contratado		Produção		Marginal		Valor Máximo da Especialização	Estimativa da Especialização
	Quantidade	Valor (Euros)	Quantidade	Valor (Euros)	Quantidade	Valor (Euros)		
1. Consultas Externas:								
Nº 1ª Consultas Médicas (s/ majoração)	62.367,00	4.053.855,00 €	62.367	4.053.855,00 €	0	0,00 €	4.114.656,00 €	4.053.855,00 €
Nº 1ª Consultas referenciadas (GTH)	31.741,00	2.285.352,00 €	31.741	2.285.352,00 €	0	0,00 €	2.285.352,00 €	2.285.352,00 €
Nº 1ª Consultas na Comunidade (Saúde Mental)	1.410,00	101.520,00 €	1.410	101.520,00 €	0	0,00 €	103.042,80 €	101.520,00 €
Nº 1ª Consultas descentralizadas nos CSP	371,00	26.712,00 €	371	26.712,00 €	0	0,00 €	27.111,60 €	26.712,00 €
Nº 1ª Consultas Cuidados Paliativos	117,00	8.424,00 €	117	8.424,00 €	0	0,00 €	8.542,80 €	8.424,00 €
Nº 1ª Consultas Centros de Referência	267,00	19.224,00 €	267	19.224,00 €	0	0,00 €	19.504,80 €	19.224,00 €
Nº Consultas Médicas Subsequentes (s/)	187.519,00	12.188.735,00 €	187.519	12.188.735,00 €	0	0,00 €	12.371.557,25 €	12.188.735,00 €
Nº Consultas Médicas Subsequentes na	25.514,00	1.837.008,00 €	25.514	1.837.008,00 €	0	0,00 €	1.864.558,80 €	1.837.008,00 €
Nº Consultas Médicas Subsequentes Cuidados	143,00	10.296,00 €	143	10.296,00 €	0	0,00 €	10.447,20 €	10.296,00 €
Nº Consultas Médicas Subsequentes Centros de	377,00	27.144,00 €	377	27.144,00 €	0	0,00 €	27.543,60 €	27.144,00 €
Valor Total das Consultas		20.558.270,00 €		20.558.270,00 €		0,00 €	20.832.316,85 €	20.558.270,00 €
2. Internamento:								
Nº Doentes Equivalentes								
GDH Médicos	16.134,00	35.432.095,21 €	15.831	34.766.672,82 €	0	0,00 €	35.786.328,32 €	34.766.672,82 €
GDH Médicos Cuidados Paliativos	249,00	574.114,05 €	248	571.808,37 €	0	0,00 €	579.647,68 €	571.808,37 €
GDH Médicos Centros de Referência	346,00	797.764,90 €	345	795.459,22 €	0	0,00 €	805.604,21 €	795.459,22 €
GDH Cirúrgicos	3.933,00	8.637.314,40 €	3.854	8.463.821,43 €	0	0,00 €	8.637.314,40 €	8.463.821,43 €
GDH Cirúrgicos Centros de Referência	403,00	929.188,60 €	403	929.188,60 €	0	0,00 €	929.188,60 €	929.188,60 €
GDH Cirúrgicos Urgentes	4.750,00	9.911.103,47 €	4.684	9.731.660,34 €	0	0,00 €	10.010.214,50 €	9.731.660,34 €
Dias de Internamento de Doentes Crónicos								
Doentes de Psiquiatria Crónicos no Hospital	353,00	13.827,01 €	353	13.827,01 €	0	0,00 €	13.964,10 €	13.827,01 €
Doentes Psiquiatria no Exterior (Ordens Religiosas)	256.824,00	10.059.796,08 €	256.824	10.059.796,08 €	0	0,00 €	10.160.392,47 €	10.059.796,08 €
Doentes Crónicos Ventilados	1.000,00	244.000,00 €	1.000	244.000,00 €	0	0,00 €	246.440,00 €	244.000,00 €
Valor Total do Internamento		66.599.203,72 €		65.576.233,87 €		0,00 €	67.169.094,28 €	65.576.233,87 €
3. Episódios de GDH de Ambulatório:								
GDH Cirúrgicos	8.559,00	12.182.251,51 €	8.437	12.008.605,68 €	0	0,00 €	12.182.251,51 €	12.008.605,68 €
GDH Cirúrgicos Centros de Referência	112,00	167.365,76 €	112	167.365,76 €	0	0,00 €	167.365,76 €	167.365,76 €
GDH Médicos	11.623,00	5.332.957,84 €	11.587	5.316.440,04 €	0	0,00 €	5.412.931,56 €	5.316.440,04 €
Valor dos GDH de Ambulatório		17.682.575,11 €		17.492.411,48 €		0,00 €	17.762.548,83 €	17.492.411,48 €
4. Urgências:								
Atendimentos SU - Médico - Cirúrgica	189.447,00	9.472.350,00 €	189.447	9.472.350,00 €	0	0,00 €	9.567.070,00 €	9.472.350,00 €
Atendimentos SU - Básica	42.913,00	1.716.520,00 €	42.913	1.716.520,00 €	0	0,00 €	1.720.811,00 €	1.716.520,00 €
Valor Total dos Atendimentos Urgentes		11.188.870,00 €		11.188.870,00 €		0,00 €	11.287.881,00 €	11.188.870,00 €
5. Sessões em Hospital de Dia:								
Base	17.537,00	350.740,00 €	17.537	350.740,00 €	157	471,00 €	355.999,00 €	351.211,00 €
Imuno-Hemoterapia	426,00	125.244,00 €	426	125.244,00 €	2	88,20 €	127.096,20 €	125.332,20 €
Psiquiatria	7.621,00	228.630,00 €	7.621	228.630,00 €	0	0,00 €	232.059,00 €	228.630,00 €
Valor Total do Hospital de Dia		704.614,00 €		704.614,00 €		559,20 €	715.154,20 €	705.173,20 €
6. Programas de gestão da doença crónica								
VIVSida (doentes em TARV)	2.021,00	12.119.937,00 €	2.021,00	12.119.937,00 €	0,00	0,00 €	12.301.736,05 €	12.119.937,00 €
Hepatite C - Nº de doentes tratados	218,00	1.508.996,00 €	218,00	1.508.996,00 €	0,00	0,00 €	1.508.996,00 €	1.508.996,00 €
Esclerose múltipla - doentes em terapêutica	269,00	3.330.220,00 €	269,00	3.330.220,00 €	0,00	0,00 €	3.330.220,00 €	3.330.220,00 €
Tratamento de doentes c/ patologia								
Cancro do colon e reto (1º ano)	81,00	915.462,00 €	81,00	915.462,00 €	0,00	0,00 €	915.462,00 €	915.462,00 €
Cancro do colon e reto (2º ano)	25,00	124.875,00 €	25,00	124.875,00 €	0,00	0,00 €	124.875,00 €	124.875,00 €
7. Programa de Tratamento Cirúrgico da								
Pré-avaliação + Cirurgia Bariátrica - Bypass	34,00	146.030,00 €	34,00	146.030,00 €	0,00	0,00 €	146.030,00 €	146.030,00 €
8. Saúde sexual e reprodutiva								
IVG até 10 semanas								
Medicamentosos (n.º I/G)	25,00	7.075,00 €	25	7.075,00 €	0	0,00 €	7.159,90 €	7.075,00 €
Cirúrgica (n.º I/G)	1.184,00	436.896,00 €	1.184	436.896,00 €	0	0,00 €	443.427,30 €	436.896,00 €
Diagnóstico Pré-Natal								
Protocolo I	681,00	25.878,00 €	681	25.878,00 €	0	0,00 €	26.265,60 €	25.878,00 €
Protocolo II	97,00	6.305,00 €	97	6.305,00 €	0	0,00 €	6.392,75 €	6.305,00 €
11. Colocação de Implantes Cocleares								
Implantes Unilaterais	4,00	75.000,00 €	3	56.250,00 €	0	0,00 €	75.000,00 €	56.250,00 €
Implantes Bilaterais	1,00	32.500,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	32.500,00 €	0,00 €
12. Serviços Domiciliares								
Consultas Domiciliares	1.807,00	68.666,00 €	1.807	68.666,00 €	0	0,00 €	69.692,00 €	68.666,00 €
15. Outros:								
Medicamentos de cedência hospitalar em		1.736.236,19 €		1.538.860,00 €			1.736.236,19 €	1.538.860,00 €
Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio		120.000,00 €		16.771,00 €			120.000,00 €	16.771,00 €
Programa de Incentivo à Integração de		8.631,50 €		8.631,50 €			8.631,50 €	8.631,50 €
Internos		2.121.312,00 €		2.121.312,00 €			2.121.312,00 €	2.121.312,00 €
16. Valor da Produção		139.517.852,52 €		137.962.563,85 €		559,20 €	137.963.123,05 €	137.963.123,05 €
17. Custos de Contexto		8.676.707,58 €		8.676.707,58 €			8.676.707,58 €	8.676.707,58 €
TOTAL		148.194.260,10 €		146.829.271,45 €		559,20 €	146.829.830,63 €	146.829.830,63 €
Incentivos Institucionais		7.799.607,00 €						

- 2) Informação relativa ao nível de cumprimento das metas contratadas para os indicadores de acesso, desempenho assistencial e desempenho económico-financeiro, bem como para os indicadores regionais definidos. A informação deve ser extraída do relatório “Índice de Desempenho Global” disponível no portal SICA.

Quadro 59 – Índice Desempenho Global

Q1 - Índice Desempenho Global



Instituição: Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE
Período Análise: Dezembro 2018

Período Análise: Dezembro 2018

Objetivos	Peso Relativo Indicador (%)	2018			2018		2017	
		Meta	Real	Grau de Cumprimento (%)	Grau de Cumprimento Ajustado (%)	Índice de Desempenho	Real	Var. 2017/2018
Objetivos Nacionais	71							
Acesso	15					10,6		
Percentagem das primeiras consultas no total de consultas médicas	3	31,2	30,6	98,1	98,1	2,9	30,2	0,4
Mediana de tempo de espera de LIC, em meses	3	3,5	4,3	77,1	77,1	2,3	3,9	0,4
Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera	3	70	59,9	85,6	85,6	2,6	62,6	-2,7
Percentagem de consultas externas realizadas com registo no ano no total de consultas externas	3	11	10,9	99,1	99,1	3,0	10,5	0,4
Percentagem de doentes referenciados para a RNCCI, avaliados/confirmados pela	3	80						
Desempenho Assistencial	25					14,6		
Índice de Risco e Segurança do Doente	2	8,0	24	300,0	120,0	2,4	18	33,3
Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas	3	34,1	31,8	93,4	92,4	2,8	32,10	-0,4
Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório, para procedimentos	3	5	2,1	42,0	0,0	0,0	2,0	0,1
Percentagem de doentes saídos com duração de internamento acima do limiar	3	2,2	2,50	84,4	84,4	2,6	2,62	-0,1
Índice PPCIRA	8	10					1	
Quota biossimilares por DCI (Infliximab)	2	63,8	70,4	110,3	110,3	2,2		
Quota biossimilares por DCI (Rituximab)	2	19	54,9	288,0	120,0	2,4		
Quota biossimilares por DCI (Etanercept)	2	19	19,5	130,0	120,0	2,4		
Desempenho económico-financeiro	10,6					0,0		
Percentagem de Gastos com Trabalho Extraordinário, Suplementos e FSE, no Total								
Gastos com Pessoal por Doente Padrão, face ao melhor do grupo								
Gastos com Produtos Farmacêuticos por Doente Padrão, face ao melhor do grupo								
Gastos com Material de Consumo Clínico por Doente Padrão, face ao melhor do								
Objetivos Regionais Lisboa e Vale do Tejo	40					22,3		
Disponibilidade de Medicamentos futuros por utilizador (FVP)	10	91,17						
Duração Média antes da Cirurgia	5	0,68	0,53	122,1	120,0	6,0	0,64	-0,1
N.º de projectos de articulação implementados com as CSP	10	2						
Percentagem de doentes cirúrgicos inscritos em LIC com tempo de espera > TMRG	5	17,1	19,4	86,5	86,5	4,3	18,5	0,9
Percentagem de utentes referenciados dos cuidados de saúde primários para	10	57	76,4	134,0	120,0	12,0	55	21,4
Índice de Desempenho Global						47,9		
Valor Incentivos Contratados (€)						7 799 677,9		
Valor Incentivos Realizados (€)						1 716 055,3		

- 3) Informação relativa à execução financeira do Contrato Programa de 2018, de Contratos Programa de anos anteriores, cuja faturação permaneça por validar/encerrar à data de 31-12-2018, ou de Contratos Programa que estejam encerrados, mas para os quais subsistam valores por regularizar, nos termos do seguinte mapa:

Quadro 60 – Execução financeira de Contratos Programa

Contrato Programa (Ano)	Total contratado	Valor faturado (de acordo com estimativa de proveitos)	Acréscimo registado	Adiantamentos Recebidos	Saldo
2018	155.993.958	144.807.734	11.131.626	148.282.329	7.657.031
2017	149.134.263	139.136.902	4.777.662	144.103.531	-188.967
2016	146.211.966	141.121.297	0	146.211.966	-5.090.669
2015	147.811.554	142.665.193	0	144.217.332	-1.552.139
2014	154.397.675	148.962.002	0	147.763.606	1.198.396
2013	137.489.317	132.376.065	0	132.937.402	-561.337
2012	145.158.339	140.104.355	0	132.522.281	7.582.074
2011	154.987.932	152.942.832	0	127.586.029	25.356.803
2010	163.272.256	163.194.070	0	163.194.070	0
2009	148.022.118	144.239.292	0	144.239.292	0
TOTAL	1.502.479.379	1.449.549.741	15.909.288	1.431.057.837	34.401.192

- 4) Informação relativa à faturação líquida emitida no ano, saldos devedores e saldos credores, reportados a 31-12-2018, para cada uma das entidades pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde, para saldos superiores a 100.000€, de acordo com a seguinte estrutura:

Quadro 61 – Saldos devedores e credores de entidades pertencentes ao SNS

Entidade terceira	NIF	Faturação emitida em 2018	Saldo devedor em 31.12.2018	Saldo credor em 31.12.2018
Inst. Português do Sangue e Transplantação	502423943	-524.930		-522.806
ARS Lisboa Vale do Tejo	503148776	-572.051		-4.982.781
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental	507618319	-78.650		-112.805
Administração Central do Sistema de Saúde	508188423			-8.441.224
ARS Lisboa Vale do Tejo	503148776	1.169.271	1.947.710	
Hospital Distrital de Santarém	506361462	121.427	308.163	
Hospital Garcia da Orta	506361470	66.086	195.752	
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental	507618319	122.525	272.923	
Administração Central do Sistema de Saúde	508188423	134.716.434	27.490.207	
Centro Hospitalar de Lisboa Norte	508481287	188.532	217.245	
TOTAL		135.208.644	30.431.999	-14.059.617

- 5) Informação relativa aos investimentos realizados no ano de 2018, de valores superiores a 100.000€ ao abrigo do Despacho n.º 10220/2014, de 1 de agosto ou autorizados pelo Conselho de Administração, de acordo com o seguinte modelo:

Quadro 62 – Investimentos realizados em 2018, de valor superior a 100.000 €

Designação do Investimento / Projeto	Valor total do projeto	Plurianual ? Indicar período	Autorizado por (Tutela/Finanças/CA, datas)	Investimento cofinanciado (sim/não)	Valor da execução financeira 2018
3 ecógrafos para o serviço de Imagiologia	279 302	Não	Candidatura Lisboa 2020 n.º LISBOA-42-2018-15 SIGEF - Despacho n.º 42 e 45 de 2016 a 08/06/2018 Autorização Tutela - ARSLVT-ACSS-MS de 21/08/2018 Conselho Fiscal HFF de 06/09/2018	(sim) Lisboa 2020	279 302
3 máquinas de anestesia	141 063	Não	Candidatura Lisboa 2020 n.º LISBOA-42-2018-15 SIGEF - Despacho n.º 42 e 45 de 2016 a 08/06/2018 Autorização Tutela - ARSLVT-ACSS-MS de 21/08/2018 Conselho Fiscal HFF de 06/09/2018	(sim) Lisboa 2020	141 063
Angio - OCT	131 241	Não	Candidatura Lisboa 2020 n.º LISBOA-42-2018-15 SIGEF - Despacho n.º 42 e 45 de 2016 a 08/06/2018 Autorização Tutela - ARSLVT-ACSS-MS de 21/08/2018 Conselho Fiscal HFF de 06/09/2018	(sim) Lisboa 2020	131 241

?

R

Handwritten signature

Handwritten mark

Demonstrações não financeiras

O Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca E.P.E., assim designado por força do Decreto-Lei n.º 203/2008, de 10 de outubro, é uma Entidade Pública Empresarial, integrada no SNS, dotada de personalidade jurídica, administrativa, financeira e patrimonial e rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades previstas no Decreto – lei nº 18/2017, de 10 de fevereiro, constantes dos seus anexos I e II, bem como no respetivo regulamento interno e nas normas em vigor para o SNS.

Ambiente

Em termos energéticos, o HFF, explora a Central de Cogeração alimentada a Gás Natural, para produção de vapor, aquecimento, água gelada e água quente sanitária, poupando um montante estimado em 1500 toneladas de Fuelóleo, contribuindo para a redução do consumo de combustíveis fósseis e a consequente diminuição da emissão de gases de estufa. Esta instalação gera uma poupança anual de 1,2GW de energia elétrica. A cogeração é uma tecnologia que permite aumentar a eficiência de conversão de recursos energéticos e simultaneamente reduzir as emissões gasosas. A partir de um único combustível produz-se energia elétrica e energia térmica. Os gases de escape são reaproveitados para produção de vapor e ar quente levando a uma consequente redução de custos e emissão de gases poluentes para a atmosfera.

O HFF continua a investir na substituição e requalificação do sistema de armazenamento e distribuição de água sanitária (quente e fria), nomeadamente na rede de abastecimento ao edifício hospitalar, diminuindo assim as perdas com ruturas. O consumo de água a nível hospitalar verifica-se essencialmente na lavandaria, rega, cozinha central, instalações sanitárias, balneários, limpeza e higienização de instalações e equipamentos. Por outro lado, os dois furos hertzianos em exploração no HFF permitem o abastecimento autónomo da Central de Cogeração, para a produção de energia térmica, o abastecimento da rede de rega e da lavandaria, gerando uma poupança aproximada de 22.200 m³.

O HFF segue uma política de substituição dos equipamentos mais antigos por novos equipamentos energeticamente mais eficientes e efetua melhoramentos nas instalações, de modo a garantir um menor consumo de energia térmica e elétrica. Sempre que possível são substituídos os balastros ferromagnéticos por balastros eletrónicos, instaladas lâmpadas e projetores LED, por forma a reduzir o consumo energético. A instalação de interruptores crepusculares que apenas permitem que a iluminação exterior se acenda na ausência de luz natural, veio melhorar a eficácia e o consumo, restringindo a utilização apenas aos períodos necessários.

7
HFF
HFF

Em 2017, o HFF submeteu uma candidatura ao programa PO SEUR Portugal 2020, visando a requalificação total das instalações de AVAC, instalações elétricas, bombas circuladoras e de aquecimento com consumos energéticos substancialmente menores.

São efetuadas amostragens semestrais da qualidade do ar interior. A avaliação da qualidade do ar é a medida mais eficaz para garantir que o ar que se respira tem as características necessárias ao bem-estar, quer de utentes, quer de colaboradores.

A Gestão Global de Resíduos Hospitalares no HFF, consiste no planeamento e execução de um conjunto de medidas que passam, em primeiro lugar e, obrigatoriamente, pelo cumprimento da legislação em vigor - nacional e comunitária - e que determina as ações para o ciclo de vida de cada tipologia de resíduo, desde a sua produção ao destino final, de forma adequada, correta e ambientalmente segura.

No âmbito dos recicláveis, a tipologia mais representativa é a do papel/cartão, da qual foram encaminhadas cerca de 100 toneladas para reciclagem. Relativamente ao encaminhamento de plástico fita filme, foi dada continuidade ao procedimento, em colaboração com a empresa gestora do papel/cartão, resultando em cerca de 1 tonelada de plástico com destino à reciclagem.

Estas estratégias, para além da formação anual em Gestão de Resíduos Hospitalares, de carácter obrigatório para todos os colaboradores, incluem, ainda, os planos de ação de acordo com a especificidade de cada Serviço, as ações de formação específicas e adaptadas a cada Grupo Profissional, a monitorização Serviço a Serviço e as ações corretivas e informação regular e atempada.

Em 2018, mantiveram-se as estratégias definidas nos anos anteriores, nomeadamente no que respeita ao Plano de Sustentabilidade Ambiental do HFF, que assenta em políticas e procedimentos, de acordo com a Norma 9 do CHKS, inscritos no Manual de Acreditação em Qualidade. O cumprimento desta Norma conduz a uma produção de resíduos controlada, incentiva a melhoria contínua e a partilha de Boas Práticas, de forma a garantir uma maior segurança e eficiência no desempenho de cada profissional e uma redução dos impactos ambientais.

O Plano de Sustentabilidade Ambiental do HFF inclui a contratação de Operadores autorizados e com Certificação Ambiental, depositando nestes a partilha de responsabilidade pela Gestão Global dos Resíduos, atribuída ao Produtor e que se processa nas fases de transporte para o exterior, tratamento adequado e destino final, no caso dos Resíduos Hospitalares sólidos e líquidos e, no caso dos resíduos valorizáveis, o respetivo processo de recolha e valorização.

Combate à corrupção

Nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, os hospitais EPE devem dispor de um sistema de controlo interno e de comunicação de irregularidades, competindo ao conselho de administração assegurar a sua implementação e manutenção e ao auditor interno a responsabilidade pela sua avaliação. Neste contexto, foi aprovado pelo Conselho de Administração no ano 2018, uma atualização ao Regulamento em vigor desde 2013 de procedimentos a adotar em matéria de comunicação de irregularidades do HFF. O Regulamento tem por objetivo estabelecer um conjunto de regras e procedimentos internos para a receção, registo e tratamento de comunicação interna de irregularidades, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como com as regras, princípios e valores plasmados no Código de Ética do Hospital.

Consubstanciam irregularidades comunicáveis ao abrigo do referido Regulamento, designadamente, os seguintes atos ou omissões:

- Violação de princípios e disposições legais, regulamentares e deontológicas por parte dos membros dos órgãos estatutários, trabalhadores, fornecedores de bens e prestadores de serviços no exercício dos seus cargos profissionais;
- Dano, abuso ou desvio relativo ao património do Hospital, ou dos utentes;
- Prejuízo à imagem ou reputação do Hospital.

Na sequência da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 01 de Julho de 2009, emitida pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), cujo prazo foi prorrogado pela Recomendação n.º1/2010, publicada em Diário da República, 2ª série, n.º 71, de 13 de Abril de 2010, o HFF elaborou o seu plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas no âmbito do qual se identificam os riscos relevantes, sendo paralelamente efetuada a sua avaliação, assim como as medidas preventivas adotadas. O referido plano encontra-se publicitado no sítio da internet do hospital. O Plano de prevenção de risco de gestão, incluindo os de corrupção e de infrações conexas, encontra-se em atualização, por forma, a integrar as recomendações n.º 5/2012, n.º 1/2015 e n.º 3/2015, do CPC.

O HFF definiu a sua Estratégia de Gestão do Risco (2014-2016), revista em março de 2018 pelo documento Estratégia de Gestão de Risco do HFF, assente na identificação e tratamento dos riscos.

Acresce que a existência do Plano de Riscos de Gestão, integrado na política de gestão de risco geral, inclui os riscos de corrupção e infrações conexas, constituindo um novo instrumento fundamental como suporte do planeamento estratégico, do processo de tomada de decisão do planeamento e execução das suas atividades.

Este plano obedece aos princípios da integridade institucional, da disciplina, da responsabilidade e da transparência de atos e de decisões inerentes à otimização dos recursos próprios, da governação ética e da gestão por objetivos.

O hospital está empenhado em minimizar todos os riscos com base nas melhores práticas e na legislação aplicável. Na definição de risco aceitável, tolerância não significa aceitação. A um risco que se situe entre o aceitável e o não aceitável, deve aplicar-se o princípio ALARP (as *low as reasonably practicable*).

A efetiva gestão dos riscos envolve frequentemente uma equipa pluridisciplinar e pode ser abordada nas seguintes opções: a prevenção, o controlo, a transferência e a aceitação.

O risco considerado aceitável corresponde à descrição de risco baixo ponderada a probabilidade de ocorrência com o tipo e magnitude do dano associado ao risco (impacto). As medidas de controlo existentes são suficientes ou são fáceis e rápidas de implementar pelos responsáveis dos serviços e/ou dinamizadores de qualidade e segurança, após análise custo benefício (este nível de risco exige uma utilização baixa a moderada de recursos).

Identificam-se na tabela infra as principais medidas adotadas para mitigar os riscos aceitáveis identificados pelo HFF:

Quadro 63 – Identificação de riscos

OBJETIVO	EVENTO / RISCO	RISCO INERENTE			RESPOSTA AO RISCO
		PROBABILIDADE OCORRÊNCIA	IMPACTO	GRAU DE RISCO	MEIDAS IMPLEMENTADAS
Assegurar que o processo de recrutamento é transparente e com critérios objetivos e definidos	Favorecimento de candidato	Raro	Moderado	Baixo	Obrigatoriedade de definição de critérios objetivos para o processo de recrutamento e seleção.
	Corrupção passiva para acto ilícito	Raro	Moderado	Baixo	Equipa de recrutamento composta por elemento da DRH e elemento da área a recrutar.
	Tráfico de influência	Raro	Moderado	Baixo	
A informação sobre os artigos de Existências é registada e mantida corretamente.	Parcialidade na nomeação de jurís de concursos	Raro	Moderado	Baixo	Nomeação de jurís diferenciados para os diferentes concursos.
	Saldas e entrada de bens de armazém sem o registo em sistema	Raro	Insignificante	Baixo	Contagens físicas periódicas com análise dos desvios verificados.
Diminuir custos com a introdução de novos fornecedores e/ou produtos não incluídos no Catálogo Público de Aproveitamento (CPA) que possuam melhores preços	Não cumprimento dos requisitos legais e/ou regulamentares e falta de transparência	Improvável	Insignificante	Baixo	Pedido de autorização junto da Tutela sectorial da saúde.
As compras são relevadas contabilisticamente nas contas respectivas de credoras.	As facturas não serem entregues atempadamente na contabilidade	Improvável	Insignificante	Baixo	As facturas são conferidas em sistema com as Notas de Encomenda, sendo registadas em conta própria todas as que apresentam divergência e solicitado ao serviço requisitante a respetiva justificação/rectificação. Implementação da faturação eletrónica.
Todas as facturas são seleccionadas para pagamento e este é feito de acordo com a política de pagamento instituída.	As facturas não serem entregues atempadamente na contabilidade	Improvável	Insignificante	Baixo	A política de pagamentos instituída define patamares de pagamento por escalão de fornecedor e considera todos os saldos em dívida aprovados, sendo o pagamento (por patamar e fornecedor) ajustado pelas disponibilidades de tesouraria. Periodicamente envia-se protocolo de facturas não aprovadas aos serviços requisitantes. Implementação da faturação eletrónica.
Todos os valores recebidos são relevados correctamente nas contas dos clientes.	Dados mestre dos utentes (EFR, morada, identificação) desactualizados ou incorrectos	Possível	Insignificante	Baixo	No contacto com clientes na tesouraria e na faturação, verificar a actualização dos dados mestre.
	Reconciliação bancária e com Metacasa mal efectuada	Raro	Insignificante	Baixo	Validação por terceiros da reconciliação bancária.
	Não apresentação na tesouraria de valores recebidos de utentes	Raro	Insignificante	Baixo	Teste de totalidade entre os recibos emitidos em Hosix e os recibos apresentados na tesouraria.
Todos os movimentos de tesouraria (aplicações, pagamentos, cobranças, empréstimos, especialização de juros) são devidamente	Não atendimento dos requisitos legais e/ou regulamentares	Raro	Insignificante	Baixo	Análise periódica aos movimentos inseridos em sistema e verificação da documentação suporte por terceiros.
	Restrições de transacção em SAP	Raro	Insignificante	Baixo	Reconciliação bancária efectuada por pessoas independentes à
As contas, centros de custo, classificações, repartições e outros dados mestre são registadas correctamente e mantidas correctas e actualizadas.	Dados mestre das contas e centros de custo desactualizado e/ou incorrecto	Improvável	Insignificante	Baixo	A competência de alteração e manutenção de dados mestre em sistema atribuída a um número restrito de colaboradoras.
Todos os eventos e transacções são reflectidos correctamente nos registos contabilísticos.	Entrada de facturas no Hospital em locais diferentes da contabilidade	Improvável	Insignificante	Baixo	Proibir a recepção de facturas de fornecedores em áreas diferentes da contabilidade. Emissão de nota de encomenda obrigatória em todas as aquisições ao exterior.
Assegurar o correcto transporte de medicamentos dos Serviços Farmacêuticos para os Serviços Clínicos diminuindo a probabilidade de desvios	Desvio de medição durante o transporte	Raro	Menor	Baixo	A Dose Unitária é transportada em módulos fechados à chave que só são abertos pelo enfermeiro chefe de equipa. A medição de Reposição de stock de urgência é também transportada em caixas seladas e aberta na chegada ao serviço clínico.

O HFF dispõe ainda de um Serviço de Auditoria Interna, conforme estipula o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, com competência para proceder à avaliação dos processos de controlo interno e de gestão de riscos, nos domínios contabilístico, financeiro, operacional, informático e de recursos humanos, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo do sistema de controlo interno do HFF.

Igualdade de género

No âmbito do desenvolvimento organizacional e das políticas de gestão de pessoas baseadas na valorização do capital humano, das competências e da qualidade, reconhece-se uma cada vez maior importância às questões relacionadas com a igualdade de género.

7
X
P
[Signature]

Para dar resposta aos objetivos previstos nos Planos Nacionais para a Igualdade e às determinações do Conselho de Ministros, foi elaborado um Plano para a Igualdade de Género, de forma a demonstrar o actual posicionamento do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE, na promoção de políticas e práticas que visam garantir os princípios de igualdade de oportunidades entre géneros, evitando toda e qualquer forma de discriminação.

Para o Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE, a igualdade de género é uma questão de direitos fundamentais e por isso, a não discriminação em função do género, está expressamente assegurada no Código de Ética. O HFF e os seus colaboradores/as estão assim comprometidos/as em pautar a sua atuação pelos mais elevados padrões de integridade e dignidade individual, devendo mitigar eventuais práticas que contrariem qualquer tipo de discriminação.

O Plano para a Igualdade de Género tem como objetivo identificar as boas práticas desenvolvidas no HFF, estabelecer as medidas para suprimir eventuais desequilíbrios e desigualdades que possam subsistir na gestão do Capital Humano, bem como melhorar as práticas existentes no âmbito da Igualdade de Género. Este Plano assenta na análise de três componentes fundamentais de gestão: o planeamento estratégico, a gestão dos recursos humanos e a comunicação.

Planeamento Estratégico

Estratégia, missão e valores

O HFF, EPE mantém uma política de recursos humanos assente no princípio da igualdade de género e não discriminação entre homens e mulheres. Nas normas de ética e conduta, presentes no Código de Ética do HFF, a igualdade de tratamento e a não discriminação estão salvaguardadas.

Gestão de Recursos Humanos

Recrutamento e seleção

A política e procedimentos de recrutamento e seleção de pessoal assentam nos princípios da igualdade e não discriminação em função do género. O recrutamento de profissionais, independentemente da categoria profissional, é realizado tendo como princípio a igualdade de género, proibindo a discriminação de tratamento dos candidatos, não podendo estes ser beneficiados ou prejudicados no acesso ao emprego em função da ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, nacionalidade, origem étnica ou raça, religião, convicções políticas ou ideológicas, filiação sindical entre outras, previstas no artigo 24.º do Código do Trabalho.

7
4
2
1

O HFF cumpre igualmente a legislação em vigor no que respeita a regras de publicitação nos anúncios de oferta de emprego, bem como ao tratamento da informação de forma desagregada por género.

Formação

O HFF considera o acesso à formação como um direito de mulheres e homens, proporcionando os meios necessários à sua participação e incentivando os processos de aprendizagem, sem qualquer tipo de discriminação, permitindo a interrupção na carreira para a formação dos seus profissionais. Neste seguimento, a formação interna e externa tem uma participação indiferenciada por género, adequada às competências de cada um.

Gestão de carreiras e remunerações

O HFF, enquanto entidade pública do Estado, assegura a igualdade e não discriminação de género em matéria de remunerações e processos de gestão de carreira, nomeadamente no que respeita à igualdade de remuneração por igual trabalho; existência de critérios transparentes na promoção e progressão salarial e de carreiras que assegurem a igualdade de acesso a categorias ou níveis hierárquicos superiores.

Os Instrumentos de Regulamentação Coletiva aplicáveis em específico ao HFF (Acordo de Empresa publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.º 45, de 8/12/2003 com as alterações que constam dos Boletim do Trabalho e Emprego n.º 26, de 15/07/2008 e n.º 22, de 15/06/2009 para as designadas Carreiras Gerais, e o Acordo de Empresa publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.º 39, de 22/10/1999 com as alterações que constam do Boletim do Trabalho e Emprego n.º 33, de 8/09/2005, para a Carreira Médica) celebrados com as estruturas representativas dos trabalhadores preveem a não diferenciação: salarial, de enquadramento profissional, progressão na carreira, direitos genéricos dos trabalhadores nomeadamente em função do género, estado civil ou situação familiar.

O acesso a funções e lugares de gestão/decisão ocorre, igualmente, sem quaisquer mandatos do conselho de administração e do órgão de fiscalização (por nomeação do governo, à qual a Empresa é alheia), foram sempre exercidos por Homens. No entanto, desde 2008 que pelo menos um dos 5 membros nomeados é Mulher, registando no mandato atual (iniciado em 2017) maior proporção de mulheres (66,7%), cumprindo-se assim o disposto no n.º 1 do artigo 4º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

Diálogo social e participação de trabalhadores

O HFF promove o diálogo social dentro das suas instalações, permitindo o acesso e circulação dos sindicatos e respetivos delegados sindicais, na promoção e divulgação dos seus direitos.

7
P
H
A

Faz parte da Política de Recursos Humanos do HFF, a personalização do processo de Acolhimento e Integração dos Novos Colaboradores, através da disseminação de um conjunto de informação e orientações úteis aos profissionais recém-admitidos no HFF de modo a facilitar a sua integração (a título de exemplo, refira-se o Manual de Acolhimento e Programa de Acolhimento e Integração aos Novos Colaboradores). De entre outros instrumentos de comunicação, promotores e facilitadores, do desenvolvimento profissional e da comunicação dos trabalhadores, destaca-se a Intranet como sendo um importante meio de divulgação interno (divulgação de orientações, nova legislação, processos de recrutamento, ações de formação, agradecimentos, etc).

Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal

O HFF assegura, com rigor, a observância dos direitos dos seus Trabalhadores(as), designadamente no contexto da Parentalidade e da conciliação da vida profissional com a vida familiar, com especial destaque na assunção da flexibilização do horário de trabalho.

Respeito pela dignidade das mulheres e homens no local de trabalho

O HFF criou procedimentos e mecanismos que identificam, orientam e contribuem para a resolução de situações de assédio, físico e não físico, das quais os profissionais poderão ser alvo.

Comunicação

Comunicação interna e externa

No âmbito da comunicação interna e externa, o HFF, EPE respeita a igualdade de género no que concerne ao tratamento dos conteúdos comunicacionais transmitidos e nos processos de recolha e tratamento de dados estatísticos.

Desempenho económico-financeiro

Demonstrações financeiras

Balanço

Quadro 64 – Balanço

31 de dezembro de 2018		(valores expressos em euros)	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
Activos não correntes			
Activos fixos tangíveis	5	76.330.990	78.383.074
Outros activos financeiros	18	258.770	163.401
		76.589.760	78.546.476
Activo corrente			
Inventário	10	6.046.915	5.965.499
Devedores por transferencias e subsidios não reembolsáveis	18	10.242	10.242
Devedores por empréstimos bonificados e subsidios reembolsáveis	18	6.914.709	
Clientes,contribuintes e utentes	2,6,9,18,20	34.152.768	34.108.942
Estado e outros entes públicos	18	319.176	256.689
Accionistas/sócios/associados	18		26.000.000
Outras contas a receber	2,6,18, 20	21.492.749	10.932.874
Diferimentos		10.788	32.246
Caixa e depósitos	1,1, 18	2.200.920	1.684.781
		71.148.266	78.991.272
Total do Activo		147.738.026	157.537.748
PATRIMONIO LIQUIDO			
Patrimonio/Capital		44.200.000	44.200.000
Reservas		6.201.430	6.201.430
Resultados transitados		-49.707.819	-47.316.705
Outras variações no patrimonio liquido		85.181.120	83.554.596
Resultado líquido do período		-27.661.026	-26.082.528
Total do Património Líquido		58.213.704	60.556.793
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	28.306	17.184
Financiamentos obtidos	7	6.778.785	
		6.807.091	17.184
Passivo corrente			
Credores por transferencias e subsidios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores	18,20	52.025.279	71.946.288
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	8.441.224	4.966.629
Estado e outros entes públicos	18	3.451.963	2.962.527
Fornecedores de investimentos	18	383.175	630.430
Outras contas a pagar	18	17.574.969	15.430.473
Diferimentos	2,6	840.621	1.011.424
Outros passivos financeiros			16.000
		82.717.231	96.963.771
Total do passivo		89.524.322	96.980.955
Total do Patrimonio Líquido e Passivo		147.738.026	157.537.748

[Handwritten signature]

Demonstração de Resultados por natureza

Quadro 65 – Demonstração de Resultados por natureza

31 de dezembro de 2018		(valores expressos em euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
Impostos, contribuições e taxas	14	2.260.404	2.185.667
Vendas	13,20	1.182.621	1.175.379
Prestações de serviços e concessões	2,6,13,20	146.256.033	148.141.362
Transferências e subsídios correntes obtidos	2,6,14,20	11.999.879	59.571
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-53.468.451	-52.431.994
Fornecimentos e serviços externos	20,30	-36.630.318	-36.814.585
Gastos com o pessoal	19	-96.875.992	-86.145.119
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	-42.475	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-157.323	-148.878
Provisões (aumentos/reduções)	15	-14.343	-13.963
Outros rendimentos e ganhos	13, 14, 20, 30	2.196.998	1.774.988
Outros gastos e perdas		-138.530	-219.565
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		-23.431.495	-22.437.137
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-4.211.105	-3.635.597
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-27.642.600	-26.072.734
Juros e rendimentos similares obtidos	13	49	2
Resultado antes de impostos		-27.642.550	-26.072.733
Imposto sobre o rendimento	18	-18.476	-9.795
Resultado líquido do período		-27.661.026	-26.082.528

Demonstração das alterações do Património Líquido

Quadro 66 – Demonstração das Alterações do Património Líquido

31 de dezembro de 2018 (valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	44.200.000	1.286.710	4.914.720	-47.316.705		82.759.502	-26.082.528	59.761.699	60.556.793
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					640.077		795.094		1.435.170	640.077
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										
Ajustamentos por impostos diferidos					-26.082.528		1.626.524	26.082.528	1.626.524	1.626.524
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7				-25.442.451		2.421.618	26.082.528	3.061.695	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							-27.661.026	-27.661.026	-27.661.026
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				-25.442.461		2.421.618	-1.678.499	-24.699.332	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Distribuições					23.051.337				23.051.337	
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações	10				23.051.337				23.051.337	23.051.337
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6+7+8+10	44.200.000	1.286.710	4.914.720	-49.707.819		86.181.120	-27.661.026	68.213.704	68.213.704

Demonstração de Fluxos de Caixa

Quadro 67 – Demonstração de Fluxos de Caixa

31 de Dezembro		(valores expressos em euros)	
Rubricas	Notas	Períodos	
		2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		153.039.233,65	152.833.274,98
Recebimentos de Contribuintes			
Recebimentos de Transferências e Subsídios Correntes			
Recebimentos de Utentes		2.246.380,19	2.185.667,10
Pagamentos a Fornecedores		109.462.432,00	67.332.204,07
Pagamentos ao Pessoal		93.714.710,88	85.076.045,36
Pagamentos a Contribuintes/Utentes			
Pagamentos de Transferências e Subsídios			
Caixa Gerada Pelas Operações		-47.891.529,04	2.610.692,65
Outros Recebimentos/Pagamentos		-186.209,98	-296.487,60
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais [a]		-48.077.739,02	2.314.205,05
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos Respektantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		2.422.058,86	1.971.340,68
Ativos Intangíveis			
Propriedades de Investimento			
Investimentos Financeiros		109.987,77	88.828,11
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis			
Ativos Intangíveis			
Propriedades de Investimento			
Investimentos Financeiros		18.405,60	7.298,12
Outros Ativos			
Subsídios ao Investimento			
Transferências de Capital			
Juros e Rendimentos Similares			
Dividendos			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento [b]		-2.513.641,03	-2.052.870,67
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		2.109.230,36	
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital		26.000.000,00	
Cobertura de Prejuízos		23.051.337,00	
Doações			
Outras Operações de Financiamento			17.578,70
Pagamentos Respektantes a:			
Financiamentos Obtidos			
Juros e Gastos Similares		53.048,58	68.229,07
Dividendos			
Reduções de Capital e de Outros Instrumentos de Capital			
Outras Operações de Financiamento			
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento [c]		51.107.518,78	-50.650,37
Variação de Caixa e Seus Equivalentes [a+b+c]			
Efeito das Diferenças de Câmbio		516.138,73	210.684,01
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		1.684.780,94	1.474.096,93
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		2.200.919,67	1.684.780,94
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		1.684.780,94	1.474.096,93
[-] Equivalentes a Caixa no Início do Período			
[+] Parte do Saldo de Gerência que não Constitui Equivalentes de Caixa			
[-] Variações Cambiais de Caixa no Início do Período			
[=] Saldo da Gerência Anterior		1.684.780,94	1.474.096,93
De Execução Orçamental			
De Operações de Tesouraria			
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		2.200.919,67	1.684.780,94
[-] Equivalentes a Caixa no Fim do Período			
[+] Parte do Saldo de Gerência que não Constitui Equivalentes de Caixa			
[-] Variações Cambiais de Caixa no Fim do Período			
[=] Saldo para a Gerência Seguinte		2.200.919,67	1.684.780,94
De Execução Orçamental			
De Operações de Tesouraria			

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, E.P.E., propõe que o Resultado Líquido negativo de -27.661.026€ em 2018 seja transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração

João Fernando Fonseca



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação transitória

O referencial contabilístico utilizado no fecho das contas do ano de 2018 é o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido o primeiro ano de aplicação.

A implementação do normativo SNC-AP seguiu as orientações do Manual de Implementação elaborado pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNC) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e homologado pelo Senhor Secretário de Estado do Orçamento em 18 de agosto de 2017, e que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 192/2015 contém a descrição do processo de transição para o SNC-AP, bem como as linhas de orientação para a aplicação das respetivas normas.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida na NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, seguindo a sequência definida e divulgando informação relativamente às situações materialmente relevantes. No quadro abaixo, explicitam-se os ajustamentos de transição e as reclassificações de conversão efetuadas nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de dezembro de 2017), nomeadamente a reconciliação do património líquido e do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2017, obtidos de acordo com o normativo POCMS e os respetivos montantes relatados de acordo com o SNC-AP.

De seguida descreve-se os efeitos no Balanço de abertura da transição do normativo contabilístico - Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde, para o normativo contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas elaborado de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Quadro 68 - Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP

(valores expressos em euros)

Rubricas do Balanço	Valores conforme Normativo anterior 31/12/N-1 (1)	Reconhecimento (2)	Desreconhecimento (3)	Critério de Mensuração (4)	Imparidades / Reversões (5)	Outros (6)	Erros (7)	Reclassificações (8)	SNC-AP 01/01/N (9)
ATIVO									78 546 476
ATIVOS NÃO CORRENTES	78 546 476								78 546 476
Ativos fixos tangíveis	78 383 074								78 383 074
Outros ativos financeiros	163 401								163 401
ATIVOS CORRENTES	78 991 272								78 991 272
Inventários	5 965 499								5 965 499
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis								10 242	10 242
Clientes, contribuintes e utentes	34 116 846							-7 903	34 108 942
Estado e outros entes públicos	256 689								256 689
Acionistas/sócios/associados								26 000 000	26 000 000
Outras contas a receber	28 243 294							-17 310 420	10 932 874
Diferimentos	8 724 164							-8 691 919	32 246
Caixa e depósitos	1 684 781								1 684 781
TOTAL ATIVO	157 537 748								157 537 748
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	59 761 699							795 094	60 556 793
Património/Capital	44 200 000								44 200 000
Reservas	88 960 932							-82 759 502	6 201 430
Resultados transitados	-47 316 705								-47 316 705
Outras variações no património líquido								83 554 596	83 554 596
Resultado líquido do período	-26 082 528								-26 082 528
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	59 761 699							795 094	60 556 793
PASSIVO									17 184
PASSIVO NÃO CORRENTE	17 184								17 184
Provisões	17 184								17 184
PASSIVO CORRENTE	97 758 865							-795 094	96 963 771
Fornecedores	71 946 288								71 946 288
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	4 966 629								4 966 629
Estado e outros entes públicos	2 962 527								2 962 527
Fornecedores de investimentos	630 430								630 430
Outras contas a pagar	15 446 473							-16 000	15 430 473
Diferimentos	1 806 518							-795 094	1 011 424
Outros passivos financeiros								16 000	16 000
TOTAL PASSIVO	97 776 049	0	0	0	0	0	0	-795 094	96 980 955
TOTAL PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	157 537 748	0	0	0	0	0	0	0	157 537 748

O saldo por utilizar em 31/12/2017 dos subsídios ao investimento é de 795.094€, dos quais são reconhecidos em rendimentos à medida que são contabilizadas as amortizações e depreciações dos bens subsidiados. Foi transferido de diferimentos para outras variações do património líquido (593 – Transferências e subsídios de capital).

Quadro 69 - Subsídios

(valores expressos em euros)

Valores expressos em euros

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período de 2018			Período de 2017		
			Dem.Resultados	Balanço		Dem.Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	EU-Fundos Comunitários - Proj co-finan-37596	95.622	95.622	9.101			104.723
		POSEUR-01-1203-FC-000064			63.033			
		Lisboa-06-4842-FEDER-000027	472.728	472.728	1.709.394			
		Financiamento do Programa de Qualificação das Unidades de Cirurgia de Ambulatório do SNS	30.338	30.338	635.864			666.202
		Financiamento do Programa de Qualificação das Unidades de Cirurgia de Ambulatório do SNS	24.169	24.169				24.169
		Total	622.856	622.856	2.417.392			795.094

No Património líquido foram transferidos os saldos de abertura de outras reservas/doações, no valor de 220.745€ para a conta de ajustamentos de transição para o SNC-AP.

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade, período de relato

- **Denominação:** Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE
- **Endereço:** IC 19, Venteira, 2720-276 Amadora
- **Código da classificação orgânica:** 6530
- **Tutela:** Ministério da Saúde
- **Registada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora** sob o N.º 503 035 416
- **Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:**

O Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE foi criado pelo Decreto-Lei n.º 203/2008, de 10 de outubro, que transformou o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, criado pelo Decreto-Lei n.º 382/91, de 9 de outubro, numa entidade pública empresarial.

De acordo com o regime jurídico e os estatutos publicados no anexo II do Decreto-Lei 18/2017, de 10 de fevereiro e nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, o HFF é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A legislação que enquadra a orgânica e funcionamento do HFF é a seguinte:

- Decreto-Lei n.º 203/2008, de 10 de outubro (transforma o HFF em EPE);
- Decreto-Lei 18/2017, de 10 de fevereiro (Regime jurídico e estatutos hospitais EPE);
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro (Regime jurídico do sector público empresarial);
- Decreto-Lei 11/93, de 15 de janeiro (Estatuto do SNS);
- Lei n.º 48/90, de 24 de agosto (Lei de Bases da Saúde).

A consolidação de contas do SNS é efetuada pelo Ministério da Saúde por intermédio da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS).

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

- a) Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Em 2018 foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP não se identificando situações excecionadas às disposições normativas com impactos nas demonstrações financeiras, pelo que as demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do património líquido, do passivo e dos resultados das operações económicas e financeiras.

- b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Informações já referidas nos pontos anteriores.

- c) Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável. Não houve alteração de apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras, exceto no que se refere aos efeitos da adoção pela primeira vez do SNC-AP, como é divulgado no início deste Anexo.
- d) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Não se evidencia a 31 dezembro 2018 quaisquer montantes de caixa e seus equivalentes que não estivessem disponíveis para uso.

- e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Quadro 70 - 1.1. Desagregação de caixa e depósitos

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Conta						
Caixa	3 162		3 162	4 439		4 439
Depósitos à ordem						
Depósitos à ordem no IGCP	1 988 494		1 988 494	1 493 821		1 493 821
Depósitos bancários à ordem	209 263		209 263	186 521		186 521
Outros Depósitos no IGCP						
Total de caixa e depósitos	2 200 920		2 200 920	1 684 781		1 684 781

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Base de mensuração usada na preparação das demonstrações financeiras

O normativo contabilístico adotado para a prestação de contas consolidadas é o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, adaptado ao Plano de Contas Central do Ministério da Saúde (PCC-MS) divulgado pela ACSS, tendo procedido à subdivisão de contas em função das suas necessidades específicas, o que constitui o seu Plano de Contas Local, cumprindo com:

- a estrutura do plano de contas SNC-AP;
- a desagregação de algumas contas do Plano de Contas Multidimensional necessária à obtenção do adequado conteúdo das rubricas do balanço e da demonstração dos resultados, mas respeitando a natureza da conta mãe incluindo a ligação dessa conta com a respetiva rubrica do balanço ou da demonstração dos resultados;
- a desagregação respeita também as contas (desagregadas) do PCC-MS.

De acordo com o SNC-AP, a informação incluída no relato financeiro deve obedecer a um conjunto de características qualitativas que permitem que essa informação seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras e atinja os objetivos do relato financeiro, nomeadamente quanto à tomada de decisões. As características qualitativas principais são: relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade e verificabilidade. Estas características qualitativas aplicam-se a toda a informação financeira e não financeira relatada incluindo a informação financeira histórica e prospetiva e as notas explicativas, para que as demonstrações financeiras possam evidenciar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do HFF, EPE.

As características qualitativas principais são os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados que foram as seguintes:

1. Ativos Fixos Tangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis foi efetuado de acordo com o disposto na NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis (AFT), estando os mesmos registados ao seu custo considerado, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade. Os AFT reconhecidos referem-se a bens com substância física que cumulativamente:

- 
- São detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros, ou para fins administrativos;
 - Se espera sejam usados durante mais de um período de relato;
 - For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem;
 - O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.
- 

Um bem do ativo fixo tangível é inicialmente reconhecido pelo seu custo, o qual compreende o seu preço de compra e os custos suportados inicialmente para a sua aquisição ou construção, e ainda os custos suportados subsequentemente para adicionar, substituir uma parte ou prestar assistência a esse ativo, desde que estes possibilitem um aumento do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros associado a esse bem.

Os aumentos ao valor contabilístico em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de AFT no património líquido. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva rubrica de excedentes de revalorização de AFT. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados como perdas por imparidade.

A imparidade resulta de eventos ou circunstâncias que indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados, devendo essa política aplicar-se a todos os bens que integram essa classe, aplicando-se a NCP 9- Imparidade de Ativos.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens reintegráveis, são também transferidos para a rubrica “Resultados Transitados”.

Quando um bem do ativo fixo tangível for adquirido através de uma transação sem contraprestação (obtidos a título gratuito), a mensuração far-se-á da seguinte forma:

- Imóveis — Valor patrimonial tributário (VPT).
- Outros ativos — Custo do bem-recebido, ou na falta deste, o respetivo valor de mercado apurado através de avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens.

?

P

Handwritten signature

Handwritten signature

As bases de mensuração aplicadas são explicitadas e justificadas no documento, de acordo com o preconizado na NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

Quanto às depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, tendo em conta o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Para o efeito, são utilizadas as taxas de depreciação que refletem a vida útil estimada dos bens definidas no Classificador Complementar 2 (capítulo 7 do PCM) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento e que constava da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, entretanto revogada, tendo entrado em vigor em 1 de janeiro de 2017, conforme dispõe o n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Para determinação da vida útil de um ativo são considerados os seguintes fatores:

- Utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperadas para esse ativo.
- Desgaste físico esperado, que depende de fatores operacionais tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo enquanto estiver ocioso.
- Obsolescência técnica e comercial resultante de alterações ou melhoramentos na produção, ou de alterações na procura do mercado para os produtos ou serviços produzidos pelo ativo.
- Limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo, tais como as datas de expiração de contratos de locação relacionados.

A NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis preconiza que o método mais adequado às Administrações Públicas é, em regra, o método das quotas constantes (ou da linha reta). Este método deve ser aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

O valor unitário e as condições em que os elementos dos AFT sujeitos a depreciação ou deperecimento possam ser totalmente depreciados um só exercício são os definidos na lei.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos AFT é calculada segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Rubrica	Vida Útil
Edifícios e Outras Construções	20 – 50
Equipamento Básico	2 – 10
Equipamento de Transporte	4 – 6
Equipamento Administrativo	3 – 8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 – 8

2. Inventários

O tratamento contabilístico dos Inventários é efetuado de acordo com o disposto na NCP 10 – Inventários. São reconhecidos como inventários os bens adquiridos para revenda, as matérias-primas e os materiais a aguardar e a ser usados na produção, os produtos acabados ou os produtos em curso de produção.

A sua mensuração é normalmente feita ao custo de aquisição (com IVA incluído) quando este não é dedutível sempre que se trate de transações com contraprestação, e inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condição atuais. Existem, no entanto, situações em que a mensuração pode ser efetuada de acordo com as circunstâncias em que forem adquiridos e/ou com a sua utilização futura, nomeadamente:

- bens detidos para vender ou consumir em condições normais de mercado – mensuração pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido;
- bens adquiridos através de uma transação sem contraprestação (a título gratuito), devem ser mensurados pelo justo valor à data de aquisição;
- bens detidos para distribuir sem contrapartida ou com uma contrapartida simbólica, ou para consumir no processo de produção de bens para subsequentemente distribuir sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o custo de reposição corrente.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Caso os inventários se encontrem registados por um valor superior ao que se espera obter do seu valor de venda ou de uso, reconhece-se perdas por imparidade. O método de custeio das saídas de armazém adotado é por regra o custo médio ponderado. Anualmente são avaliados os inventários para efeitos de reconhecimento de Imparidades, avaliando-se nomeadamente se os inventários se encontram danificados, obsoletos, na totalidade ou parcialmente e se os seus prazos de validade se encontram ultrapassados. A imparidade é desreconhecida se o custo do inventário for recuperável ou nos casos em que se proceda ao seu abate ou eventual alienação.

7
P
E.N.S.
[Signature]
H

3. Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vencem juros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação, salvo se o câmbio estiver fixado pelas partes ou garantido por uma terceira entidade.

4. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido, sendo as imparidades registadas em clientes de cobrança duvidosa e avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos.

As dívidas de terceiros, independentemente da sua maturidade estão contabilizados no realizável de curto prazo. No Ativo corrente do Balanço, na rubrica “Clientes, contribuintes e utentes” estão contabilizadas dívidas que na sua maioria se encontram vencidas há mais de um ano, e para as quais ainda não está formalizado um plano para os pagamentos das mesmas, estando a quase totalidade titulada em nome da ACSS, IP, ADSE e ARSLVT.

5. Imparidade de Ativos

A determinação e o reconhecimento de imparidade de Ativos é efetuada nos termos definidos na NCP 9 – Imparidade de Ativos. A Norma define imparidade como uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além do reconhecimento sistemático da perda dos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço desse ativo por via da depreciação.

A quantia escriturada de um ativo é reduzida para a sua quantia recuperável de serviço quando a quantia recuperável de serviço for menor do que a quantia escriturada, constituindo-se uma perda por imparidade, sendo a quantia recuperável a maior quantia entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado de um ativo e da sua alienação no final da sua vida útil).

As perdas por imparidade são reconhecidas imediatamente nos resultados. Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo com o qual se relaciona, a quantia escriturada do ativo é reduzida para zero com uma correspondente quantia reconhecida nos resultados. O passivo é reconhecido se, e apenas se, isso for exigido por uma outra NCP.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo da depreciação (amortização) do ativo é ajustado em períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se houver), numa base sistemática durante a sua vida útil remanescente.

Em cada data de relato é avaliado se há qualquer indício de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores possa ter diminuído ou deixado de existir, apurando-se a quantia recuperável estimada de serviço desse ativo e regista-se a respetiva reversão parcial ou total da perda por imparidade.

Relativamente aos ativos detidos sobre entidades que integram o perímetro de consolidação patrimonial do SNS (ARS, Hospitais SPA, Hospitais EPE, ULS e ACSS), e concretamente no que se refere aos saldos de Contratos Programa, Programas Verticais e Convenções Internacionais não deve ser constituída qualquer imparidade nos termos da Circular Normativa nº 8/2019/ACSS - Encerramento de contas 2018/Reconhecimento e mensuração das imparidades em contas a receber.

Relativamente aos saldos de Contratos Programa, Programas Verticais e Convenções Internacionais não foi e não deve ser constituída qualquer imparidade, uma vez que:

- No que respeita aos Contratos Programa o acerto a existir irá ser objeto de fatura ou nota de crédito a emitir na data de fecho de cada Contrato;
- No que concerne aos Programas Verticais e às Convenções Internacionais os valores a registar nas entidades e na ACSS devem ser conciliados não havendo lugar a divergências entre os mesmos
- No que respeita a saldos existentes entre entidades do perímetro não foi e não deve ser constituída qualquer imparidade, e no caso de haver imparidades constituídas em anos anteriores as mesmas devem ser revertidas.

6. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A NCP 15 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes define os termos em que devem ser efetuados o seu reconhecimento e mensuração. A Norma define Provisões como passivos que são obrigações presentes e é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essas obrigações.

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como:

- i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo do Hospital; ou
- ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

A constituição de provisões para riscos e encargos decorre de circunstâncias em que as mesmas devem ser reconhecidas, e a sua mensuração deve respeitar as regras definidas na NCP 15 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. É igualmente considerado o previsto na NCP 1 na divulgação de informação acerca de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes em notas explicativas às demonstrações financeiras, para permitir que os utilizadores compreendam a sua natureza, oportunidade e quantia.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para o Hospital.

7. Especialização dos exercícios

A especialização dos exercícios foi efetuada com base NCP que se aplicam especificamente a cada situação ou, na ausência de uma NCP, foram seguidas políticas contabilísticas que, nos termos na NCP 2.

Os gastos e rendimentos foram reconhecidos no momento em que foram gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

No encerramento anual de contas é efetuada uma avaliação com maior acuidade, sendo registados prioritariamente os documentos que titulam os gastos e rendimentos e os saldos finais das contas de acréscimos e diferimentos que correspondem aos gastos e rendimentos ainda não titulados ou cujos títulos tenham sido emitidos num período económico posterior, mas digam respeito ao período económico em análise.

8. Encargos com férias e subsídios de férias

As férias e subsídio de férias são registados como gasto no ano em que os funcionários adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, o valor de férias e subsídio de férias vencido e não pago à data do balanço, foi estimado e incluído na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

9. Reconhecimento de gastos

Os gastos são reconhecidos à medida que são incorridos de acordo com o princípio do acréscimo, e independentemente do momento em que são pagos.

10. Contabilização dos subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são registados em conta apropriada no Património Líquido aquando do seu recebimento e são transferidos para resultados na proporção das depreciações e amortizações praticadas sobre os bens financiados.

11. Imposto sobre o rendimento

Atendendo a que em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas a entidade se encontra enquadrada no regime geral, a estimativa de imposto é efetuada com base no normativo existente. São reconhecidas contabilisticamente as situações de ativos e passivos por impostos diferidos.

12. Pensões de reforma e outros encargos sociais

O HFF, EPE processou no exercício de 2018, os valores referentes a:

- Direito dos funcionários públicos que podem solicitar este benefício, cabendo à entidade patronal assumir o encargo (714€);
- Fundo de garantia para a compensação do trabalho (5.595€);
- Os valores de Pensões pagos no ano, dizem respeito a funcionários públicos que se aposentaram, mas que o pagamento da pensão até pagamento em Diário da República é da responsabilidade da entidade patronal (5.498€).

2.2 Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

Não se identifica políticas contabilísticas relevantes para além das enunciadas anteriormente.

2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento sobre eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. Na adoção de políticas contabilísticas entendeu-se manter no essencial os critérios de mensuração que vinham sendo adotados em anos anteriores, não se tendo assumido, para efeitos de custo considerado na transição para o SNC AP, as avaliações específicas dos ativos e passivos, com exceção da opção pela adoção do critério de justo valor para as propriedades de investimento e nalgumas alterações do período de vida útil dos ativos fixos tangíveis, em função da aplicação do Classificador Complementar 2 aprovado através do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Seguindo as orientações do Manual de Implementação do SNC-AP estabelecido pela Comissão de Normalização Contabilística, as alterações efetuadas foram aplicadas numa base prospectiva.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As estimativas contabilísticas mais significativas refletem nas demonstrações financeiras o reconhecimento de rendimentos no âmbito do Contrato Programa comunicados pela ACSS, IP, mas ainda não encerradas e validadas. As estimativas podem sofrer ajustamentos nos rendimentos agora reconhecidos, no decorrer do processo de faturação dos referidos anos, por efeitos de acertos à atividade apurada por via da identificação dos utentes.

2.5. Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar:

Os ativos detidos sobre entidades que integram o perímetro de consolidação patrimonial do SNS, nomeadamente no que se refere aos saldos de Contratos Programa, Programas Verticais e Convenções Internacionais não foi constituída qualquer imparidade nos termos da Circular Normativa n.º

8/2019/ACSS - Encerramento de contas 2018/Reconhecimento e mensuração das imparidades em contas a receber. Caso se venha a verificar a constituição de imparidades no futuro poderá vir a resultar impactos nos resultados supervenientes.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Como principais fontes de incerteza das estimativas identificam-se as relacionadas com os Acréscimos de Rendimentos com a ACSS, IP, contabilizados para garantir a especialização dos exercícios e estimados de acordo com as instruções da ACSS, na sua Circular Normativa nº 6/2019/ACSS de 21 de março, que vem estabelecer instruções para normalização dos registos contabilísticos associados à execução dos Contratos Programa, Programas Verticais e Convenções Internacionais, tendo também em consideração a implementação do referencial contabilístico SNC-AP. Para efeitos de reporte das demonstrações financeiras, o acréscimo de rendimento respeitante à produção é calculado tendo por referência o melhor desempenho relativamente aos 3 últimos contratos programa encerrados e é resultante da aplicação da taxa de execução mais elevada de entre os contratos programa. Para o ano de 2018 foi apurado a taxa de execução de 100%, conforme indicação da ACSS. Para efeitos de registo do acréscimo de rendimento respeitante aos incentivos, o mesmo será calculado tendo por referência a taxa de execução de incentivos mais elevada, alcançada nos últimos 3 anos. Para o ano de 2018 foi apurado uma taxa de execução de 99,3%. Foram realizados ajustamento ao Contrato Programa de 2018, tendo sido atribuído um subsídio para cobertura de custos de contexto no montante de 11.537.514€.

Quadro 71 - Acréscimo de Rendimentos

(valores expressos em euros)

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Prestações de Serviços a faturar		
SNS	16.024.695	5.686.824
Total	16.024.695	5.686.824

Quadro 72 - Acréscimo de Rendimentos – SNS

(valores expressos em euros)

Descrição	31.12.2018
Ajudas Técnicas 2013	7.274
Programa de Investigação e Desenvolvimento 2015	13.999
Hepatite C - 2017	21.244
Contrato Programa 2017	4.777.662
Contrato Programa 2018	11.131.626
Convenções Internacionais 2018	11.381
Programas Verticais 2018	61.508
Total	16.024.695

4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

Quadro 73 - Tabela 4.1. Acordos de concessão de serviços: concedente

(valores expressos em euros)

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão		Valor anual (valor sem IVA)	Pagamento ao Concessionário		
			Data de Início	Data de Término		Anos Anteriores	Ano Corrente	Anos Futuros
Exploração de Cafetarias nº 1, 2, 3 e 4 no HFF	ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana SA	Serviços de Exploração de Cafetarias	01-01-2017	31-12-2021	243.300	243.300	243.300	729.900
Exploração de Papelaria no HFF	DaisyGift, Lda.	Atividade comercial de Papelaria	25-03-2013	25/03/2019	12.283	58.342	12.283	3.071
Postos de Vending	Delta - Manuel Rui Azinhais Nabeiro	Atividade comercial de Vending	27-01-2015	27/01/2018	156.060	312.120	156.060	0
Concessão de Espaço para instalação de equipamento de Radiocomunicações ⁽¹⁾	Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, SA	Equipamento de Radiocomunicações	01-06-2012		16.920	116.198	16.920	0
Utilização de Espaço para instalação de ATM ⁽²⁾	Banco Comercial Português, SA	Máquinas de Pagamento Automático	01-10-2013		5.760	126.480	5.760	0

⁽¹⁾ Contrato renovável por períodos sucessivos de 1 ano, desde 1 de janeiro de 2014, salvo se uma das partes comunicar intenção de renovação

⁽²⁾ Contrato efetuado por período de um ano, a contar da data da assinatura (24/09/2013), e renovável por iguais períodos de tempo, salvo se uma das partes comunicar intenção de renovação

5. Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis estão registados pelo seu custo deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade. O custo compreende o preço de compra do ativo, os custos inicialmente suportados para a aquisição ou construção e ainda os custos posteriormente suportados para adicionar ou substituir uma parte e ainda outros custos de manutenção do ativo.

No quadro abaixo apresenta-se um resumo da valorização das várias classes de ativos fixos tangíveis.

Quadro 74 - 5.1. Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

(valores expressos em euros)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
...								
Ativos fixos em concessão								
...								
Outros Ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	15 381 300			15 381 300	15 381 300			15 381 300
Edifícios e outras construções	67 784 952	10 923 832		56 861 120	67 828 843	12 873 152		54 955 691
Equipamento básico	24 159 021	19 166 970		4 992 051	26 022 997	21 095 220		4 927 776
Equipamento de transporte	110 376	47 360		63 016	110 376	77 589		32 787
Equipamento administrativo	6 171 525	5 515 272		656 253	6 310 245	5 809 980		500 265
Outros ativos tangíveis	174 134	151 000		23 134	174 399	159 596		14 803
	113 781 308	35 804 433		77 976 874	115 828 160	40 015 538		75 812 622
Ativos fixos tangíveis em curso	406 200			406 200	518 368			518 368
	406 200			406 200	518 368			518 368
Total	114 187 507	35 804 433		78 383 074	116 346 528	40 015 538		76 330 990

Quadro 75 - 5.2. Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

(valores expressos em euros)

Rubricas	Quantia escriturada	Variações no período								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
...										
Ativos fixos em concessão										
...										
Outros Ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	15 381 300									15 381 300
Edifícios e outras construções	67 784 952	43 891					-1 949 321			65 879 522
Equipamento básico	24 159 021	1 863 976					-1 928 251			24 094 746
Equipamento de transporte	110 376						-30 229			80 147
Equipamento administrativo	6 171 525	138 720					-294 708			6 015 537
Outros ativos tangíveis	174 134	265					-8 596			165 803
	113 781 308	2 046 852					-4 211 105			111 617 055
Ativos tangíveis em curso	406 200	112 168								518 368
	406 200	112 168								518 368
Total	114 187 507	2 159 021					-4 211 105			112 135 423

A Estrutura Conceptual da Informação Financeira Pública (EC) define no art.º 88 e seguintes que “um Ativo é um recurso presentemente controlado pela entidade pública em resultado de um evento passado e com a capacidade de proporcionar um influxo de potencial de serviço ou de benefícios económicos futuros, originados pelo recurso em si ou pelo direito a dispor desse recurso.”

A Norma de Contabilidade Pública “(NCP) 4 – Ativos Fixos Tangíveis determina que um Bem deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se for provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao Bem e o custo ou o justo valor do Bem poder ser mensurado com fiabilidade.”

Um bem é reconhecimento como ativo fixo tangível se for provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associado e se o custo pode ser mensurado com fiabilidade, nos termos na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis.

No contexto do SNC-AP foi aprovado um classificador complementar sobre o cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, que substituiu a Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, relativa ao Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE). Este classificador refere que os critérios de mensuração devem respeitar as normas contabilísticas aplicáveis, referindo expressamente a NCP e indicando que por regra se utilizará o método da linha reta, considerando a vida útil de referência constante da tabela aí apresentada.

As vidas úteis aplicadas correspondem à realidade, ou seja, à duração estimada dos bens. As vidas úteis previstas no Classificador Complementar 2- Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento são a referência considerada nomeadamente na aplicação do método de depreciação em linha reta, a não ser quando existam evidências que permitam fundamentar tecnicamente vidas úteis diferentes.

As taxas de amortização aplicadas aos AFT são as seguintes, por categoria de ativos:

Rubrica	Taxas de amortizações	
	Tx. Mínima	Tx. Máxima
Edifícios e Outras Construções	2,0%	14,3%
Equipamento Básico	11,1%	50,0%
Equipamento de Transporte	25%	
Equipamento Administrativo	12,5%	33,3%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,5%	25,0%

Com a alteração para o normativo contabilístico SNC-AP, importa referir o impacto de 901.370€ de aumento no valor das amortizações calculadas em 2018, comparativamente com o normativo POCMS.

Foram adquiridos em 2018 AFT no total de 2.154.795€ dos quais 112.168€ estavam em curso à data de 31/12/2018. Regista-se um valor de doação de 4.226€ referente a dois equipamentos, um no valor de 3.888€ e outro no valor de 338€.

Quadro 76 - 5.2. Ativos fixos tangíveis – adições

(valores expressos em euros)

Rubricas	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
...											
Ativos fixos em concessão											
...											
Outros Ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		43 891									43 891
Equipamento básico		1 859 750				4 226					1 863 976
Equipamento de transporte											
Equipamento administrativo		138 720									138 720
Equipamentos biológicos											
Outros ativos tangíveis		265									265
		2 042 626				4 226					2 046 852
Ativos tangíveis em curso		112 168									112 168
		112 168									112 168
Total		2 154 795				4 226					2 159 021

7. Custo de Empréstimos Obtidos

Quadro 77 – Custo de empréstimos obtidos

(valores expressos em euros)

Entidade	Data da aprovação	Data de visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Pagamentos de anos anteriores	Pagamentos do ano	Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 janeiro	Saldo em 31 dezembro
				Contratado	Utilizado					
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	10-10-2017	n.a	13 anos	6.778.785	36.215	-	-	-	-	36.215

O HFF fez uma candidatura com o número POSEUR-01-1203-FC-000064 no âmbito do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – POSEUR, para a concessão de apoio à

eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, tendo a mesma sido aprovada em 10 de Outubro de 2017.

O valor de investimento elegível é de 7.201.914€, com uma contribuição do Fundo de Coesão de 95% (6.841.818€), dos quais 6.778.785€ correspondem a um financiamento reembolsável, com um plano de reembolso a 13 anos sem juros.

9. Imparidade de ativos

As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos. A constituição de imparidades segue genericamente e em analogia o critério fiscal de constituição de imparidades para dívidas com antiguidade superior a dois anos, com avaliação casuística.

Quadro 78 - 9.1. Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

(valores expressos em euros)

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo valor	Valor de uso
Dívidas de cobrança duvidosa						
Dívidas de clientes	Gerador de caixa	35 434 781	1 282 014	34 152 768		Fluxos de caixa
Outras dívidas de terceiros	Gerador de caixa					Fluxos de caixa
Total		35 434 781	1 282 014	34 152 768		

As dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes ascendiam a 35.434.781€ em 31 de dezembro 2018 com imparidades acumuladas de 1.282.014€, o que corresponde a 3,6% do total da dívida.

O critério de cálculo sobre as imparidades para clientes de dívidas de cobrança duvidosa considerou os seguintes pressupostos:

- Provisão realizada apenas para a dívida de Clientes Não Estado;
- Provisionadas em 100% as dívidas de entidades privadas cujos saldos estejam em mora há mais de 24 meses;
- Provisionadas em 50% as dívidas de entidades privadas cujos saldos estejam em mora há mais de 12 meses e até 24 meses.

No ano 2018 foram constituídas imparidades para cobrança duvidosa, no montante de 176.930€ e contabiliza-se uma reversão da imparidade em 19.607€ referente a dívidas que foram consideradas incobráveis ao abrigo do disposto no despacho n.º 267/2005 de 7 de setembro do Secretário de Estado do Ministério da Saúde.

7
P
EMS
X
X

10. Inventários

Os inventários estão valorizados ao custo de aquisição, sendo o custo médio ponderado o método utilizado para o custeio das saídas.

Quadro 79 - 10.1. Inventários

(valores expressos em euros)

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.089.389	42.475	6.046.915
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	6.089.389	42.475	6.046.915

As imparidades de Inventários deveram-se ao fato de existirem medicamentos nos armazéns de Farmácia cujos laboratórios não aceitaram a sua devolução.

Quadro 80 - 10.1. Inventários - Movimentos do período

(valores expressos em euros)

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos Inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de Perdas por imparidade	Outras reduções Inventários	Outros aumentos Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.965.499	53.664.003	53.468.451		42.475		71.661		6.046.915
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	5.965.499	53.664.003	53.468.451	0	42.475		71.661		6.046.915

A quantia escriturada inicial corresponde às Existências de 5.965.499€, sendo a quantia escriturada final corresponde às Existências de 6.046.915€ à data de 31 dezembro 2018.

13. Rendimentos de transações com contraprestação

Os movimentos registados tiveram como princípio a NCP 13 do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro de 2015, onde é referido o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação.

As transações com contraprestação, em 2018, foram de 149.377.654,57€, montante que representa uma redução de 1.638.548€ face ao ano anterior.

As **Prestações de serviços** reduziram 1.885.329€ em 2018, refletindo a diminuição de atividade observada em 2018. A rubrica de **Vendas de bens** reflete a faturação de medicamentos com receita médica, que aumentaram residualmente face ao ano anterior. Os **Outros** acresceram 239.490€ face a 2017, totalizando em 2018, 1.938.951€.

Quadro 81 - 13.1. Rendimentos com contraprestação

(valores expressos em euros)

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento reconhecido em 2018	Rendimento reconhecido em 2017
Prestação de serviços	146.256.033	148.141.362
Venda de bens	1.182.621	1.175.379
Juros	49	2
Outros	1.938.951	1.699.461
Total	149.377.654,57	151.016.203,00

14. Rendimentos de transações sem contraprestação

Os movimentos registados tiveram como princípio a NCP 14 do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro de 2015, onde é referido o rendimento proveniente de transações sem contraprestação, com exceção daquelas que originem uma concentração de entidades.

O valor mais significativo de Rendimentos sem contraprestação, refere-se aos Rendimentos de Contexto proveniente no Contrato Programa de 2018 do HFF, EPE para a prestação de cuidados, no montante de 11.537.514€.

Quadro 82 - 14.1. Rendimentos sem contraprestação

(valores expressos em euros)

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período		Quantia por receber		Adiantamentos recebidos
	(2)		(3)		
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Taxas	2.260.404				
Subsídios	462.365				
Rendimentos de Contexto	11.537.514				
Outros	258.047				
Total	14.518.330				

15. Provisões. Passivos contingentes e ativos contingentes

No ano de 2018, foi criada uma provisão para pagamento das contribuições obrigatórias dos independentes ao abrigo do Código Contributivo, no montante de 12.691€ e reforçada a provisão referente ao ano de 2017 no montante de 1.651€.

Quadro 83 - 15.1. Provisões

(valores expressos em euros)

Provisão	Quantia escriturada Inicial 2018 (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final (10)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia escriturada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas	17 184	12 691	1 651		14 343	3 221			3 221	28 306
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso										
Outras Provisões										
Total	17 184	12 691	1 651		14 343	3 221			3 221	28 306

18. Instrumentos Financeiros

Quadro 84 - 18.1 - Ativos financeiros

(valores expressos em euros)

Rubricas	2018								Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições				
		Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienapções	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade		
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado menos imparidade									
Clientes	34 108 942		19 607				176 930	33 951 619	34 152 769
Estado	256 689			62 489					319 178
Accionistas/socios/associados	26 000 000			23 051 337				-49 051 337	
Outras contas a receber	10 943 116			17 474 584					28 417 700
Caixa e Depósitos bancarios	1 684 781			516 139					2 200 920
Outros Ativos Financeiros	163 401			95 369					258 770
Total	73 156 929		19 607	41 199 916			176 930	-15 099 718	65 349 334

Os movimentos em Clientes, Contribuintes e Utentes estão detalhados na nota 9, sendo que 27.490.207€ correspondem ao saldo a receber da ACSS referente aos Contratos Programa de 2013 a 2019.

Os saldos do Estado correspondem a regularizações de IVA a favor da entidade e pagamentos especiais por conta de IRC que se encontram por utilizar, retenções sobre rendimentos prediais e descontos sobre remunerações.

No que respeita aos Acionistas, no ano 2018, foi realizado o Capital Estatutário de 26.000.000€ através do despacho n.º 1265 de 2017 de 29 de dezembro. Verificou-se ainda duas entradas de Capital para cobertura de prejuízos transitados, no montante de 23.051.337€, ao abrigo do Despacho conjunto emitido pelo Secretário de Estado do Orçamento em 26/10/2018.

O Património Líquido inclui um total de 82 538 757 euros na rubrica “Outras variações no património líquido” resultantes do registo contabilístico do edifício do Hospital em 2009 pelo seu valor de avaliação (73 730 000 euros), valor que aguarda despacho da tutela para ser incorporado no Património, bem como do valor líquido dos bens que transitaram da anterior empresa Hospital Amadora/Sintra, Sociedade Gestora, SA (8 808 757 euros), estando o HFF a aguardar resposta a requerimento enviado à Direção Geral do Tesouro e Finanças a solicitar a afetação ao HFF da propriedade dos edifícios que constituem o Hospital.

As Outras Contas a Receber apresentam um valor de 28.417.700€ detalhado da seguinte forma:

- 19.773.120€ relativos a acréscimos de Rendimentos, dos quais 16.024.695€ correspondem a valores a receber dos Contratos Programa conforme referido na nota 2.6. Os restantes 3.748.425€ correspondem a acréscimos de rendimentos com a ARS (1.222.075€), com Instituições do SEE (1.086.079€), com Instituições do SNS (66.616€) e com Outras Entidades (1.373.655€);
- 6.914.709€ referentes a Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis;
- 10.242€ referentes a Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis;
- 276.721€ correspondente a valores a receber relativo a Adiantamento e Cauções de Pessoal;
- 1.423.149€ relativo a faturas de fornecedores em receção e conferência também refletido na conta “2253000000– Fornecedores faturas em conferência”;
- 19.759€ corresponde a valores em Outros Devedores Diversos.

Os Outros Ativos Financeiros Não Correntes correspondem à participação no Fundo de Compensação do Trabalho.

Quadro 85 - 18.2 - Passivos financeiros

(valores expressos em euros)

Rubricas	2018							Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			
		Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Fornecedores	71 946 268						19 921 009	52 025 279
Adiantamento de clientes	4 966 629			149 917 105			146 442 510	8 441 224
Estado	2 962 527			469 436				3 451 963
Outras contas a pagar	16 076 903			1 681 241				17 958 144
Financiamentos obtidos								
Total	95 952 347			152 287 782			166 363 519	81 876 610

As dívidas a Fornecedores apresentavam uma redução de 19.921.009€ (-28%) face à quantia escriturada inicial.

Os Adiantamentos de Clientes correspondem na íntegra a adiantamentos do Contrato-Programa.

Os saldos do Estado correspondem aos descontos sobre as remunerações de dezembro 2018 a liquidar em janeiro 2019, ao IVA a pagar em 2019 referente aos meses de novembro e dezembro de 2018 e ao montante de imposto estimado de IRC.

As Outras Contas a Pagar apresentam um valor de 17.958.144€ no Balanço, sendo que a maioria do valor corresponde a Acréscimos de Gastos (17.400.672€). Dos Acréscimos de Gastos, destacamos os efetuados com Pessoal (13.286.582€) e com Subcontratos e Fornecimentos e Serviços Externos (4.114.090€). Importa ainda destacar que, estão incluídas nas Outras Contas a Pagar, dívidas a Fornecedores de Investimento no montante de 383.175€.

19. Benefícios dos empregadores

O número de efetivos do HFF,EPE, em 31 dezembro 2018 era de 2.942, menos 11 efetivos do que os existentes em 31 dezembro 2017, 2.953.

Os benefícios dos empregados em 2018 correspondem exclusivamente aos processamentos mensais de remunerações, resumidos na tabela seguinte, não existindo quaisquer benefícios adicionais.

Quadro 86 - 19.1. Benefícios dos empregados - Valor presente da obrigação de benefícios definidos

(valores expressos em euros)

Remunerações, suplementos, outras componentes remuneratórias e encargos	31-12-2018	31-12-2017
Total das remunerações base	49.766.898	45.280.806
Total de subsídio de férias / Natal	9.202.879	7.916.569
Total de subsídios de refeição	2.876.212	2.768.468
Total do abono de ajudas de custo e de transporte	2.401	2.574
Total de remunerações por trabalho suplementar e extraordinário	7.326.025	5.847.100
Total de suplementos e outras componentes remuneratórias	9.896.501	8.587.164
Total de encargos da instituição	17.805.076	15.742.439
Total	96.875.992	86.145.119

20. Divulgação de partes relacionadas

Procede-se à divulgação das transações efetuadas em 2018 com as entidades do SNS integrantes do perímetro de consolidação de contas do Ministério da Saúde. São divulgadas as transações ativas e passivas ocorridos durante o ano de 2018.

Quadro 87 - 20.1.1. Divulgações de partes relacionadas - Ganhos/Ativos

(valores expressos em euros)

Nome Entidade	Descrição Rúbrica				Total Geral
	Outros rendimentos e ganhos	Prestações de serviços e concessões	Transferências e subsídios correntes obtidos	Vendas	
Administração Central do Sistema de Saúde, IP		144.961.381	11.537.514		156.498.895
ARS Lisboa V.T.		583.009		1.165.892	1.748.901
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	5.170	38			5.208
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE	1.959				1.959
Hospital Distrital de Santarém, EPE	118.998				118.998
Hospital Garcia da Orta, EPE - Almada	62.319	8.663			70.982
Instituto Português de Oncologia - Lisboa, EPE		880			880
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	122.680	6.621			129.302
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	71.289				71.289
Hospital do Espírito Santo, de Évora, EPE	15.355	401			15.756
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	42.774				42.774
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	115.434	5.530			120.964
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	3.604	4.272			7.876
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	71.446				71.446
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	4.348				4.348
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE		928			928
Instituto Nacional de Emergência Médica	140.910	107			141.016
Serviços de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH)	40.044				40.044
TOTAL	816.330	145.571.830	11.537.514	1.165.892	159.091.566

Quadro 88 - 20.1.2. Divulgações de partes relacionadas Gastos/Passivos

(valores expressos em euros)

Nome Entidade	Descrição Rúbrica				Total Geral
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com pessoal	Outros gastos e perdas	
Instituto Português do Sangue e da Transplantação	3.364	517.900			521.265
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, IP		9.835			9.835
Instituto Oftalmológico Dr. Gama Pinto		751			751
ARS Lisboa V.T.		2.205.665			2.205.665
Centro Hospitalar da Cova da Beira, EPE		88			88
Instituto Português de Oncologia - Lisboa, EPE		2.546			2.546
Instituto Português de Oncologia - Porto, EPE		-810			-810
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE		77.502			77.502
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE		45.283			45.283
Centro Hospitalar do Porto, EPE		5.904			5.904
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE		31.560			31.560
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE		1.317			1.317
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE		4.185			4.185
DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE		5.220			5.220
Serviços de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH)		200.727	360	2.710	203.797
TOTAL	3.364	3.107.672	360	2.710	3.114.106

30. Outras divulgações

Apresenta-se os quadros abaixo com o total dos Outros Rendimentos e Ganhos e dos Fornecimentos e Serviços Externos que, muito embora uma parte já esteja referida na nota 20, divulga-se em maior pormenor as diversas rubricas que compõem os respetivos saldos na Demonstração de Resultados.

Quadro 89 – Outros rendimentos e ganhos

(valores expressos em euros)

Descrição Rúbrica	Campo	Descrição	Saldo 31 Dez 2018
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	437.276
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Rendimentos Suplementares - Formação	34.412
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Rendimentos Suplementares - Investigação	477.040
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Rendimentos Suplementares - Outros	41.241
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Reembolsos de telefone	12
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Instituições do SPA/SNS	140.910
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Instituições do SEE	774.548
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Outras entidades	1.096
Outros rendimentos e ganhos	78.1 - Rendimentos suplementares	Outros Reembolsos	32.416
Outros rendimentos e ganhos	78.8 - Outros	Diferenças de câmbio favoráveis na atividade operacional	41
Outros rendimentos e ganhos	78.6 - Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	Fundo de Compensação de Trabalho(FCT)	3.798
Outros rendimentos e ganhos	78.8 - Outros	Outros benefícios penalidade contratuais	84.406
Outros rendimentos e ganhos	78.8 - Outros	Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	5.251
Outros rendimentos e ganhos	78.8 - Outros	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	160.491
Outros rendimentos e ganhos	78.8 - Outros	Outros	4.059
Total			2.196.998

Quadro 90 – Fornecimentos e Serviços Externos

(valores expressos em euros)

Descrição Rúbrica	Campo	Descrição						Saldo 31 Dez 2018
		Deslocações, estadas e transportes	Energia e fluidos	Materiais de consumo	Serviços diversos	Serviços especializados	Subcontratos	
Fornecimentos e serviços externos	62.1.1.1.1 - Patologia clínica						470.725	470.725
	62.1.1.1.2 - Anatomia patológica						230.820	230.820
	62.1.1.1.3 - Imagiologia						688.184	688.184
	62.1.1.1.4 - Cardiologia						121.051	121.051
	62.1.1.1.6 - Medicina nuclear						284.745	284.745
	62.1.1.1.7 - Gastroenterologia						99.271	99.271
	62.1.1.1.9 - Outros Meios de Diagnóstico						107.206	107.206
	62.1.1.2.2 - Medicina física e de reabilitação						13	13
	62.1.1.2.4 - Cuidados Respiratórios Domiciliários						1.734.689	1.734.689
	62.1.1.2.5 - Unidades terapêuticas de sangue						524.927	524.927
	62.1.1.2.6 - Radioterapia						9.850	9.850
	62.1.1.2.9 - Outros Meios Comp. de terapêutica						52.842	52.842
	62.1.1.4 - Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares						4.185	4.185
	62.1.1.5 - Internamentos						12.235.884	12.235.884
	62.1.1.9.1 - Assistência ambulatoria						396.616	396.616
	62.1.1.9.9 - Outros						1.333.632	1.333.632
	62.2 - Serviços especializados					13.329.265		13.329.265
	62.3 - Materiais de consumo			208.977				208.977
	62.4 - Energia e fluidos		2.108.245					2.108.245
	62.5.1 - Deslocações e estadas	11.937						11.937
	62.5.3 - Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	1.114						1.114
	62.5.5 - Transporte de doentes	708.329						708.329
	62.6 - Serviços diversos				1.967.813			1.967.813
Total		721.379	2.108.245	208.977	1.967.813	13.329.265	18.294.639	36.630.318

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

Demonstrações Orçamentais

DOR1. Demonstração do desempenho orçamental

Quadro 91 – Demonstração do desempenho orçamental recebimentos

(valores expressos em euros)

Rubrica	RECEBIMENTOS	Fontes de Financiamento					
		RP	RQ	EU	EMP	Fundos Alheios	Total
	Saldo de gerência anterior						
	Operações orçamentais (1)	210.684				1.474.097	1.684.781
	Devolução do saldo Oper.orçamentais						
	Recebimento do saldo devolvido por entidades terceiras						
	Operações de tesouraria (A)						
	Recorre corrente	157.377.615	0	0	0	0	157.377.615
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	0
R1.1	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0
R1.2	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0	0	0	0	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2.246.430	0	0	0	0	2.246.430
R4	Rendimentos de propriedade	0	0	0	0	0	0
R5	Transferências Correntes	0	0	0	0	0	0
R5.1	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0
R5.1.1	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0
R5.1.3	Segurança Social	0	0	0	0	0	0
R5.1.4	Administração Regional	0	0	0	0	0	0
R5.1.5	Administração Local	0	0	0	0	0	0
R5.2	Exterior - UE	0	0	0	0	0	0
R5.3	Outras	0	0	0	0	0	0
R6	Venda de bens e serviços	155.129.729	0	0	0	0	155.129.729
R7	Outras receitas correntes	1.456	0	0	0	0	1.456
	Recorre de capital	0	0	0	0	0	0
R8	Venda de bens de investimento	0	0	0	0	0	0
R9	Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0
R9.1	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0
R9.1.1	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0
R9.1.3	Segurança Social	0	0	0	0	0	0
R9.1.4	Administração Regional	0	0	0	0	0	0
R9.1.5	Administração Local	0	0	0	0	0	0
R9.2	Exterior - UE	0	0	0	0	0	0
R9.3	Outras	0	0	0	0	0	0
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0	0	0	0	0	0
	Recorre efetiva (2)	157.377.615	0	0	0	0	157.377.615
	Recorre não efetiva (3)	49.051.337	0	36.215	0	0	49.087.552
R12	Recorre com Ativos financeiros	0	0	0	0	0	0
R13	Recorre com Passivos financeiros	49.051.337	0	36.215	0	0	49.087.552
	soma (4)=(1)+(2)+(3)	206.639.636	0	36.215	0	1.474.097	208.149.948
	Operações de tesouraria (B)						

DOR2. Demonstração de execução orçamental da receita

Quadro 93 – Demonstração de execução orçamental da receita

(valores expressos em euros)

Classificações orçamentais detalhadas	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Receitas anuladas	Receitas cobradas brutas	Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período
						Períodos anteriores	Período corrente	Total	
Receita corrente									
R3 Taxas, multas e outras penalidades	2.313.240	0	2.246.430	0	2.246.430	0	2.246.430	2.246.430	0
R4 Rendimentos de propriedade	4	0	0	0	0	0	0	0	0
R5 Transferências Correntes	211.900	0	0	0	0	0	0	0	0
R5.1 Administrações Públicas	211.900	0	0	0	0	0	0	0	0
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	211.900	0	0	0	0	0	0	0	0
R5.2 Exterior - UE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R5.3 Outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R6 Venda de bens e serviços	181.623.277	35.221.778	155.342.733	0	155.129.729	2.436.242	152.693.487	155.129.729	35.434.781
R7 Outras receitas correntes	1.456	0	1.456	0	1.456	0	1,456	1,456	0
Receita capital									
R8 Venda de bens de investimento									
R9 Transferências de Capital									
R9.1 Administrações Públicas									
R9.2 Exterior - UE									
R9.3 Outras									
R10 Outras receitas de capital									
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos									
R13 Receita com Passivos Financeiros	51.672.402	0	49.087.552	0	49.087.552	0	49.087.552	49.087.552	0
Outras Receitas									
Saldo de Gerência Anterior - Operações Orçamentais	210.684	1.684.781	0	0	1.684.781	1.684.781	0	1.684.781	0
Operações extra-orçamentais	1.792.000	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	237.824.963	36.906.559	206.678.170	0	208.149.948	4.121.023	204.028.925	208.149.948	35.434.781

DOR3. Demonstração de execução orçamental da despesa

Quadro 94 – Demonstração de execução orçamental da despesa

(valores expressos em euros)

Classificações orçamentais detalhadas	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Compromissos Assumidos	Despesas pagas brutas	Despesas pagas líquidas			Obrigações por pagar
					Períodos anteriores	Período corrente	Total	
Despesa corrente	74.373.742	230.554.943	252.640.241	203.354.445	72.650.095	130.704.350	203.354.445	50.910.492
D1 Despesas com o pessoal	5.832.392	88.148.377	94.943.894	92.938.609	5.832.392	87.106.217	92.938.609	2.005.285
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	4.406.604	60.238.698	60.737.151	58.731.867	4.406.604	54.325.262	58.731.867	2.005.285
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	0	10.791.393	15.942.367	15.942.367	0	15.942.367	15.942.367	0
D1.3 Segurança social	1.425.788	17.118.286	18.264.375	18.264.375	1.425.788	16.838.588	18.264.375	0
D2 Aquisição de bens e serviços	68.532.546	142.295.741	157.519.008	110.280.265	66.816.931	43.463.335	110.280.265	48.897.176
D3 Juros e outros encargos	1.827	16.822	17.801	17.801	40	17.761	17.801	1.787
D6 Outras despesas correntes	6.977	94.003	159.538	117.769	733	117.037	117.769	6.244
							0	
Despesa capital	834.669	5.478.020	3.114.906	2.484.596	834.669	1.649.926	2.484.596	383.175
D7 Investimento	834.669	5.478.020	3.114.906	2.484.596	834.669	1.649.926	2.484.596	383.175
Despesa não efetiva	0	0	109.988	109.988	0	109.988	109.988	0
D10 Ativos financeiros	0	0	109.988	109.988	0	109.988	109.988	0
Operações de tesouraria (B)	0	1.792.000	0	0	0	0	0	0
Total	75.208.411	237.824.963	255.865.135	205.949.028	73.484.764	132.464.264	205.949.028	51.293.667

H
SMS
[Signature]
?

DOR4. Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos

O HFF, EPE não apresenta, neste relatório a Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos, tendo em conta que não estão aprovados os investimentos para anos seguintes.—

Anexo às Demonstrações Orçamentais

DOR5.1. Alterações orçamentais da receita

A previsão inicial da receita para 2018 foi de 185.119.059€, sendo o valor de inscrições/reforços de 28.231.301€, de diminuições/anulações de 2.020.617€ e de créditos especiais de 26.495.220€. Tendo em conta as variações no exercício a previsão corrigida foi de 237.824.963€.

Na rubrica orçamental R6, a alteração orçamental de créditos especiais de 3.443.883€ referente a adiantamentos realizados pela ACSS em 2018.

O movimento de reforço da receita registado na rubrica R13 num total de 49.051.337€, refere-se ao aumento de Capital Estatutário subscrito no final do ano 2017 e realizado em janeiro de 2018, segundo os Despachos n.º 1265/17 – SET (26.000.000€) e n.º 1642/2018/SEO (23.051.337€).

Quadro 95 – Alterações orçamentais da receita

(valores expressos em euros)

Rubrica orçamental (1)	Receita				
	Previsões Iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7) = (3) + (4) - (5) + (6)
		Inscrições/reforços (4)	Diminuições/anulações (5)	Créditos especiais (6)	
Receita Corrente					
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	2.313.190	50			2.313.240
R4 - Rendimentos de propriedade	4				4
R5.1.2 - Administração Central - Outras entidades	211.900				211.900
R6 - Venda de bens e serviços	178.180.395	2.019.616	2.020.617	3.443.883	181.623.277
R7 - Outras receitas correntes	505	951			1.456
Receita de Capital					
R13 - Receitas com Passivos financeiros	2.621.065	26.000.000		23.051.337	51.672.402
Outras Receitas					
Saldo da Gerência anterior		210.684,00			210.684
Operações extra-orçamentais	1.792.000,00				1.792.000
Total	185.119.059,00	28.231.301,00	2.020.617,00	26.495.220,00	237.824.963,00

DOR5.2. Alterações orçamentais da despesa

A dotação inicial da despesa para 2018 foi de 185.119.059€, sendo o valor de inscrições/reforços de 27.175.173€, de diminuições/anulações de 964.489€ e de créditos especiais de 26.495.220€. Tendo em conta as variações no exercício a dotação corrigida foi de 237.824.963€.

As alterações apresentadas nas rubricas de despesa correspondem à aplicação dos reforços de verba registados no decorrer do ano. Assim sendo, foi reforçada a rubrica D2 em 52.688.602€ face à dotação inicialmente inscrita em orçamento.

Quadro 96 – Alterações orçamentais da despesa

(valores expressos em euros)

Rubrica orçamental (1)	Despesa				
	Dotações Iniciais (3)	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas (7) = (3) + (4) - (5) + (6)
		Inscrições/reforços (4)	Diminuições/anulações (5)	Créditos especiais (6)	
Despesa Corrente					
D1 - Despesas com o pessoal					
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	60.238.698				60.238.698
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	11.755.882		964.489		10.791.393
D1.3 - Segurança social	16.153.797	964.489			17.118.286
D2 - Aquisição de bens e serviços	89.607.139	26.198.231		26.490.371	142.295.741
D3 - Juros e outros encargos	16.822				16.822
D6 - Outras despesas correntes	94.001			2	94.003
Despesa de Capital					
D7 - Investimento	5.460.720	12.453		4.847	5.478.020
Operações Extra-Orçamentais	1.792.000				1.792.000
Total	185.119.059	27.175.173	964.489	26.495.220	237.824.963

DOR5.3. Alterações ao plano plurianual de investimentos

O HFF, EPE não apresenta, neste relatório a Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos e respetivo mapa de alterações ao plano, tendo em conta que não estão aprovados os investimentos para anos seguintes.

DOR5.4. Operações de tesouraria

O HFF, EPE não apresenta, neste relatório a Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos e respetivo mapa de alterações ao plano, tendo em conta que não estão aprovados os investimentos para anos seguintes.

DOR5.5. Contratação administrativa - Situação dos contratos

O HFF, EPE informa que com o sistema informático em uso não é possível facultar a informação pretendida. O HFF está a trabalhar na reestruturação do sistema afim de preparar *reports* de contratação para as entidades reguladoras e fiscalizadoras.

DOR5.6. Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento

O HFF, EPE informa que com o sistema informático em uso não é possível facultar a informação pretendida. O HFF está a trabalhar na reestruturação do sistema afim de preparar *reports* de contratação para as entidades reguladoras e fiscalizadoras.

DOR5.8. Transferências e subsídios – Receita

Quadro 97 – Transferências e subsídios

(valores expressos em euros)

Tipo de receita	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade financiadora (3)	Receita prevista (4)	Receita recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução de transferências / subsídios ocorridos no exercício (7)	Observações (8)
Transferências correntes								
POSEUR	Portaria 57-B/2015, de 27 de fevereiro	Investimento	Agência Desenvolvimento e Coesão	2.621.065	36.215	2.584.850	0	Projecto em curso - Valor Total Financiamento Reembolsável = 6.778.785
Total transferências correntes				2.621.065	36.215	2.584.850	0	
Transferências de capital								
Aumento de Capital	Despacho n.º 1265/17-SET, de 29 de Dezembro	Redução Pagamentos em atraso	DGTF	26.000.000	26.000.000	0	0	Aplicação exclusiva ao pagamento de dívida vencida por ordem de maturidade
Cobertura de Prejuízos	Despacho n.º 1642/2018/SEO, de 26 de Outubro	Redução Pagamentos em atraso	DGTF	23.051.337	23.051.337	0	0	Aplicação exclusiva ao pagamento de dívida vencida por ordem de maturidade
Total transferências de capital				49.051.337	49.051.337	0	0	

DOR5.9. Outras divulgações

DOR5.9.1. Encargos contratuais

O HFF, EPE informa que com o sistema informático em uso não é possível facultar a informação pretendida. O HFF está a trabalhar na reestruturação do sistema afim de preparar *reports* de contratação para as entidades reguladoras e fiscalizadoras.

DOR5.9.2. Dívidas por antiguidade de saldos

Quadro 98 – Dívidas por antiguidade de saldos

Classificação Económica associada a cada uma das rubricas do DTAS	Descrição	Dívida vincenda	Intervalos de antiguidade da dívida vencida (em dias) * 9				Exceções (D)	Pagamentos em atraso (E) = (2) + (3) + (4) - (D)
			Curto Prazo (A)	<90 (1)	[90 - 180] (2)	[180 - 365] (3)	> 365 dias (4)	
	Despesas Correntes							
02	Aquisições de Bens e Serviços	19.332.118,10	14.340.533,59	7.446.994,21	2.488.429,90	5.254.894,62		15.190.318,73
	Despesas de Capital							
07	Aquisições de Bens de Capital	272.613,49	22.599,04	6.088,50	2.815,51	20.940,79		29.844,80
	Soma	19.604.731,59	14.363.132,63	7.453.082,71	2.491.245,41	5.275.835,41		15.220.163,53

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

João Fernando Costa

H
M
G
R

Relatório e parecer do Conselho Fiscal